

6

Crise dos anos 1980 e tentativas de estabilização

Abreu, 12 e 13

Giambiagi, 4 a 6

Gremaud, 16

Furquim Werneck, PPE, 1986

Sumário

Duas partes

Introdução

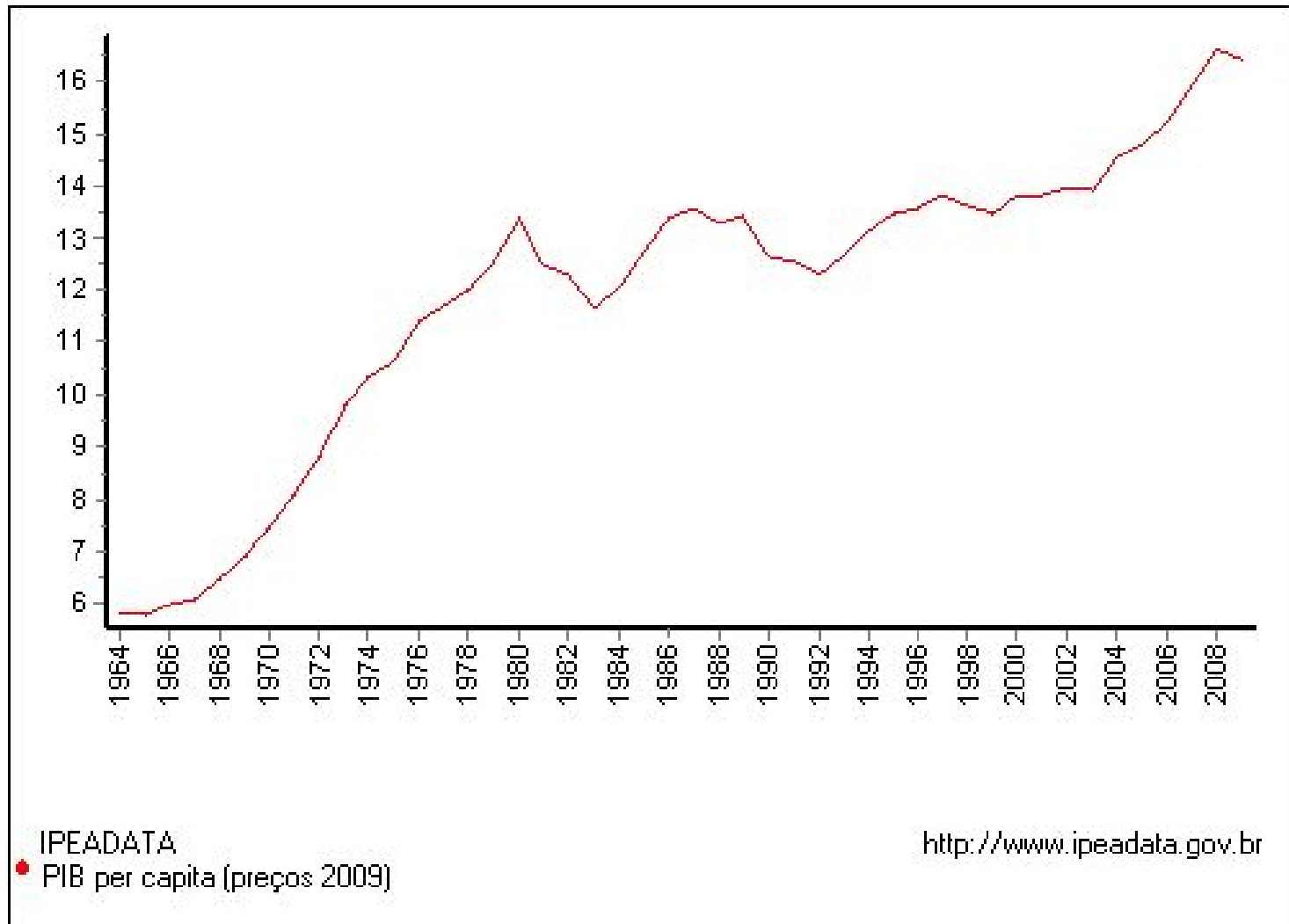
- o Crise da dívida
- o Retração do produto e questão fiscal
- o Aceleração inflacionária
- o Planos de estabilização
- o Questões

Introdução

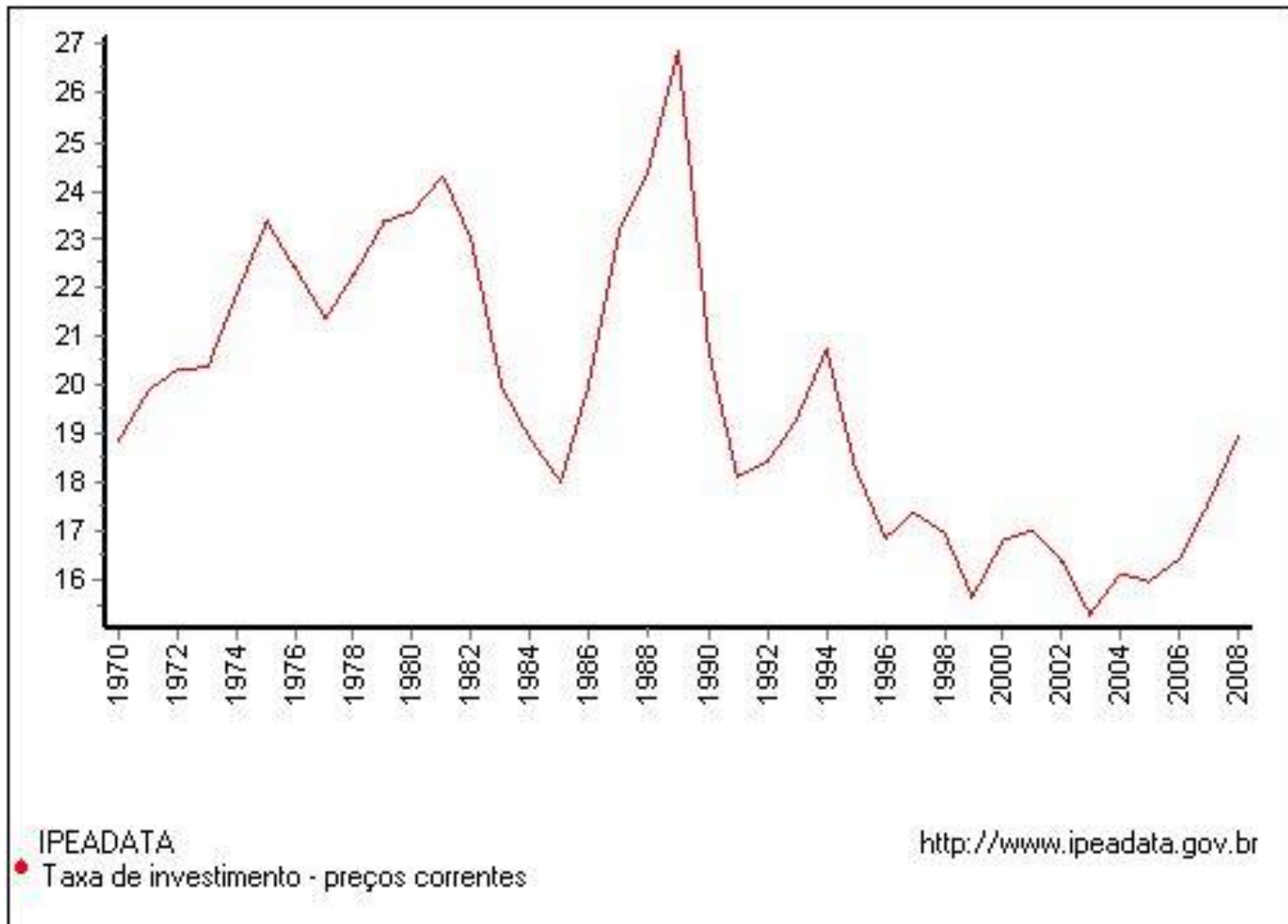
- II PND manutenção do crescimento
otimismo em atingir o mundo desenvolvido
- Inflexão em 1980
Quebra da continuidade do crescimento
renda per capita de 1980 \approx início do século XXI
situação otimista \rightarrow explosão de desequilíbrios
- Herança do II PND
superávit da balança comercial \rightarrow serviço da dívida
transformação do PND ou política de ajustamento
- Final do grande *boom* da economia nacional
continua até hoje o marasmo? Novo modelo?

PIB per capita

(em mil R\$ de 2009)

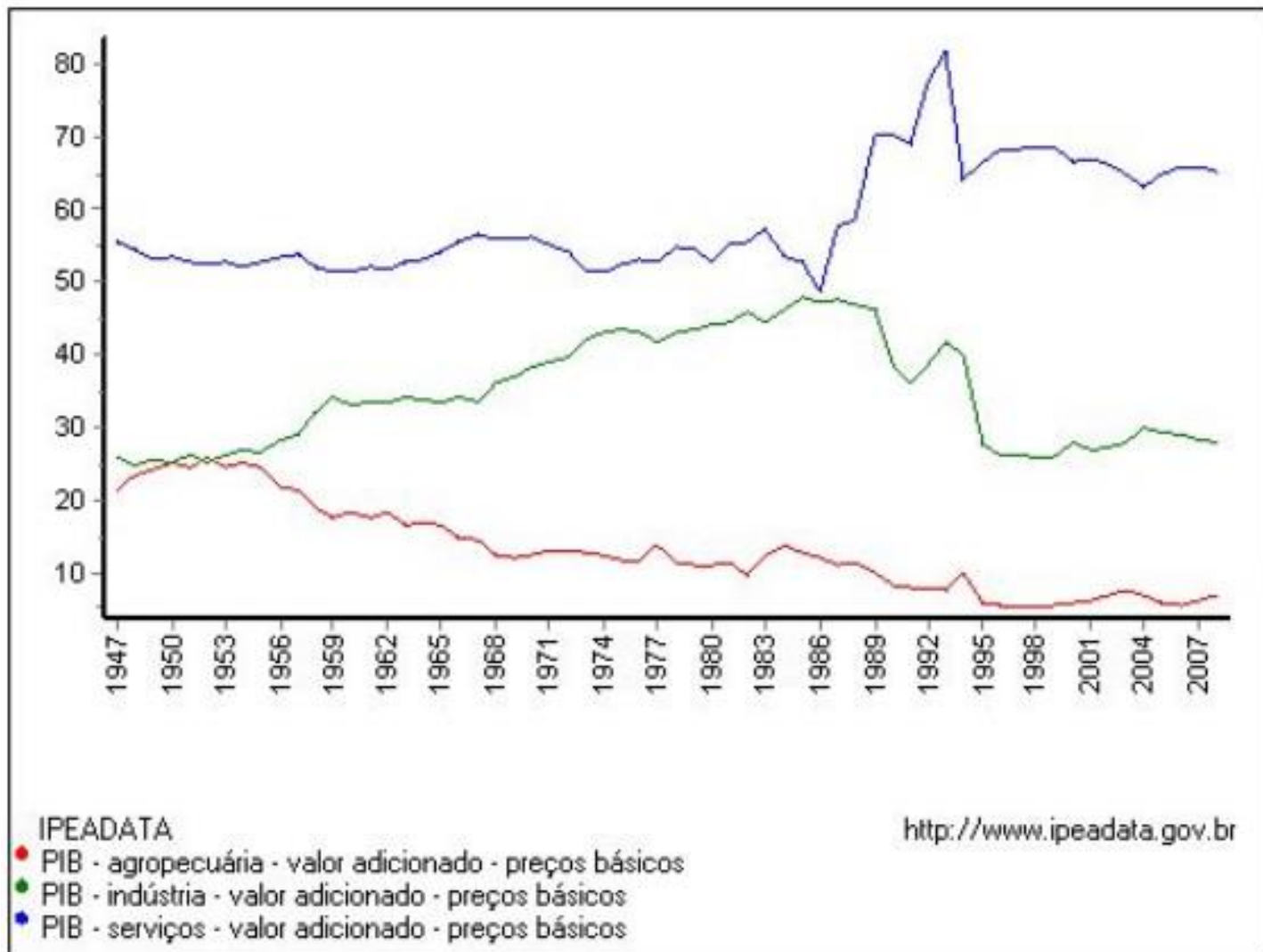


Taxa de investimento: % PIB



Setores do PIB

(em % PIB)



1 - Situação inicial otimista → Explosão de desequilíbrios

- Vulnerabilidade externa
 - 2º Choque petróleo → perda de termos de troca
 - inflação e choque de juros: FED Volcker
- Piora das condições externas
 - crescente serviço da dívida
 - cresce o déficit em conta corrente
 - redução das reservas
 - dificuldade de conseguir novos capitais estrangeiros
- saldo comercial ainda próximo do equilíbrio

Taxa de juros: títulos dos EUA

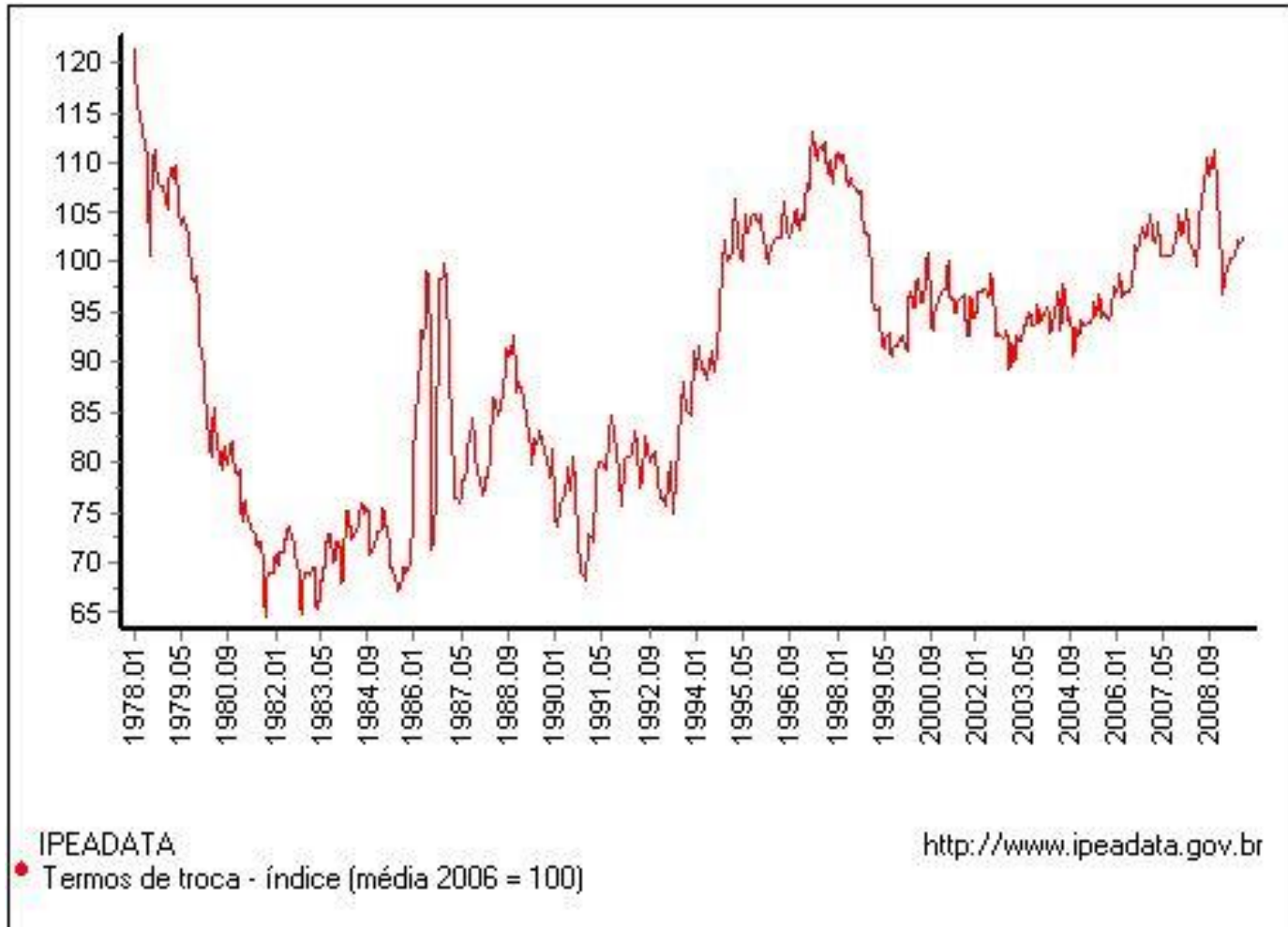


IPEADATA

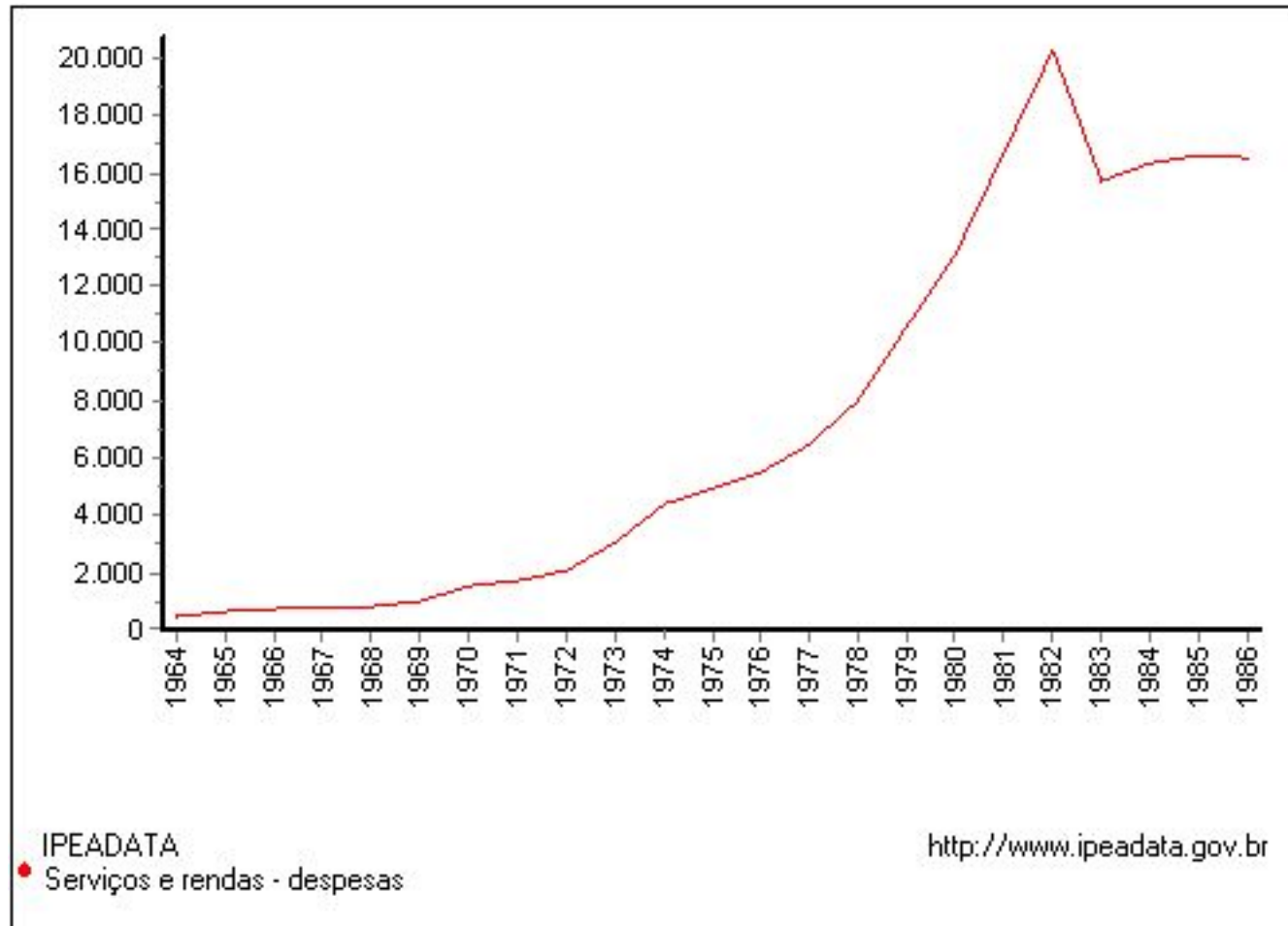
<http://www.ipeadata.gov.br>

● Estados Unidos - taxa de juros - bônus governamental - maturidade 10 anos

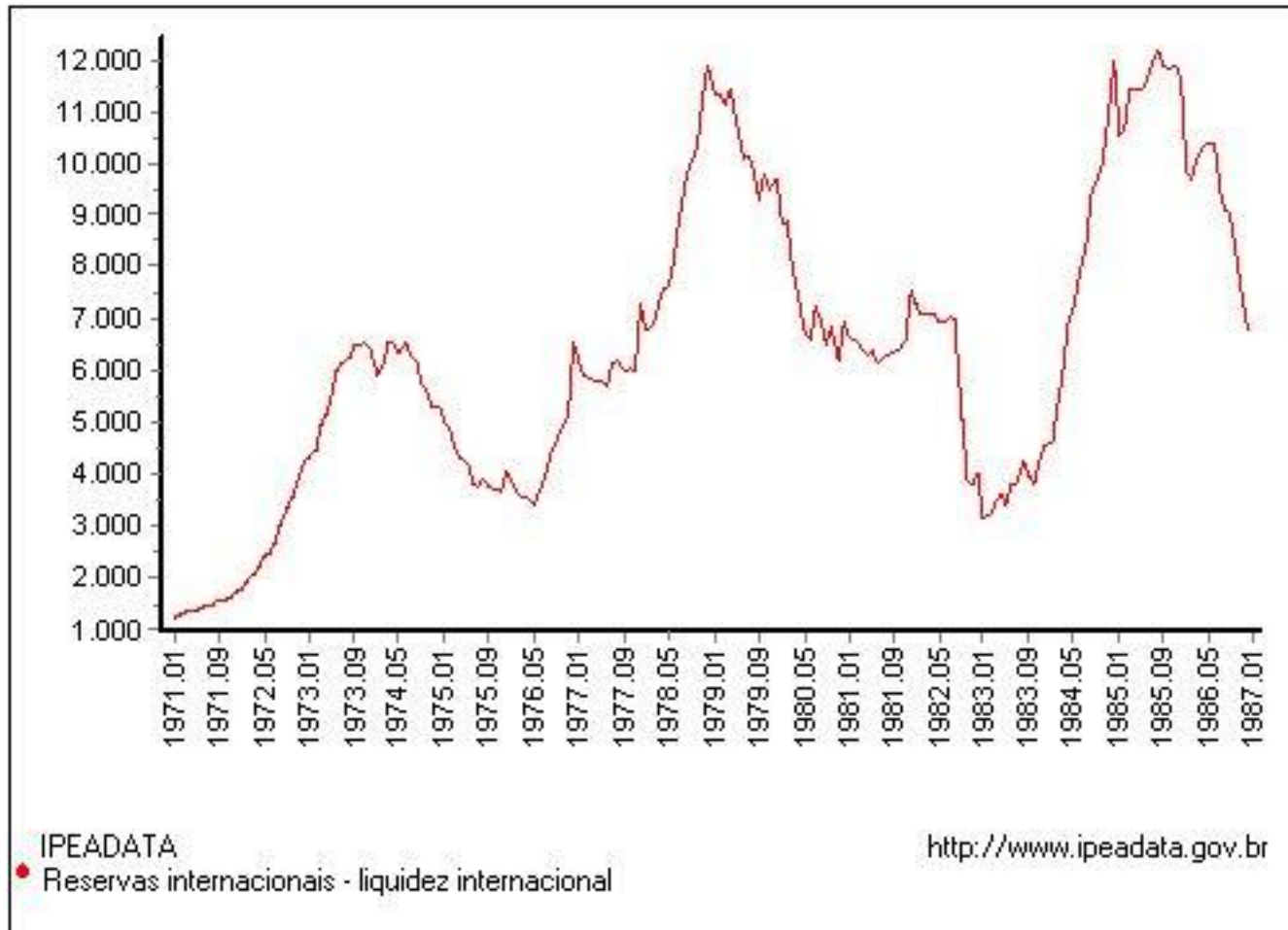
Termos de troca



Despesa com serviços e rendas milhões de US\$

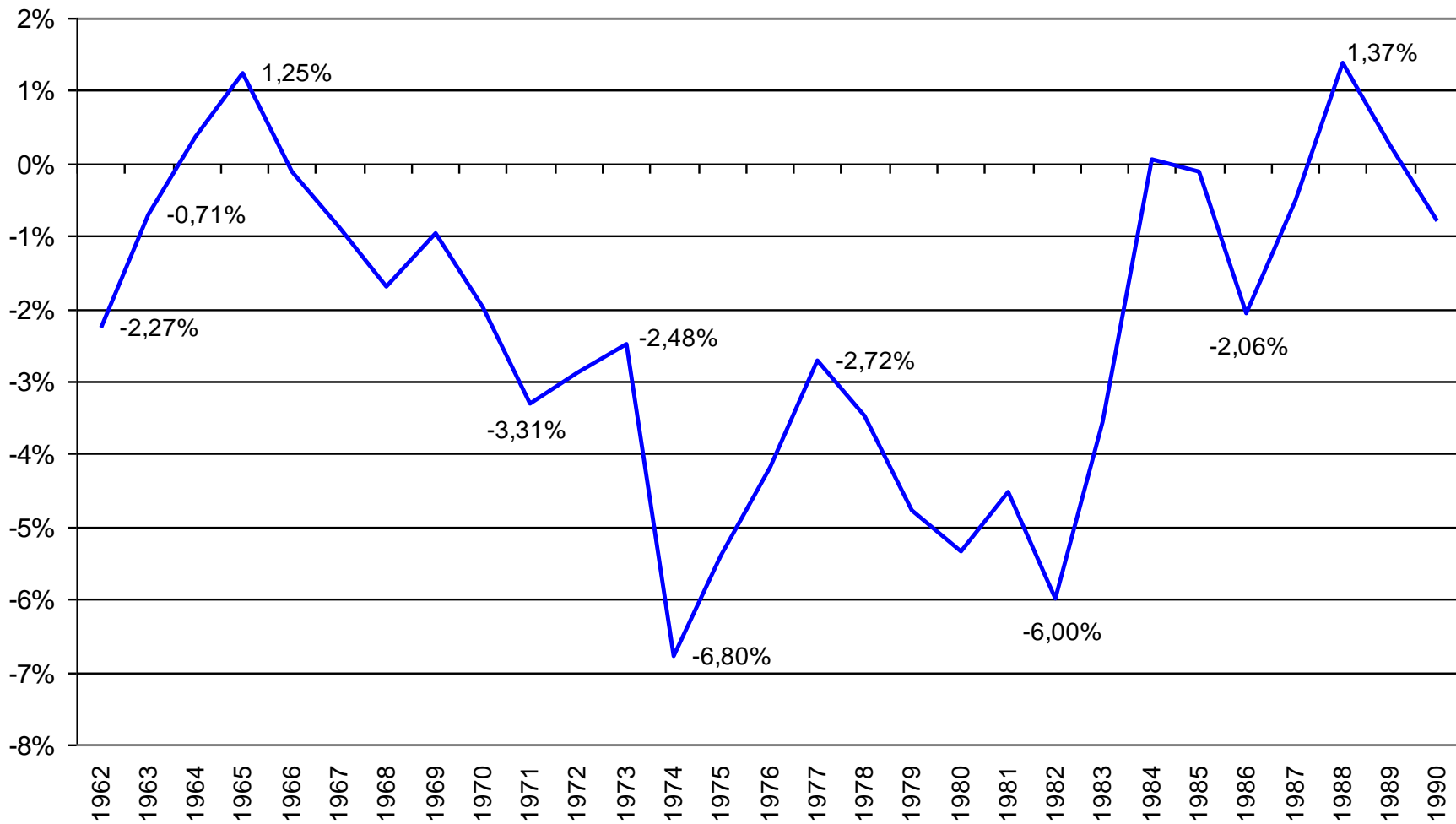


Reservas internacionais: milhões de US\$

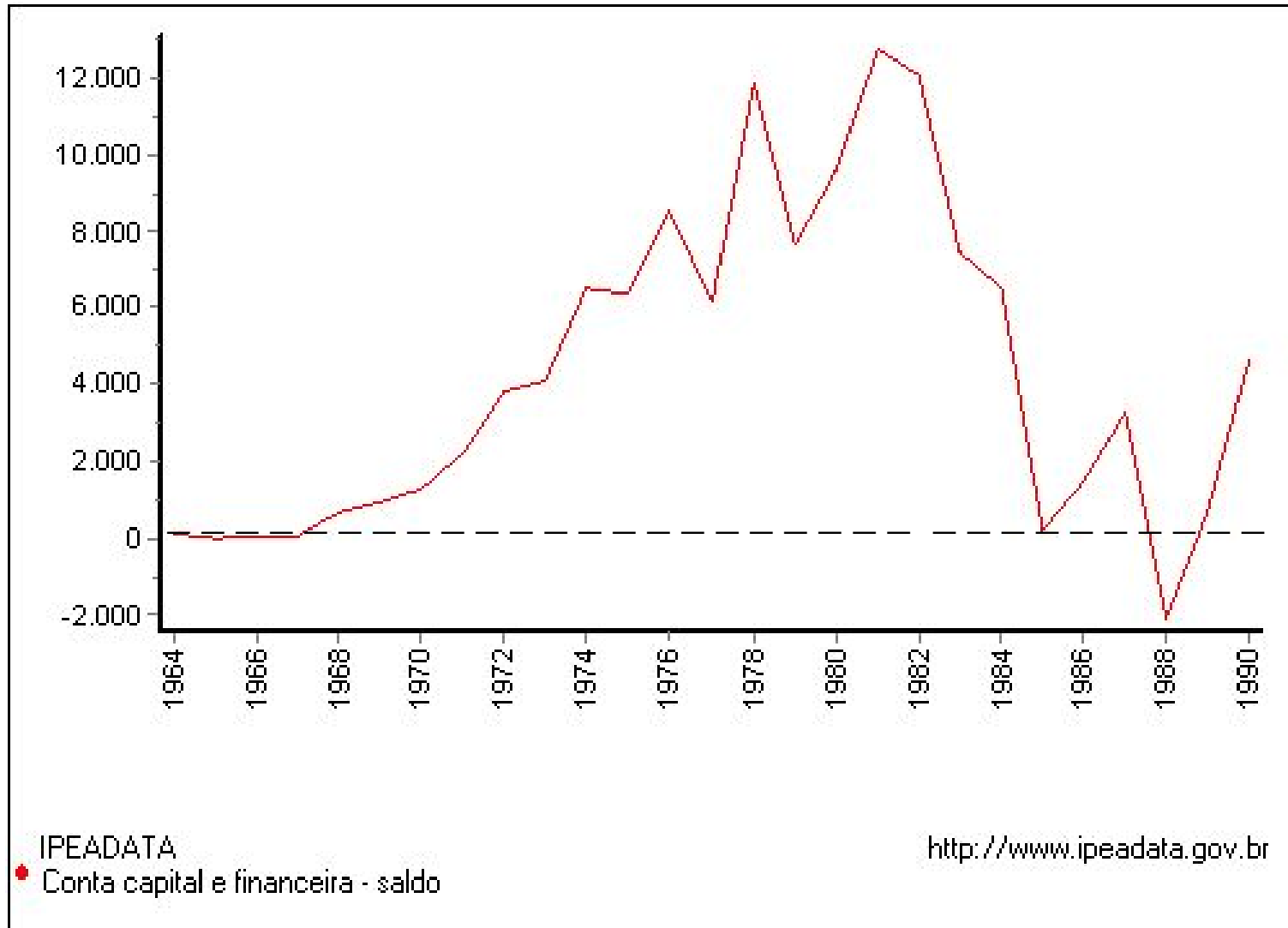


Saldo Transações correntes

% PIB

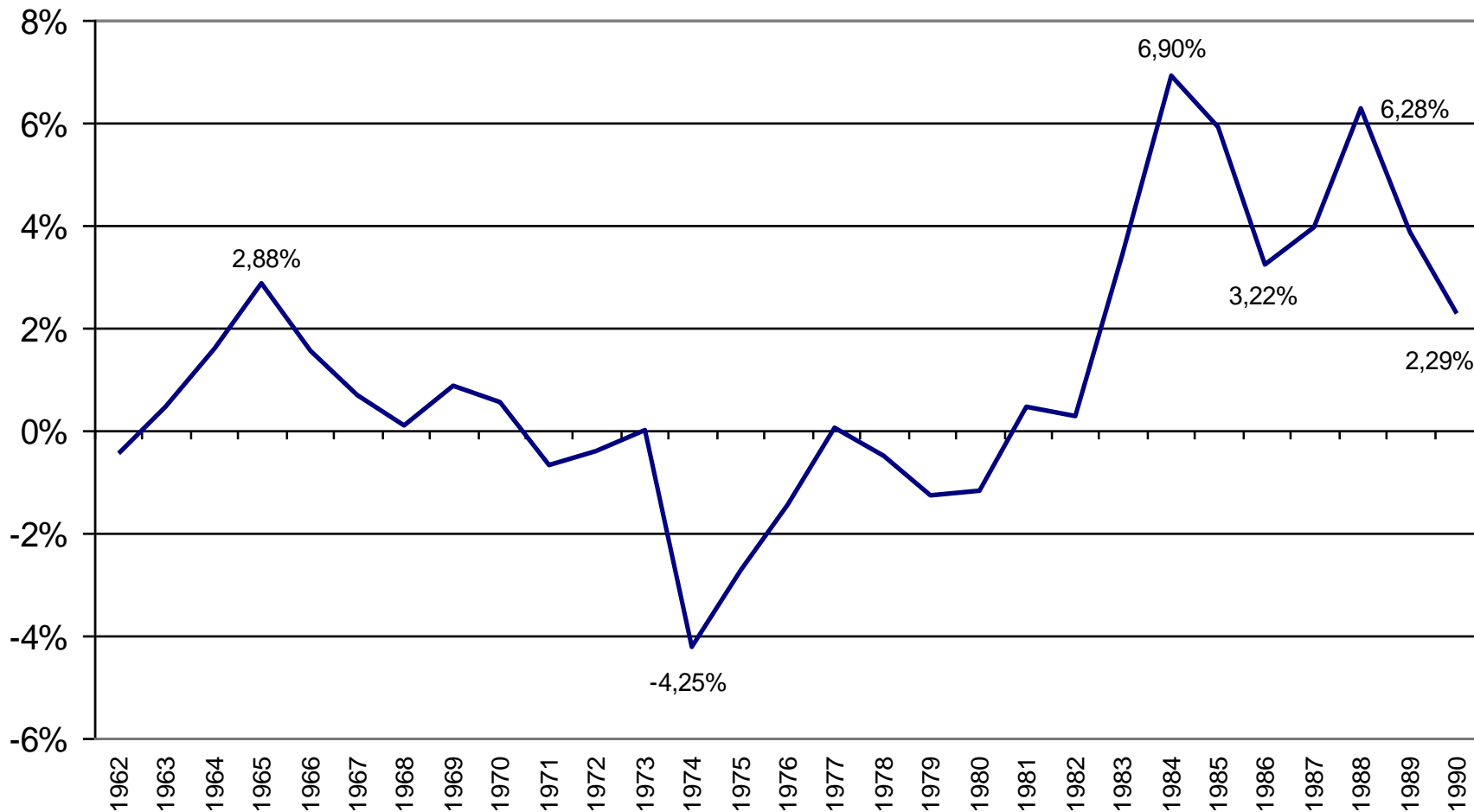


Saldo da conta capital e financeira em milhões de US\$



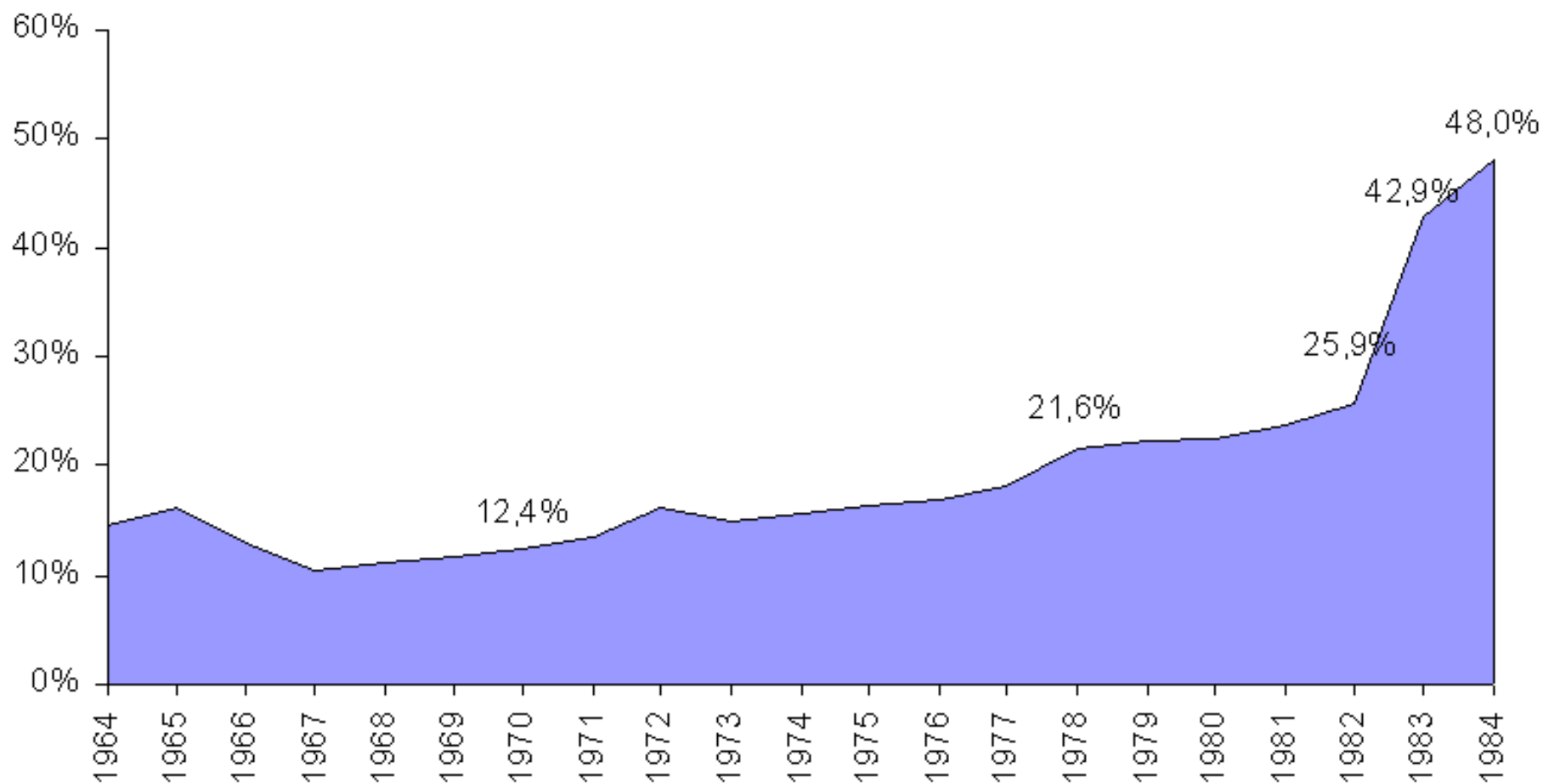
Saldo da Balança Comercial

% PIB



Fonte: Ipeadata

Dívida externa registrada: 1964-1984 (% PIB)



Fonte: Ipeadata

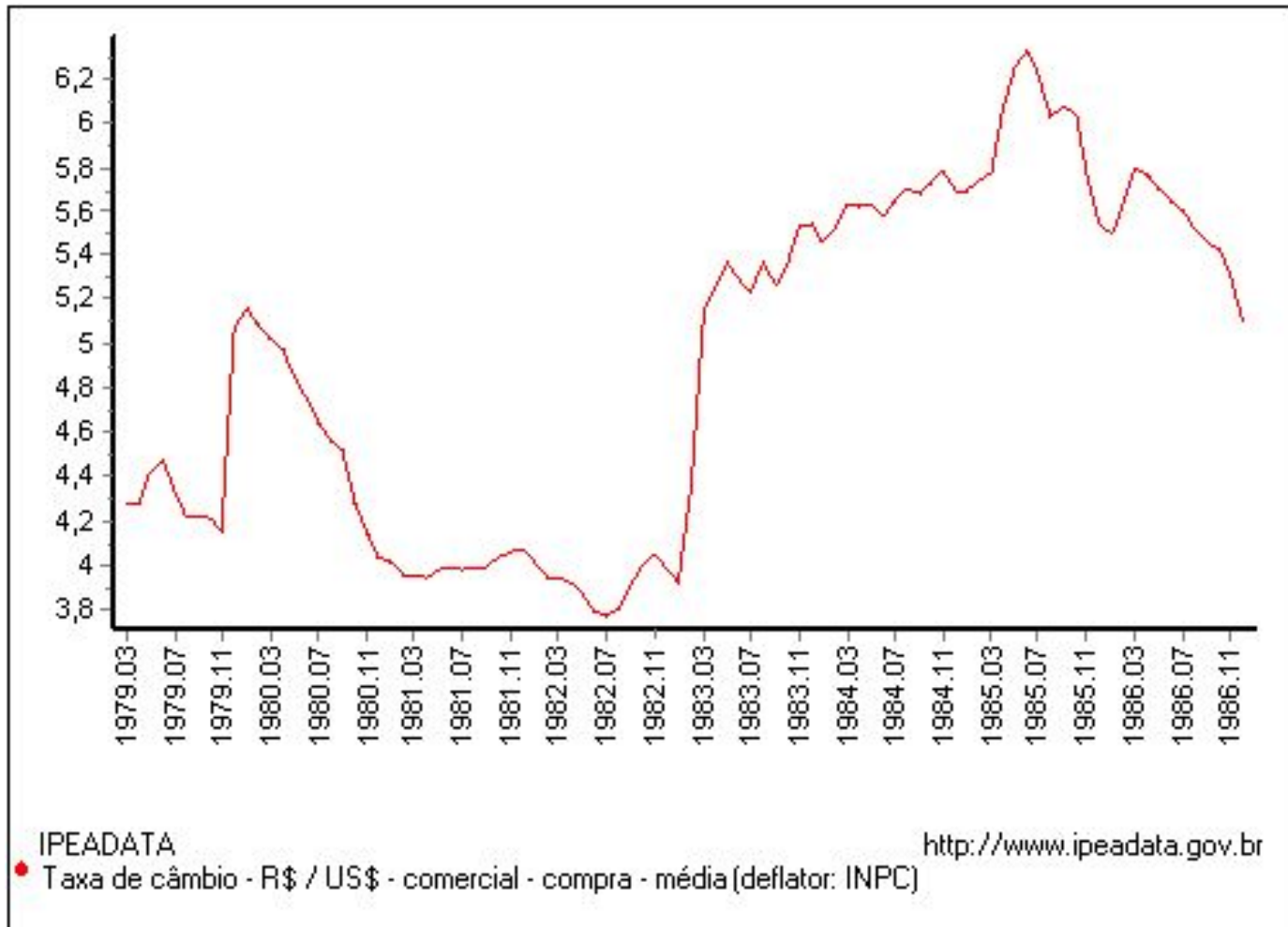
Crise externa → interna

- Deterioração fiscal
- Inflação crescente
- Mudança política: avança a abertura
- Simonsen nova tentativa de frear
controle da inflação, gasto e demanda
elevação dos juros: atrair capital externo
- Simonsen → Delfim
última tentativa de manter o crescimento
maxi-desvalorização de 30% em dez. 79
pré-fixação da correção

Política heterodoxa: Delfim

- Redução dos juros
- Elevação da indexação
reajustes semestrais de salários
- Reajuste de tarifas e má desvalorização de 30%
- Pré-fixação da correção monetária de 1980
inicialmente em 40% → 55% em junho
- Manipular a expectativa de inflação de 1980
leitura rápida das expectativas racionais

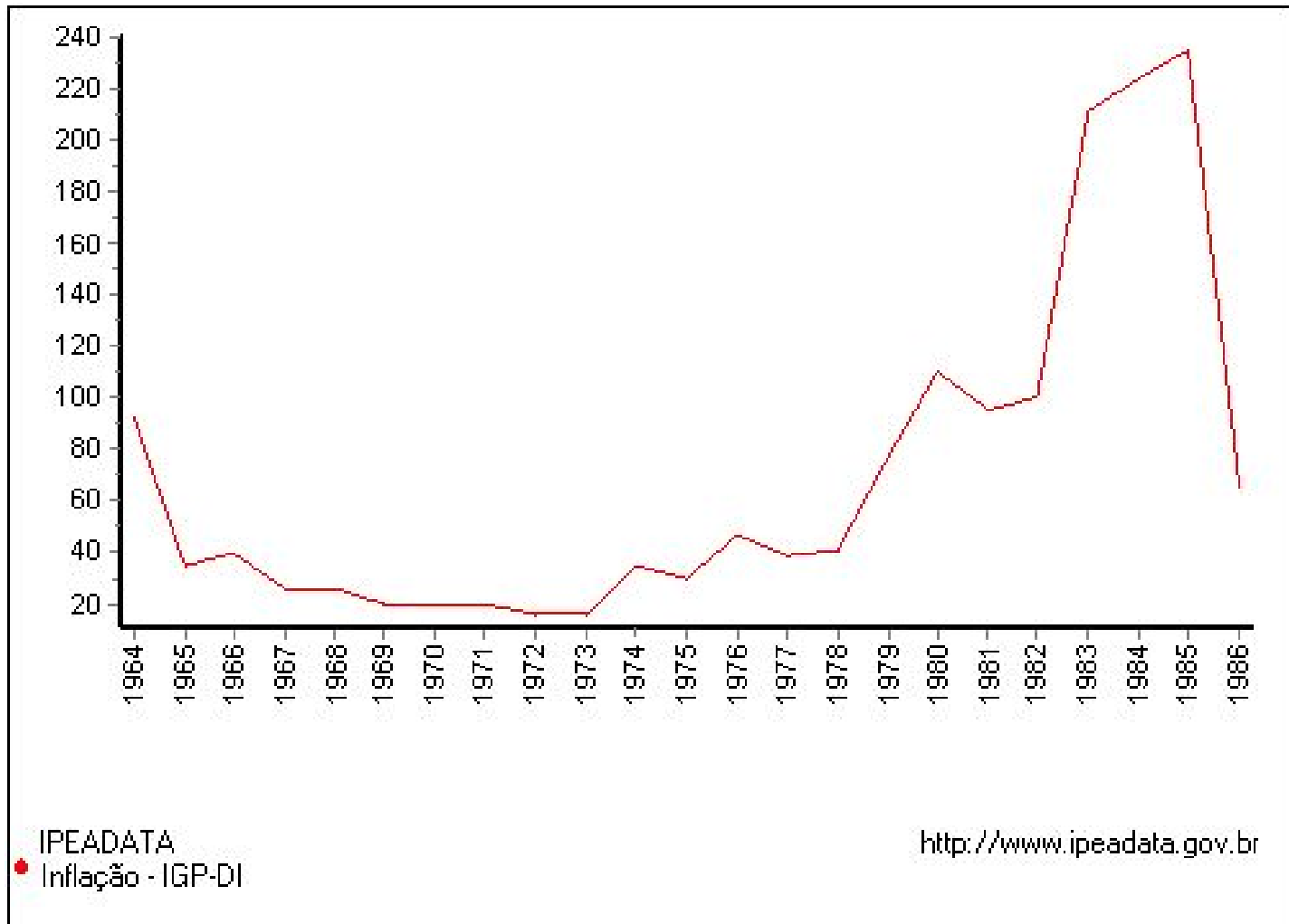
Câmbio real: Cr\$ por US\$



Resultados

- Inflação atinge 100% ao ano
 - perdas de reservas
 - bolha de consumo: duráveis e habitacional
- Abandono da pré-fixação da correção → INPC
- + Déficit em conta corrente de 12,8 bilhões
 - reservas de 3 bilhões
- 1979-80: perda de tempo e recursos
 - + déficit conta corrente → + dívida externa
- Condicionantes externos → política econômica
 - restrição de possibilidades: política recessiva

Inflação anual: IGP-DI



Recessão sem fundo: 1981

- Redução da demanda interna
 - menor necessidade de divisas: $\downarrow M$ e $\uparrow X$
- Maiores preços do petróleo: substituição
- Política:
 - Tentativa de controle de gastos públicos
 - Aumento de arrecadação: \uparrow IOF e menor correção do desconto do IR
 - Limitação dos investimentos das estatais
 - Elevação da taxa de juros e retração do crédito
- Primeiro declínio do PIB no pós-guerra
- Não se recorreu ao FMI
 - Politicamente mal visto internamente
 - economizaria 400 milhões de US\$

Resultados

- Externo:
 - melhora na BC: superávit, mas serviço da dívida maior
- PIB: redução de 10% do produto industrial em 1981
 - principalmente duráveis e bens de capital
- Inflação continuou em patamar semelhante
 - indexação: inércia da inflação
- Redução das exportações:
 - recessão mundial: particularmente nos EUA
- Redução das importações
 - recessão interna e retração nos projetos do PND
- Maior custo dos juros → serviços

Crise da dívida externa em 1982

- Ernane Galvêas – ministro da Fazenda:
“O ano de 1982 pode ser considerado o mais trágico da história do nosso balanço de pagamentos.” (1983, p. 68).
- Moratória mexicana em agosto de 1982
impossibilidade de continuar o endividamento externo
cessou o fluxo de empréstimos voluntários
- Tentativa de negociação com FMI

Oposição: Desenvolvimentistas

“O Brasil atravessa uma fase crítica: a pior crise econômica e social desde os anos 30 coexiste com uma profunda crise institucional. As estruturas do Estado estão carcomidas pela privatização do interesse público, a política econômica está imobilizada, o governo carece de largueza de visão para enfrentar o estado de desagregação crescente. O mais grave, porém, é a crise política – o divórcio profundo entre a sociedade e o Estado, a ausência de confiança e de representatividade. A dívida externa sufoca. Obriga o governo a curvar-se ante os grandes interesses bancários. Campeia a corrupção, a imprevidência, a desesperança.”

Esperança e mudança. Revista do PMDB, set. 1982.

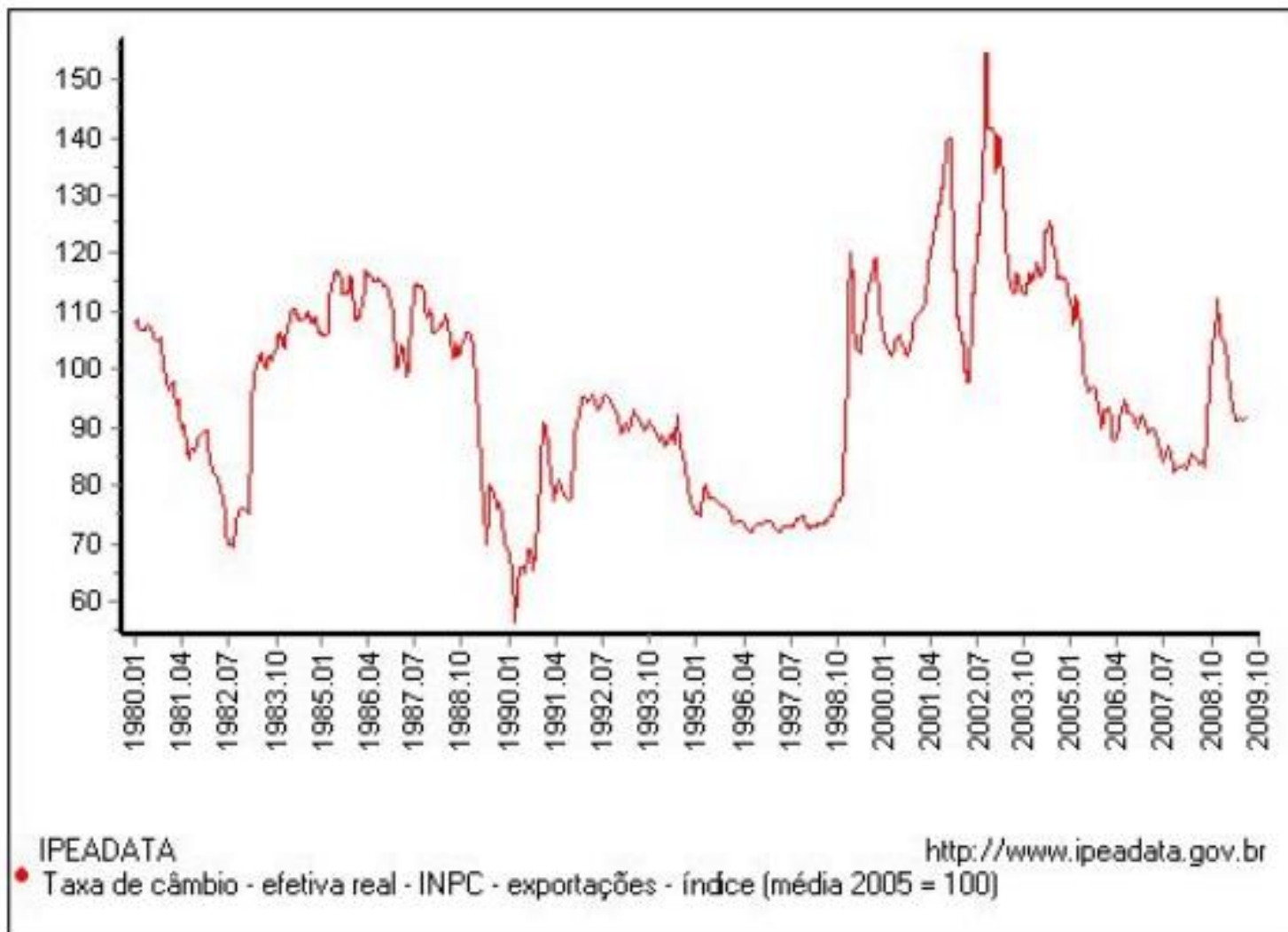
Plano interno

- Eleições gerais em nov.1982
 - medo do acordo com FMI sobre o resultado
 - adiamento do acordo para depois das eleições
- Política menos recessiva: eleições
 - déficit público elevado
- Crescimento de 1,1% do PIB
- Acordo com FMI: 20/11/1982
 - novos empréstimos de 4,4 bilhões
 - refinanciamento das amortizações
 - linhas de crédito comercial renovadas

Fundo da recessão: 1983

- cartas de intenções ao FMI: jan. 83
- Metas de superávit comercial de 6 bilhões e inflação interna de 78%
 - redução nominal dos gastos públicos
- Resultados medíocres da BC → maxi de 30%
 - redução do repasse aos salários
- Recuperação da economia mundial
 - menores juros e preço do petróleo

Taxa de câmbio real: PPC

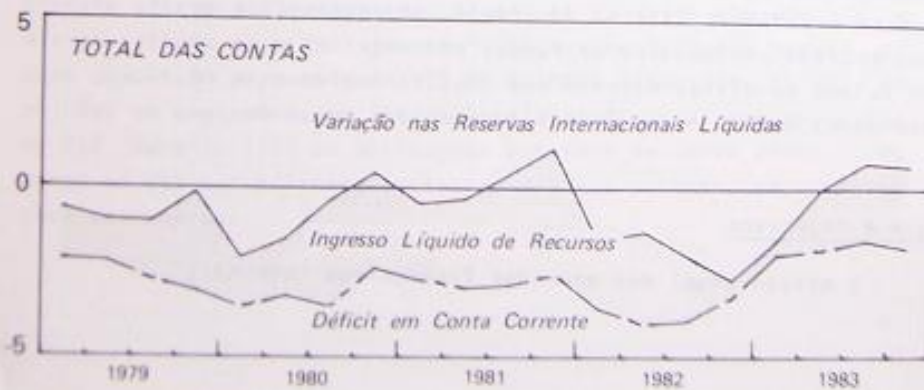
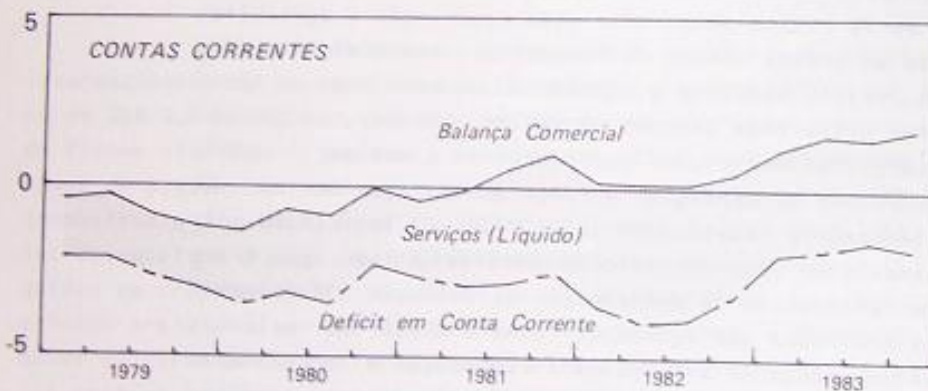
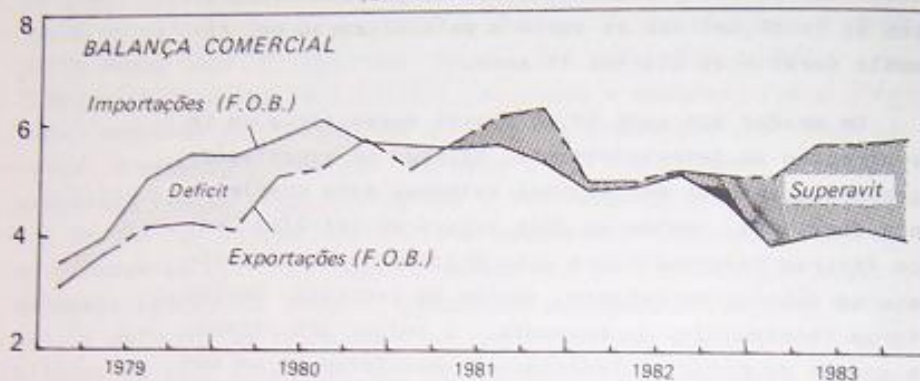


Resultados

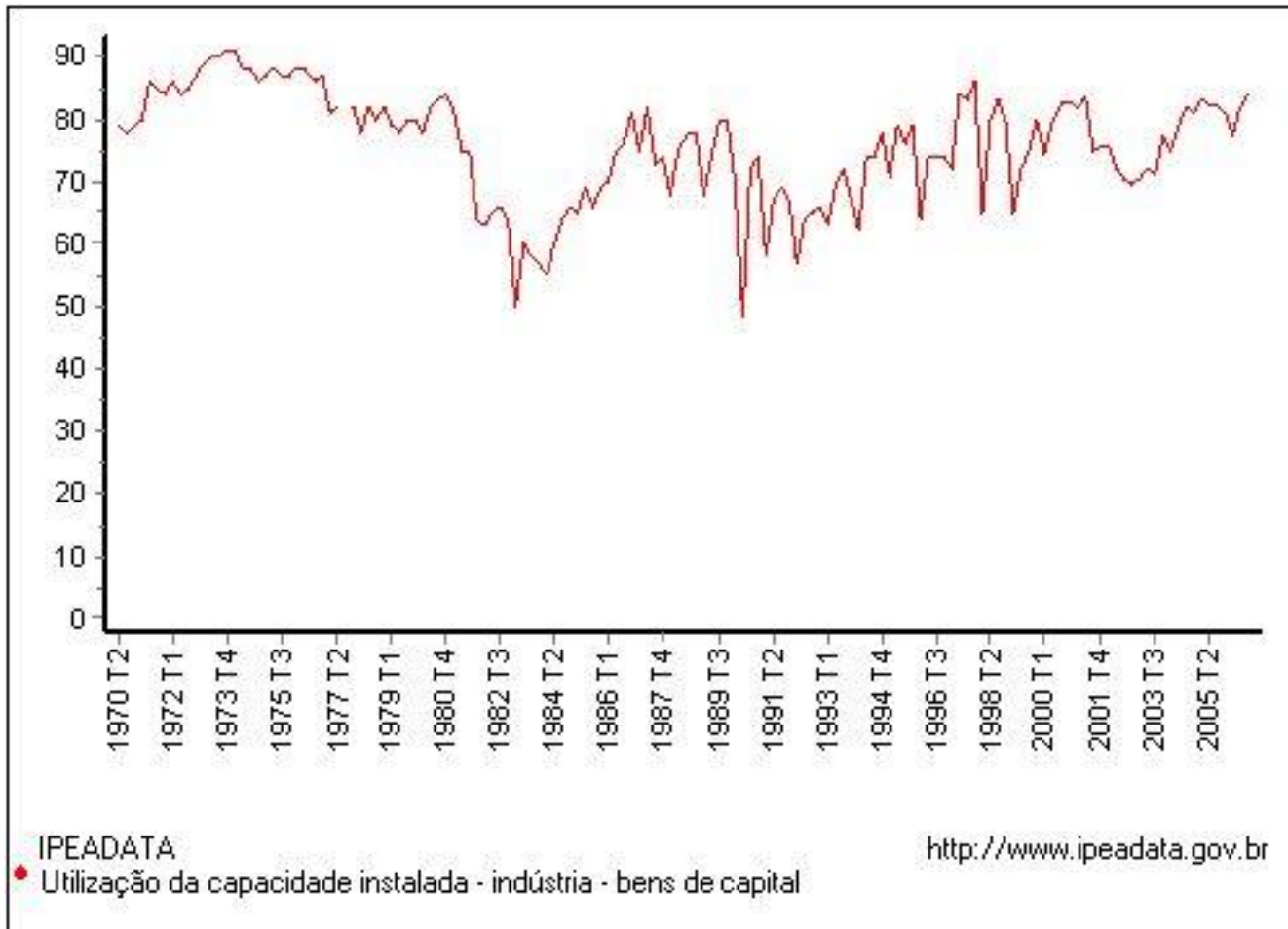
- Superávit da BC de 6,5 bilhões
 $\Delta X = 7,3\%$ e $\Delta M = -21,5\%$
coeficiente de importações foi de 6,8% PIB
- Déficit em conta corrente de 2,7% do PIB
- Perda de controle sobre os gastos
NFSP de 6% do PIB em 1982 a 3% em 1983
- Redução da produção industrial de 5,2%
principalmente de bens de capital: redução de 55%
em 1981-83
- Redução do PIB de 2,8%

BALANÇO DE PAGAMENTOS TRIMESTRAL

(Em Bilhões de US\$)



Utilização da capacidade instalada: bens de capital (%)



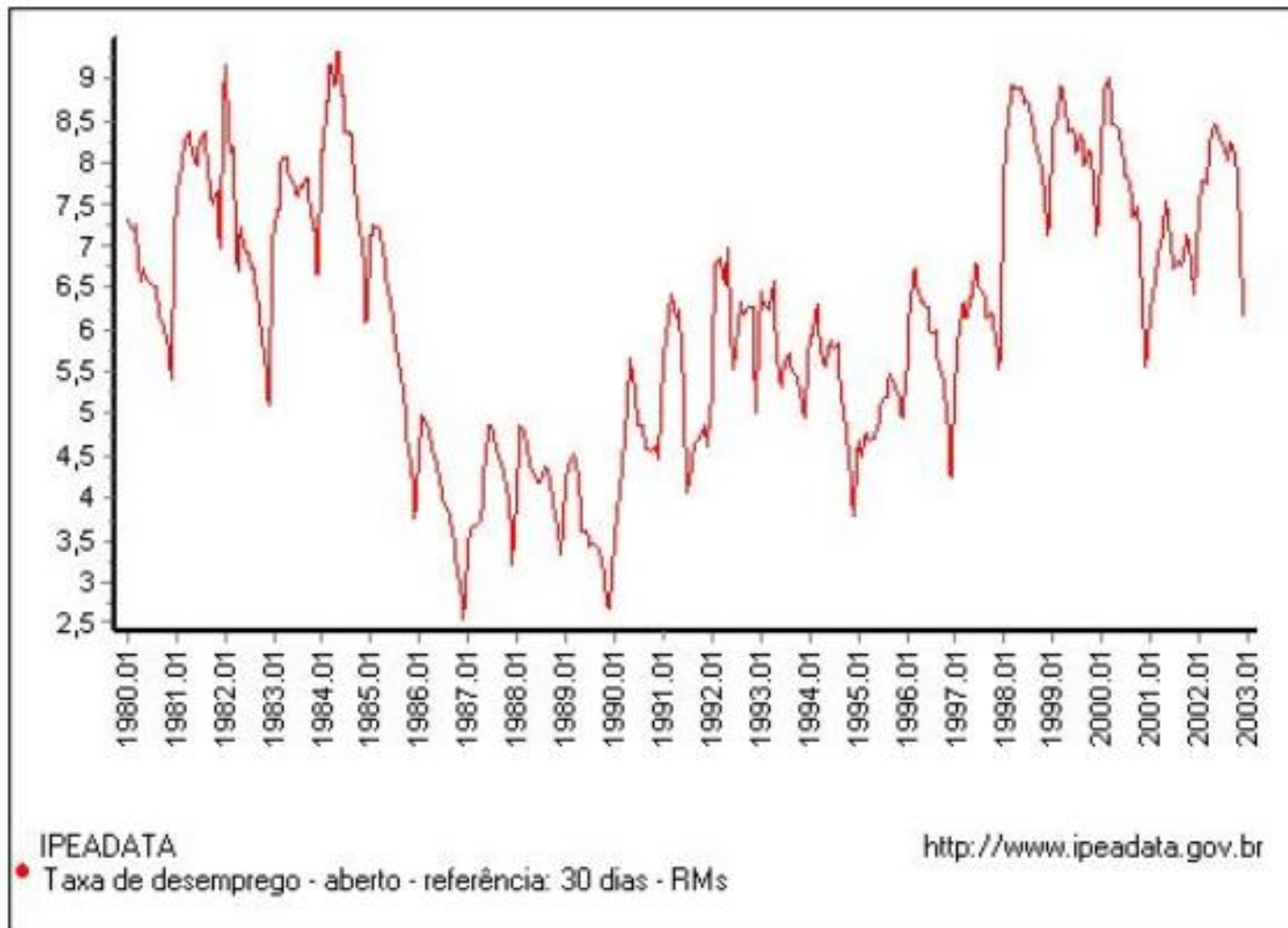
Inflação acelera

- inflação de + de 200% ao ano
 - Problema de safra agrícola
 - maxi criou novo patamar de câmbio real
 - gastos públicos: dificuldade de gestão com inflação elevada
- **Inércia** da inflação
 - apesar da recessão e retração real da oferta de moeda a inflação cresce
 - discussão de novas propostas de estabilização
 - menos custosas que as recessivas e mais eficientes

Com fundo sem recessão: 1984

- Relaxamento das restrições externas
 - crescimento das exportações de manufaturas
 - crescimento nos EUA
- Produto industrial se recupera
 - menos nos duráveis
 - crescimento da extração mineral: petróleo
- Recuperação dos salários reais
- Crescimento do PIB de 5,7%
- Déficit público de 1,6% do PIB

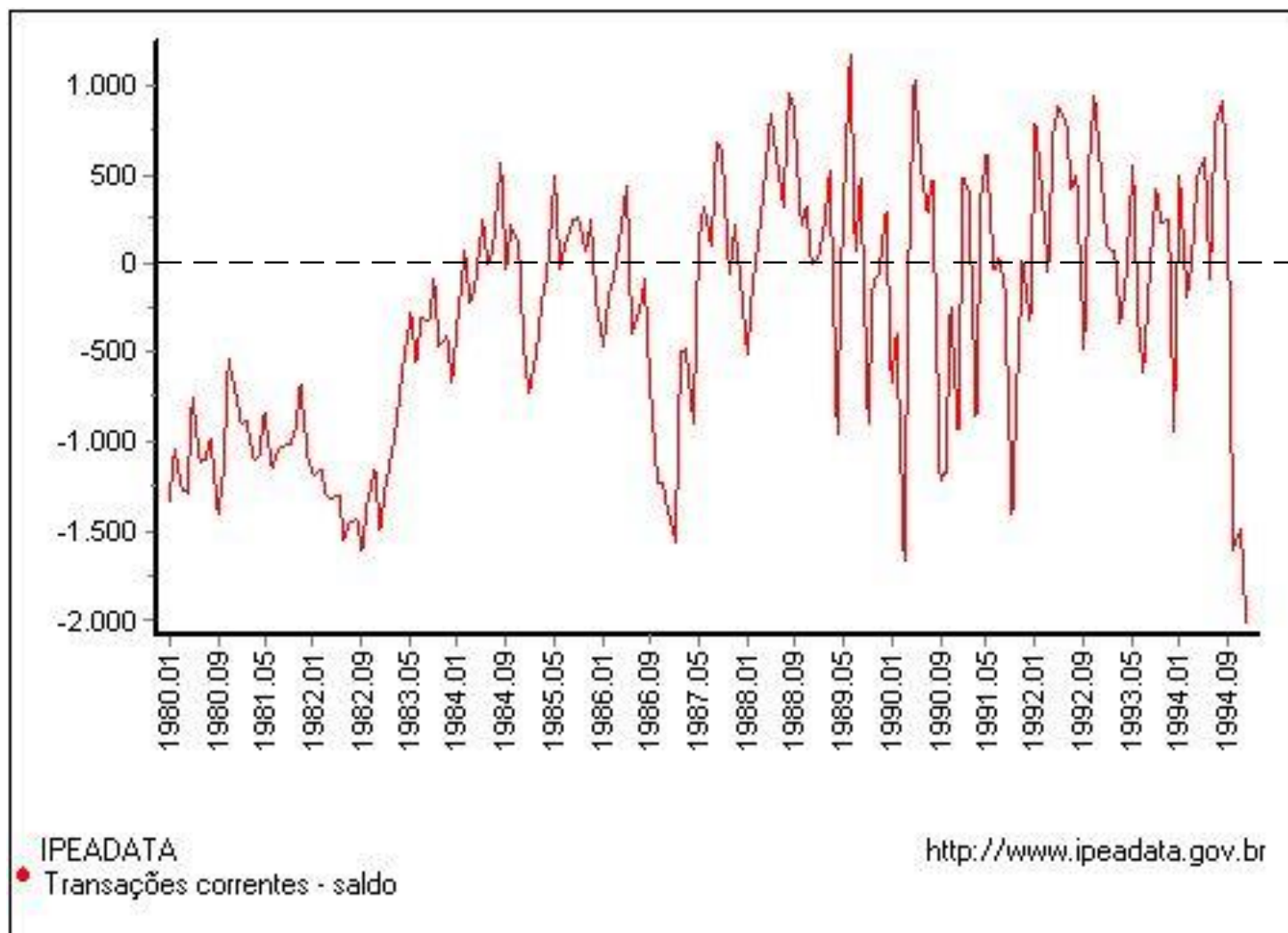
Taxa de desemprego



Resultados externos

- Ajustamento não recessivo
 - superávit na BC de 13,1 bilhões
 - transferência de 4% do PIB ao exterior nos dois anos
- Equilíbrio em conta corrente em 1984
- Dificuldade de renovar acordo com FMI
 - não cumprimento das metas de NFSP
- Pressão para o controle dos gastos e inflação
- Desequilíbrio externo → interno
 - inflação, déficit público e dívida interna

Saldo em transações correntes em milhões de US\$



5 – Estado e ajustamento externo

- Crise externa → ajustamento
redução da demanda doméstica e expansão das exportações
- Transferência de recursos reais ao exterior de metade das exportações
- Ajustamento externo acentuou um desequilíbrio interno
- Crítica a visão de que foi o setor privado que se ajustou e não o público

Dois lados da transferência

- Disponibilidade de divisas: exportações líquidas positivas
- Internamente: alavancar recursos para remeter
- Quem paga a dívida?
 - Falta o equacionamento interno da transferência
 - Descompasso privado e público

Socialização da dívida

- Setor público
 - Tomou mais empréstimos
 - Permissão de pagamento em cruzeiros
 - Forçou as estatais se endividarem
- 1984: 80% da dívida era pública
- Estatais quase forçadas a se endividarem sem apoio do BNDE e tarifas contidas
- Renda líquida enviada ao exterior de 5,7% PIB em 1983
- Vantagem da estatização
 - Setor público tinha melhores condições de suportar o ajuste num momento de recessão

Equacionamento interno

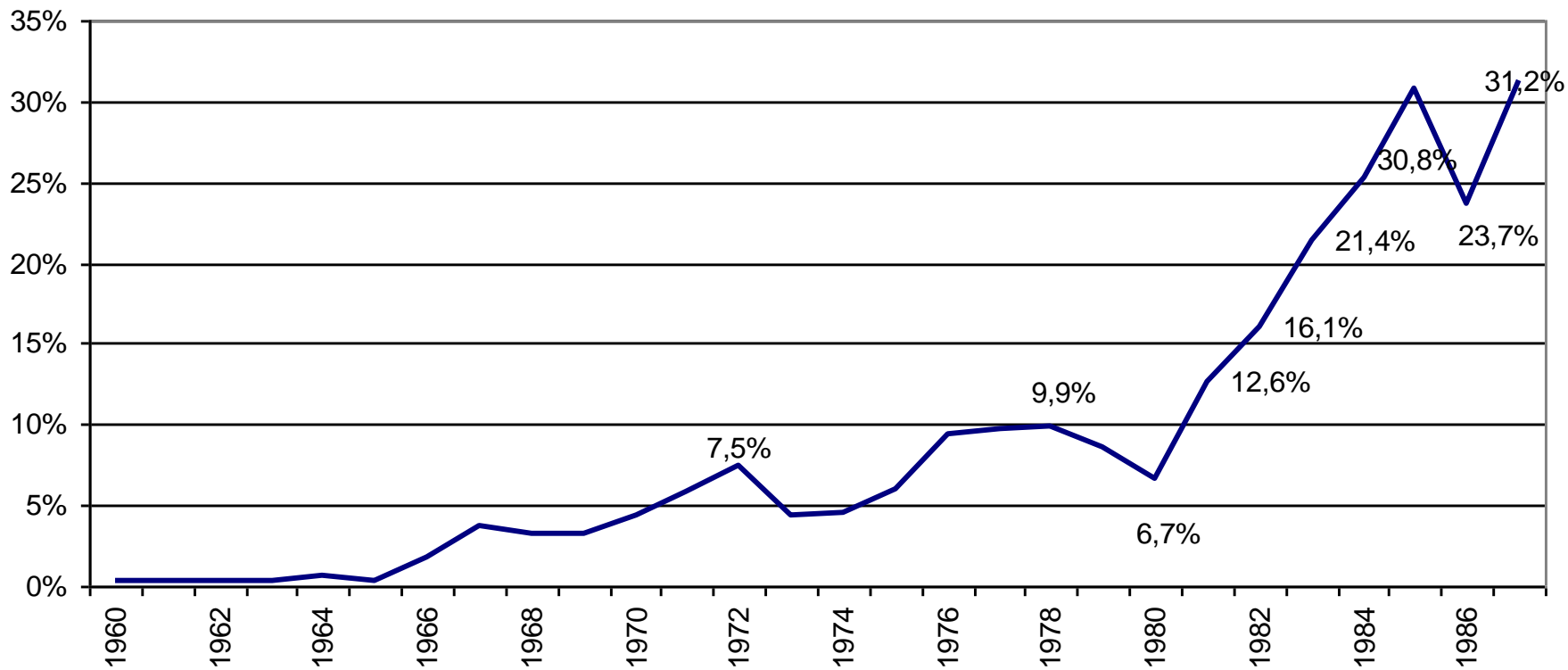
- Socializou-se a dívida, mas não o serviço
- Tributação não cresceu de 73 a 83
 - Subsídios e transferência elevaram-se
- Renda disponível ao setor público menor
- Endividamento interno cresce
 - retardando o ajuste da renda disponível
- Poupança pública passa a ser negativa
 - estatais ônus elevado

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA GLOBAL - 1947/2004

(Em % do PIB)							
ANO	CARGA	ANO	CARGA	ANO	CARGA	ANO	CARGA
1947	13,84	1962	15,76	1977	25,55	1992	25,01
1948	14,03	1963	16,05	1978	25,70	1993	25,78
1949	14,39	1964	17,02	1979	24,66	1994	29,75
1950	14,42	1965	18,99	1980	24,52	1995	29,41
1951	15,74	1966	20,95	1981	25,25	1996	29,09
1952	15,41	1967	20,47	1982	26,34	1997	29,56
1953	15,20	1968	23,29	1983	26,97	1998	29,64
1954	15,82	1969	24,87	1984	24,34	1999	31,71
1955	15,05	1970	25,98	1985	24,06	2000	32,67
1956	16,42	1971	25,26	1986	26,19	2001	34,28
1957	16,66	1972	26,01	1987	23,77	2002	35,80
1958	18,70	1973	25,05	1988	22,43	2003	35,23
1959	17,86	1974	25,05	1989	24,13	2004	36,64
1960	17,41	1975	25,22	1990	28,78		
1961	16,38	1976	25,14	1991	25,24		

Elaboração Própria. Fonte: Varsano *et alli* (1998), com atualização dos dados para os anos de 1997 a 2004.

Dívida Interna Federal (% PIB)



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

Ajustamento X Transformação

- 1983-84
 - Déficit de transações correntes foi eliminado
 - Crescimento da dívida externa foi detido
 - Reconstituição parcial das reservas
- 1984: retomada do crescimento econômico
- Quais os determinantes da melhora nas condições?
 - Política de ajustamento 1981-83 ou
 - Estratégia 74: II PND

Duas visões

- Ajustamento 1981-83: FMI e Delfim
resultante da política realizada no período
desvalorização e recessão
política monetária e fiscal restritiva
→ redirecionamento da oferta doméstica para fora
- Estratégia 74: A. B. Castro
manter crescimento e fazer o ajuste: para frente
choque de oferta: energia, insumos, bens de capital
redução M/PIB: petróleo, fertilizantes, químicos
- Ganhos de divisas
- Saldo comercial é resultado do avanço da industrialização
≠ Argentina e México - Castro

Barros de Castro (1985, p. 34)

Inicialmente, indaguemo-nos sobre a natureza da opção brasileira: financiamento ou ‘ajustamento? Segundo muitos, ao evitar o “ajustamento” e recorrer a empréstimos externos, o país teria escolhido o financiamento e, com ele, adiado a solução de seus problemas. Parece-me, no entanto, que longe de evitar problemas, a opção brasileira foi no sentido de atacá-los pela raiz. Tratava-se, como assinala mais uma vez Velloso, de buscar uma “solução duradoura, e não apenas transitória, para a crise do petróleo”²⁶. Em suma, face à autêntica reconversão da base energética e à reestruturação do aparelho produtivo, promovidos a partir de 1974 pelo governo brasileiro, torna-se verdadeiramente incompreensível a afirmação de Langoni de que “Estava implícita na estratégia” (...) o “caráter transitório do choque de petróleo”²⁷.

Resultados

- Críticas

- tecnologia eletromecânica e não micro-eletrônica
 - implementação lenta e demora do ajuste do II PND
 - custo muito elevado: atraso e maiores juros
 - proteção exagerada X globalização

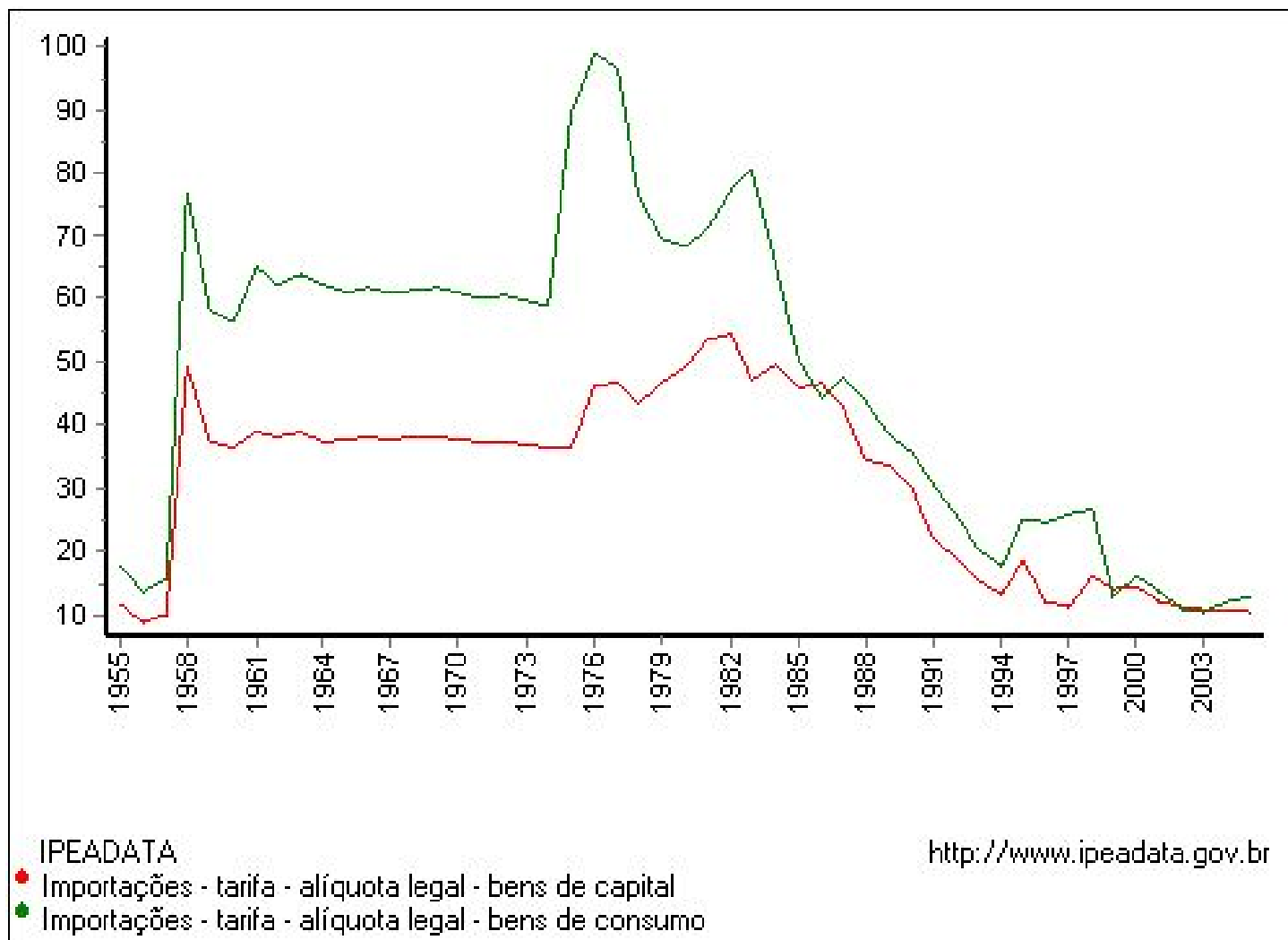
- Desequilíbrio externo → interno

- compra de divisas pelo setor público

- Herança: crise do Estado

- inflação elevada: patamar de 200% ao ano
 - déficit público elevado
 - dívida interna cresce

Tarifa de Importações: alíquota legal (em %)



NFSP – operacional (em %PIB)

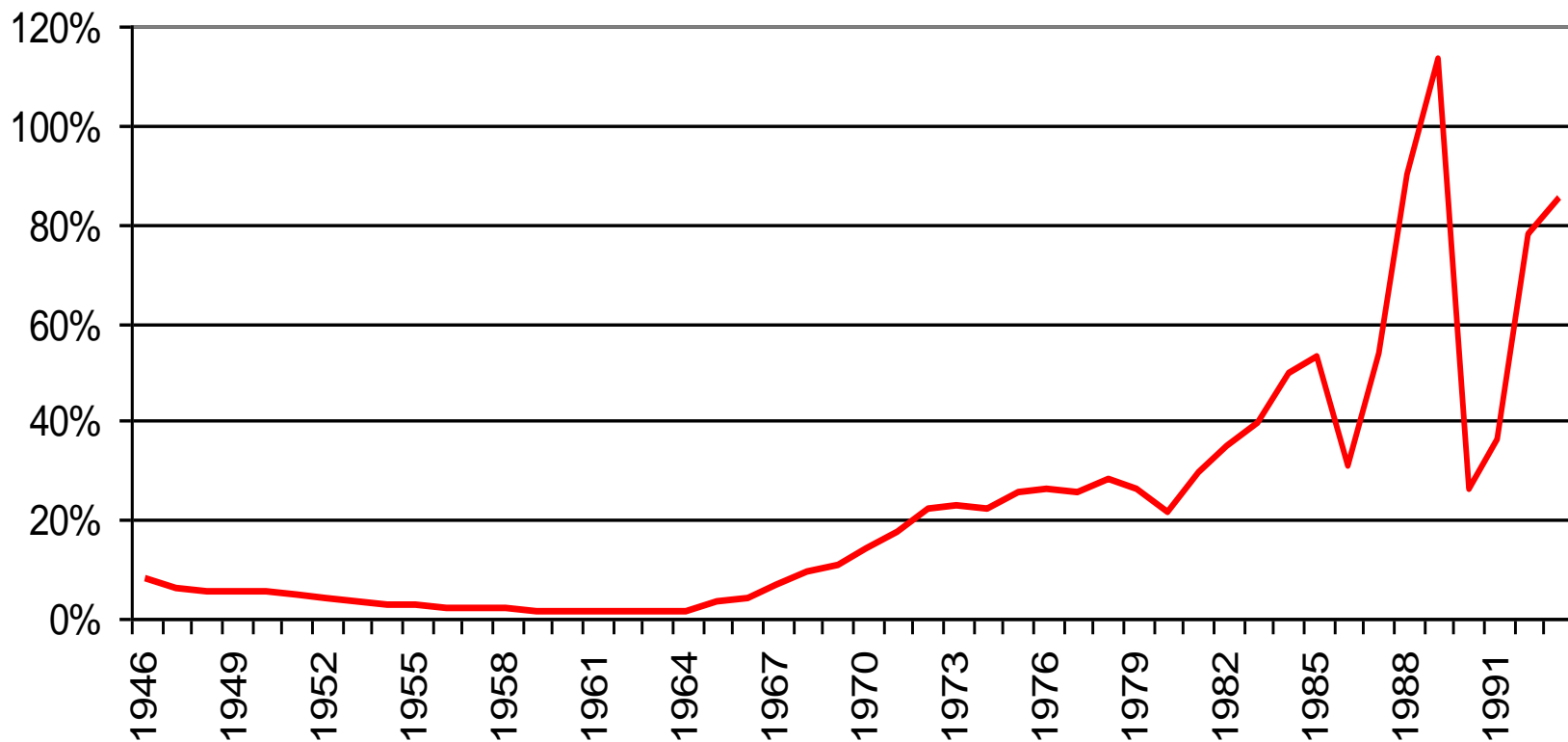


IPEADATA

● NFSP - setor público - operacional - c/ desvalorização cambial

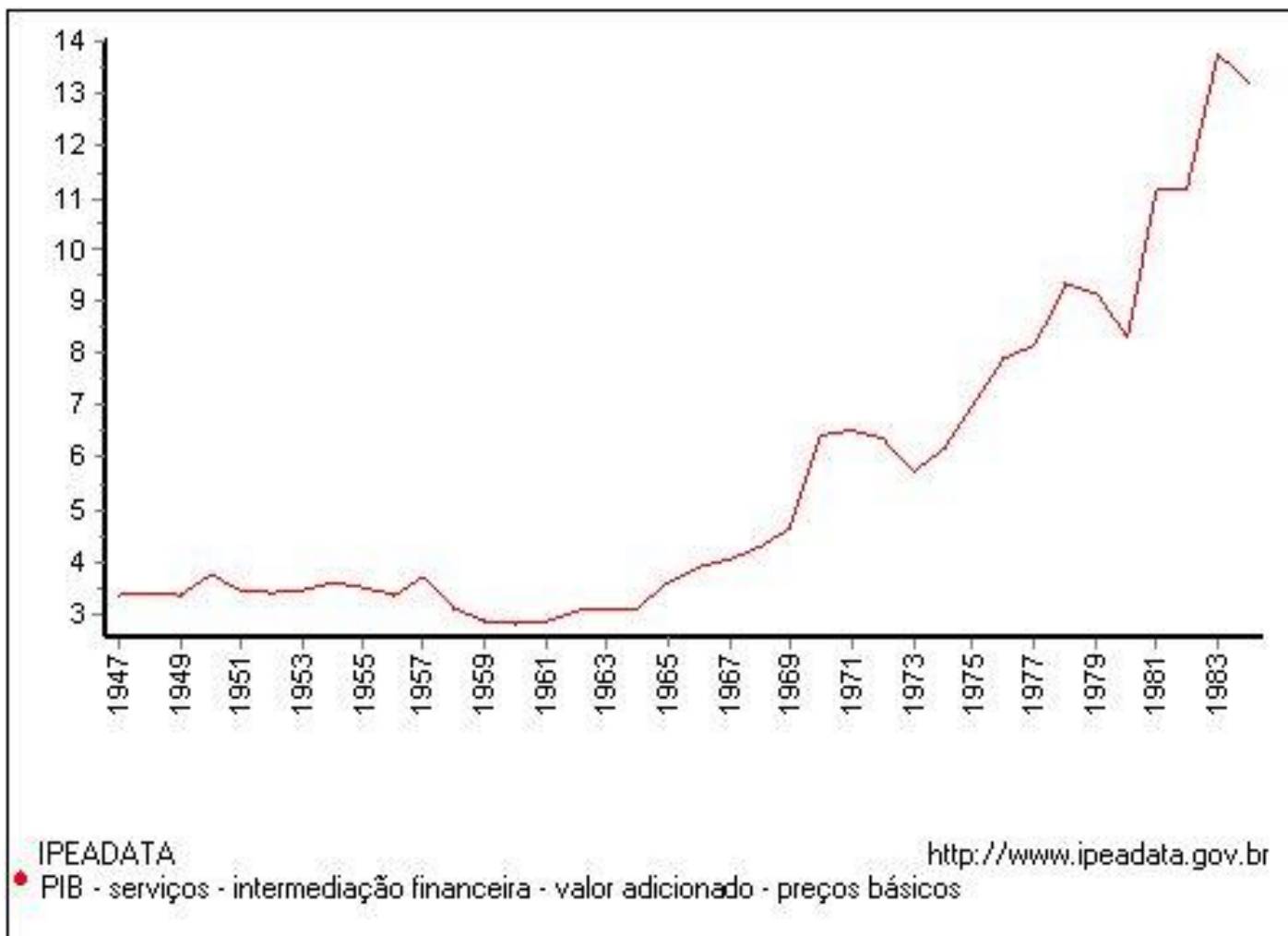
<http://www.ipeadata.gov.br>

**Haveres não monetários
(exceto títulos em poder do BC) - %PIB
1946-1993**

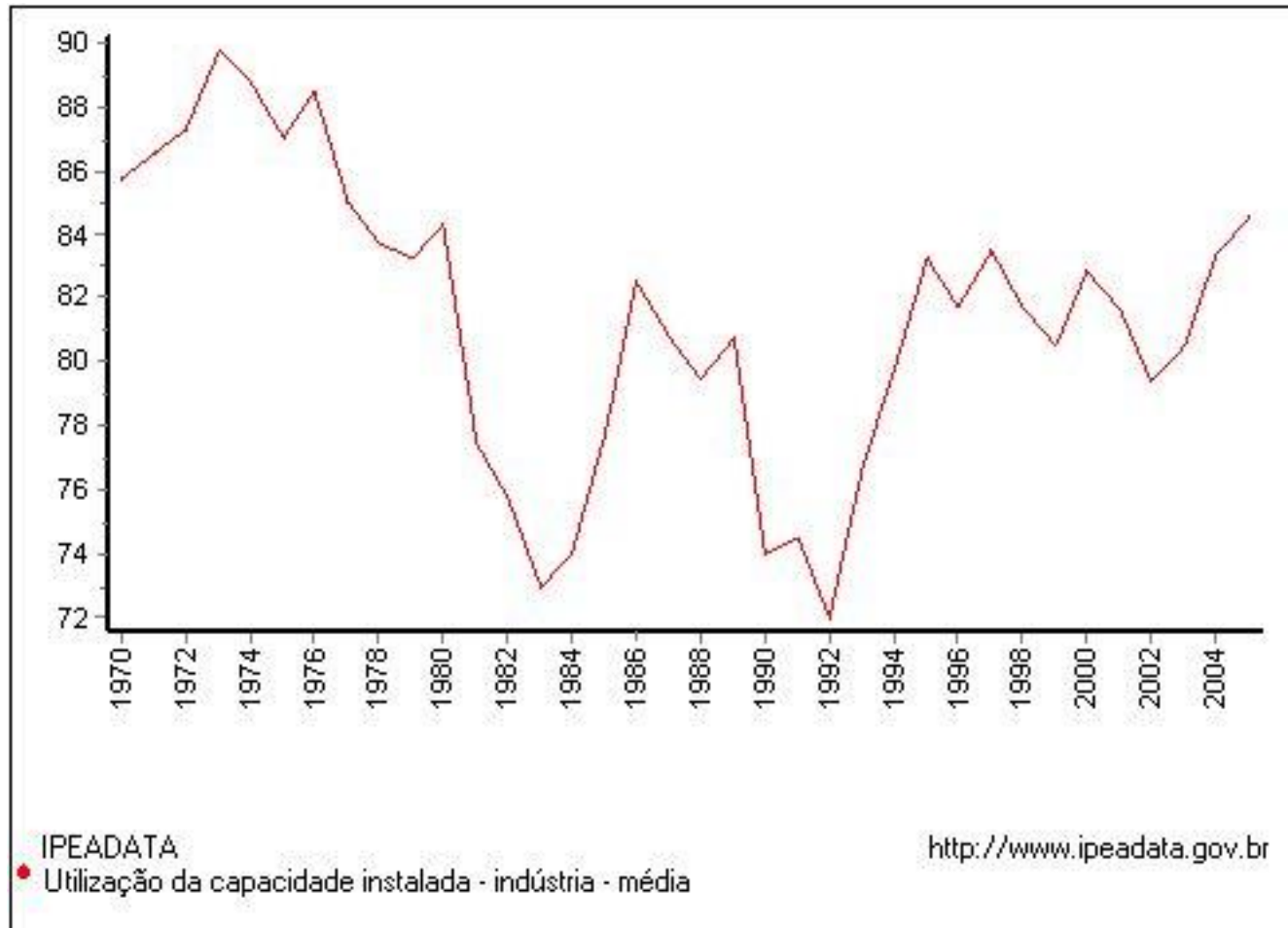


Fonte: Ipeadata

Setor financeiro: % PIB



Utilização da capacidade da indústria



Questões

2003 - QUESTÃO 10

No período 1981-83, a economia brasileira viveu uma crise recessiva de grandes proporções. Sobre tal período, é correto afirmar que:

- Ⓐ a crise cambial e as políticas de ajuste que se seguiram afetaram negativamente o crescimento do produto;
- 1 as tentativas de estabilização de preços envolveram medidas de desindexação salarial;
- 2 os bancos credores externos, dado o elevado grau de exposição em relação ao setor público, direcionaram os novos empréstimos ao setor privado;
- 3 as exportações brasileiras foram dificultadas pela recessão mundial e pelas altas taxas de juros internacionais;
- 4 as importações mostraram-se pouco sensíveis à queda do produto e à desvalorização cambial.

2004 - QUESTÃO 10

A partir do segundo semestre de 1980 a economia brasileira foi submetida a um ajuste externo que teve conseqüências recessivas até 1983. Sobre este período é correto afirmar:

- Ⓐ A política econômica esteve voltada para a redução do nível de absorção interna, estimulando as exportações e diminuindo as importações.
- 1 A política de contenção salarial foi um dos componentes do ajuste externo.
- 2 O ajuste recessivo contribuiu para a desaceleração da inflação.
- 3 A política econômica provocou a queda do nível de investimento na economia.
- 4 Mesmo com o crescimento dos juros sobre a dívida interna, o controle de gastos do governo garantiu a diminuição do déficit público como porcentagem do PIB.

2005 - QUESTÃO 11

No início dos anos 1980, após o segundo choque do petróleo e sob os efeitos da política americana de fortalecimento do dólar, houve uma interrupção de financiamentos aos países latino-americanos. Sobre esse tema, em relação ao Brasil, é correto dizer que:

- Ⓐ a interrupção dos fluxos externos de empréstimos foi determinada principalmente pela crise fiscal brasileira;
- 1 a interrupção dos fluxos externos não teve conseqüências relevantes para a economia brasileira, pois tais recursos não lhe eram essenciais;
- 2 antes do corte abrupto do financiamento externo, com a moratória mexicana, o governo brasileiro já havia iniciado o denominado ajuste externo, mediante políticas restritivas de ordem monetária, fiscal e creditícia;
- 3 embora os fluxos externos voluntários tivessem sido drasticamente reduzidos, houve empréstimos ao Brasil para que compromissos de pagamento da dívida externa fossem honrados;
- 4 o ajuste externo imposto à economia deflagrou um processo de reestruturação financeira das empresas nacionais, o que só foi possível porque o Estado absorveu os impactos negativos do ajuste sobre as contas públicas.

2006 - QUESTÃO 10

A respeito das políticas de ajuste à crise do endividamento externo entre 1980 e 1985, é correto afirmar que

- Ⓐ o impacto da crise financeira externa foi atenuado pela melhora dos termos de intercâmbio do comércio exterior brasileiro, particularmente no biênio 1982-83.
- 1 as desvalorizações cambiais favoreceram o ajuste exportador, mas aumentaram o custo fiscal da dívida externa e tiveram impacto inflacionário.
- 2 a maioria das grandes empresas privadas nacionais conseguiu sobreviver ao impacto recessivo das políticas de ajuste, em parte porque venderam títulos da dívida pública para financiar investimentos crescentes.
- 3 o impacto recessivo das políticas de ajuste foi agravado pela redução do investimento das empresas estatais, muito endividadas em moeda estrangeira.
- 4 a reação defensiva dos bancos comerciais brasileiros atenuou o impacto recessivo das políticas de ajuste, pois eles fugiram do risco maior dos títulos da dívida pública e ampliaram o crédito ao setor privado.

2007

QUESTÃO 09

O período 1980-84 foi especialmente difícil para economia brasileira. Sobre este período, é correto afirmar que

- Ⓐ as políticas restritivas de demanda, adotadas em 1981, tiveram efeito praticamente nulo sobre a taxa de inflação.
 - Ⓑ as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI antes das eleições de 15 de novembro de 1982.
 - Ⓒ em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI e que, nos 24 meses subseqüentes, sete cartas de intenções foram examinadas pela direção do Fundo.
 - Ⓓ graças à abertura democrática, o salário mínimo preservou seu valor em termos reais.
 - Ⓔ o ajustamento externo da economia, foi bem sucedido por ter gerado vultosos superávits comerciais e alcançado o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos.
-

2008

QUESTÃO 9

Com relação ao ajuste do balanço de pagamentos, ocorrido na primeira metade da década de 1980, pode-se afirmar que:

- Ⓒ um dos seus elementos centrais foi o estímulo às exportações, por meio da adoção de uma política de desvalorização cambial;
- 1 como resultado de sua aplicação, a economia brasileira voltou a apresentar taxas de crescimento acima de 7% ao ano, entre 1983 e 1985;
- 2 um dos fatores que permitiu o ajuste da balança comercial foi a melhoria observada nas relações de troca entre 1978 e 1983;
- 3 obrigado a recorrer ao FMI, no final de 1982, o Brasil firmou diversas cartas de intenção a partir deste ano, conseguindo cumprir, na maioria das vezes, todas as metas fixadas, o que lhe garantiu os empréstimos e avais necessários para a não decretação da moratória, a despeito do quadro crítico das contas externas;
- 4 impactou positivamente no saldo da balança comercial, de início por intermédio do aumento das exportações e, posteriormente, em virtude da redução das importações, devido à maturação dos investimentos do II PND.

2009

QUESTÃO 10

No que se refere à tentativa de ajuste da economia brasileira após o choque financeiro externo, no início da década de 1980, pode-se afirmar que:

- Ⓒ O governo desvalorizou o cruzeiro e manteve a indexação dos salários, embora alterasse a política salarial anteriormente vigente por outra que procurava limitar o repasse da inflação aos salários;
- Ⓐ A substituição do financiamento externo pelo interno, juntamente com uma política monetária contracionista, implicou em forte elevação dos encargos financeiros da dívida pública interna;
- Ⓑ As políticas adotadas no período foram bem sucedidas no que se refere ao objetivo específico de alongar, voluntariamente, o financiamento da dívida pública;
- Ⓓ A carga tributária bruta caiu nos primeiros anos da década de 1980, embora o setor público precisasse arcar com encargos financeiros crescentes;
- Ⓔ Entre 1980 e 1985, a dívida pública dobrou como proporção do PIB.

2010

QUESTÃO 10

A crise dos anos 1980 foi marcada pelas seguintes circunstâncias:

- Ⓒ Reversão da trajetória de crescimento da dívida externa, às custas de aceleração da inflação e redução da taxa de crescimento da demanda agregada.
- ① Crescimento da dívida pública interna, associado em parte aos grandes superávits da balança comercial.
- ② As duas recessões (1981 e 1983), decorrentes do “ajuste monetário do balanço de pagamentos”, contribuíram para os ajustes fiscal e do balanço de pagamentos.
- ③ As políticas que levaram à obtenção de grandes saldos na balança comercial contribuíram, decisivamente, para sucessivos aumentos da taxa de inflação.
- ④ A indexação generalizada da economia se tornou um mecanismo poderoso de propagação da inflação e também de rigidez dos preços à baixa.

2011

QUESTÃO 10

A crise dos anos 1980 foi marcada pelas seguintes circunstâncias:

- Ⓒ Reversão da trajetória de crescimento da dívida externa, às custas de aceleração da inflação e redução da taxa de crescimento da demanda agregada.
- ① Crescimento da dívida pública interna, associado em parte aos grandes superávits da balança comercial.
- ② As duas recessões (1981 e 1983), decorrentes do “ajuste monetário do balanço de pagamentos”, contribuíram para os ajustes fiscal e do balanço de pagamentos.
- ③ As políticas que levaram à obtenção de grandes saldos na balança comercial contribuíram, decisivamente, para sucessivos aumentos da taxa de inflação.
- ④ A indexação generalizada da economia se tornou um mecanismo poderoso de propagação da inflação e também de rigidez dos preços à baixa.

7

Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação

Abreu, 13

Giambiagi, 5 e 6

Gremaud, 17

Pastore, Collor

Zini, Collor

Introdução

1. Inflação inercial e conflito distributivo
2. Nova República: gradualismo em 1985
3. Plano Cruzado: 1986
4. Plano Bresser: 1987
5. Plano Verão: 1989
6. Plano Collor: 1990
7. Plano Collor II: 1991
8. Abertura Comercial

Ajuste externo sem deter a inflação

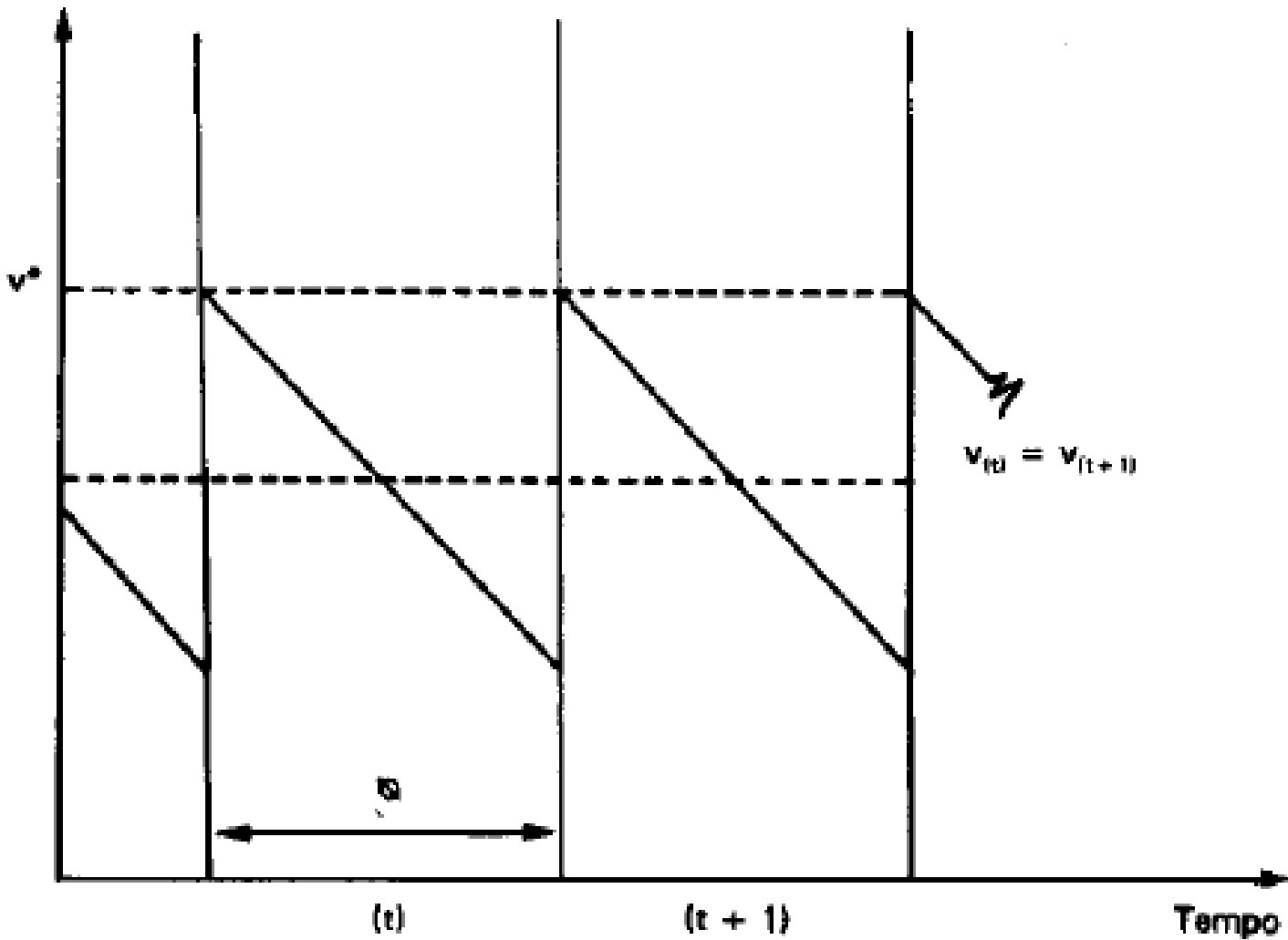
- Desequilíbrios internos
 - Contas públicas ← serviço da dívida externa
 - Dívida interna crescente
- Inflação principal sinal dos desequilíbrios
- Indexação generalizada
 - ORTN em 1964 → ativos, câmbio, salários etc.
- Inércia inflacionária: reposição
- Mudança por patamares
 - Fins de 1979: 2º Choque do petróleo, maxi e pré-fixação da correção monetária: π 50% → 100%
 - Início de 1983: maxi e choque agrícola: π 100% → 200%

1 – Inflação inercial

- **Inflação:** fatores mantenedores e aceleradores
- **Tendência**
 - inércia decorrente da indexação
 - todos devem ser protegidos da inflação: busca do pico
- **Choques** de demanda e oferta
 - produzem conflitos distributivos
- Valores reais pela média e não pico
 - falta de sincronia dos reajustes dos preços
 - dispersão dos preços
- Ajustar preços relativos
 - retirar a não sincronia dos reajustes de preços e w

FIGURA 1

Salário Real
(Escala Log)



Propostas inovadoras

- **Moeda indexada**

André Lara Resende e Pêrsio Arida
desindexação: introdução de outra moeda - ORTN
sistema de duas moedas convivendo

- **Choque heterodoxo**

Francisco Lopes
congelamento temporário de preços e w
consistentes com a distribuição de renda

- **Pressupostos**

- Plano não modifica o conflito distributivo: neutro
- Inflação tão-somente inercial: sem choques

- **Mudança política: facilita a aceitação**

2 - Nova República

- da ortodoxia a heterodoxia: Sarney
 - Bons resultados a curto prazo
 - defasagem do aperto monetário sobre a inflação
- Gradualismo: mar. 85 a fev. 86
- Tancredo: campanha do pacto social
 - contra a recessão e FMI
- Política austera prevalece inicialmente
 - Francisco Dornelles: ortodoxia
 - João Sayad: heterodoxia

Gradualismo: medidas

- Congelamento de preços públicos e alguns privados: CIP
 - inflação reprimida
- Elevação da taxa de juros
- Extensão da memória inflacionária
- Pico da inflação no meio do ano
 - choque agrícola e inflação corretiva
- **Dornelles → Dílson Funaro em set. 85**
 - redução dos juros
 - único indexador: IGP-DI e INPC → IPCA
- Inflação cresce no final de 1985

Situação no início de 1986

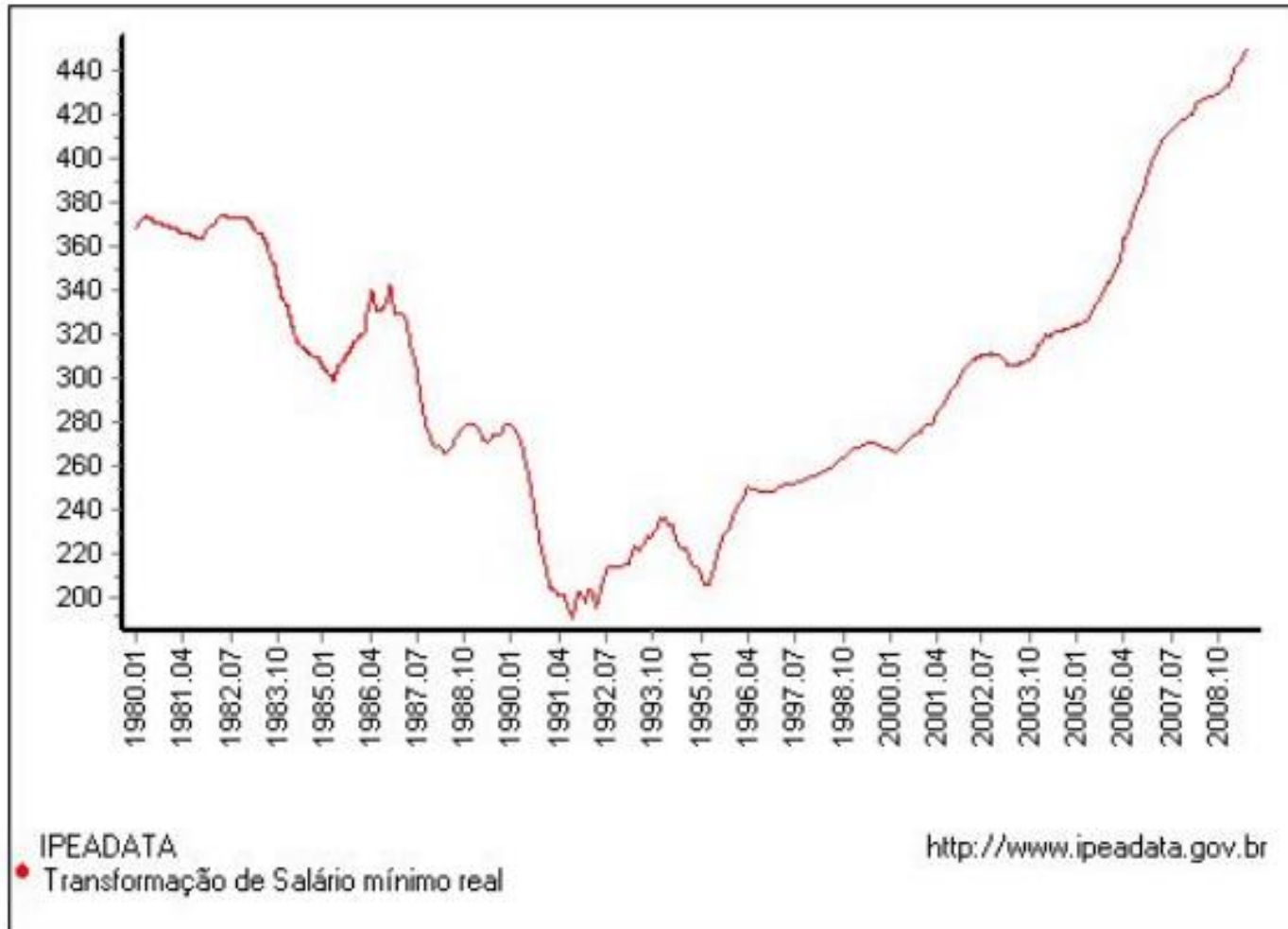
- Fracasso do gradualismo e ortodoxia
- Crescimento econômico em 1984-85
- Pacote fiscal no final de 1985
 - efeito Tanzi: defasagem do fato gerador e recolhimento
 - indexação dos impostos → déficit zero em 86
- **Condições externas favoráveis**
 - superávit comercial e reservas elevadas
 - Dólar desvalorizado
 - Redução dos preços do petróleo
- **Eleições** em 1986
 - Assembléia Constituinte e governadores
 - 49,9% da população votou, inclusive analfabetos desde 1985
- Plano Austral na Argentina bem sucedido
- Fim da conta movimento do BB no BC

3 – Plano Cruzado: 28/02/1986

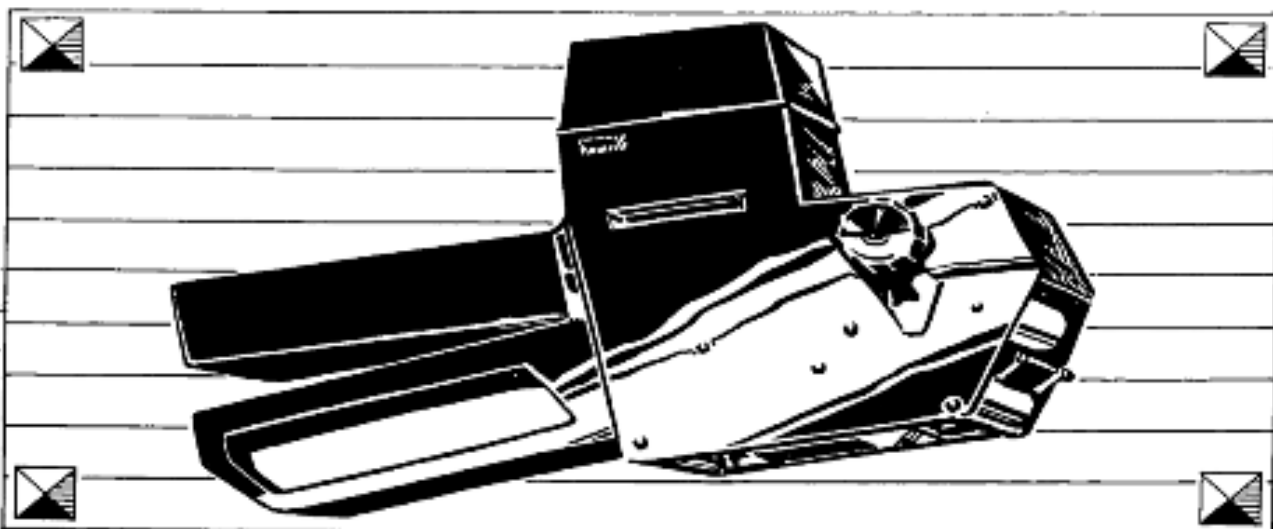
- Medidas
- 1.000 Cr\$ → 1 Cz\$
- **Congelamento** de preços e câmbio
- **Conversão** dos contratos na nova moeda:
 - Salários: conversão pela média dos últimos 6 meses + 8%, Salário Mínimo + 16% e gatilho → ↑ Massa salarial
 - Aluguéis: atualização por multiplicadores
 - Pré-fixados: tablita, desvalorizando em 0,45% ao dia
 - Pós-fixados: ORTN → OTN congelada por um ano
 - Indexador: novo índice IPC e mudança de base
- Política monetária sem metas de M: juros > 0
- Seguro desemprego

Salário mínimo real

(média móvel, valores em R\$ de 2008)



PROCURA-SE VIVO OU MORTO



Ploc, ploc, ploc...
Este era o som do qatillo mais temido do Brasil:
do remarcador de preços.
Ele age sob as ordens de um outro vilão, ainda
mais implacável: a inflação.
Durante muitos anos eles agiram em dupla, sem
nenhum controle ou fiscalização, e fizeram dos
brasileiros suas vítimas diárias.
Porém, a hora e o dia deles chegaram: no dia 27
de fevereiro ficaram frente a frente com o Plano
Tropical.

Foi arrasador: em poucas horas a inflação foi

jogada por terra, agonizante, e cada brasileiro foi
incumbido de fiscalizar o seu extermínio.

Seu comparsa, o remarcador, ainda tentou
escapar e fazer novas vítimas, mas foi flagrado
e preso.

O resultado imediato você pode ver em Irmãos
Coco: preços congelados e deflacionados, livres da
ameaça da inflação.

Se você ver o remarcador de preços solto por aí,
denuncie: o destino dele é o ferro-velho.

Porque em Irmãos Coco, temos certeza, ele não
volta nunca mais.

LOJA 1 - Al. Tereza Cristina, 556 - Nova Petrópolis
S.B. do Campo - SP - Fone: 448-5522 PBX - DDD 011

LOJA 2 - Praça Manuel Sabatini, s/nº (ao lado da Prefeitura)
S.B. do Campo - Fone: 458-8000 PBX - DDD 011

LOJA 3 - VENDAS NO ATACADO E ATENDIMENTO ÀS
INDÚSTRIAS E CONSTRUTORAS - Av. Pirapirinha, 550
S.B. do Campo - Fone: 448-5555 PBX - DDD 011

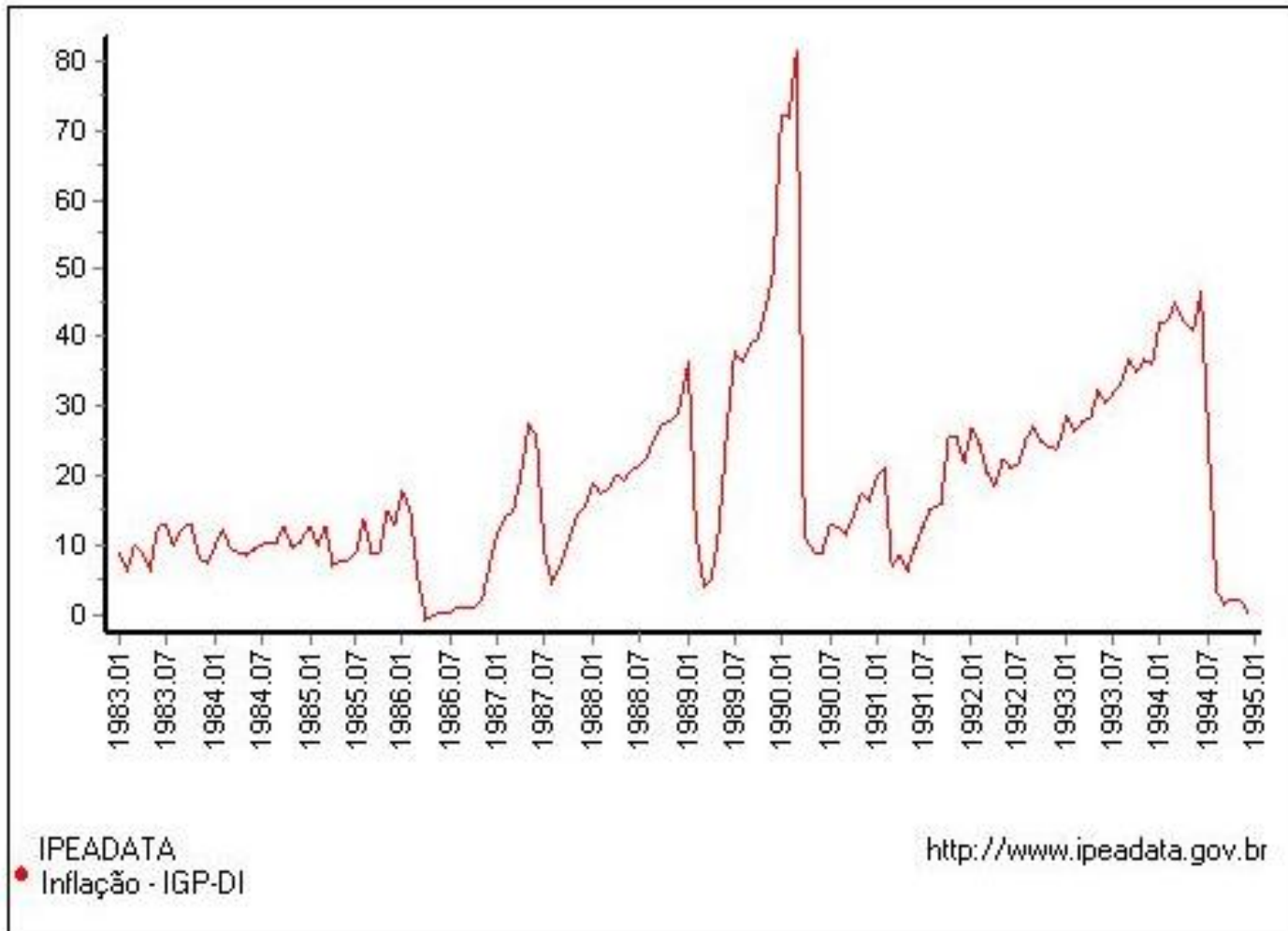
**IRMÃOS
COCO**
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

Resultados do Cruzado

- **Sucesso imediato:** redução expressiva da inflação
 - Forte adesão popular: fiscais do Sarney
- **Boom** de demanda
 - Aumento do poder de compra dos salários
 - Despoupança voluntária: ilusão monetária as avessas
 - menor juros nominal e excesso de oferta de moeda
 - Preços defasados amplia desequilíbrios setoriais
 - Maior crédito ao consumidor
 - Menor imposto inflacionário
- **Indícios de excesso de demanda**
 - Preços não congelados: carros usados e vestuário
 - Congela a preço sazonalmente reduzido: leite e carne



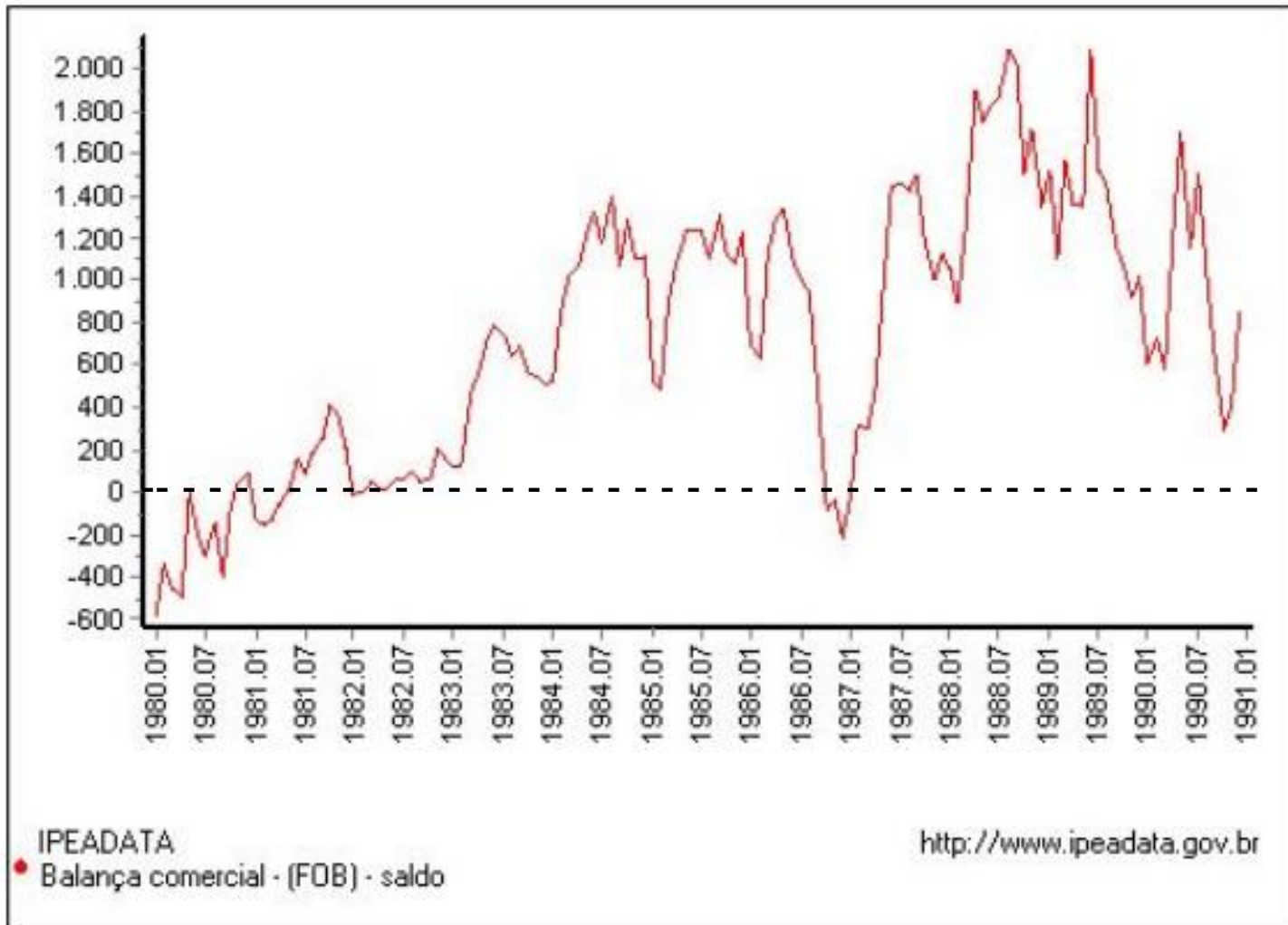
Inflação mensal: IGP-DI



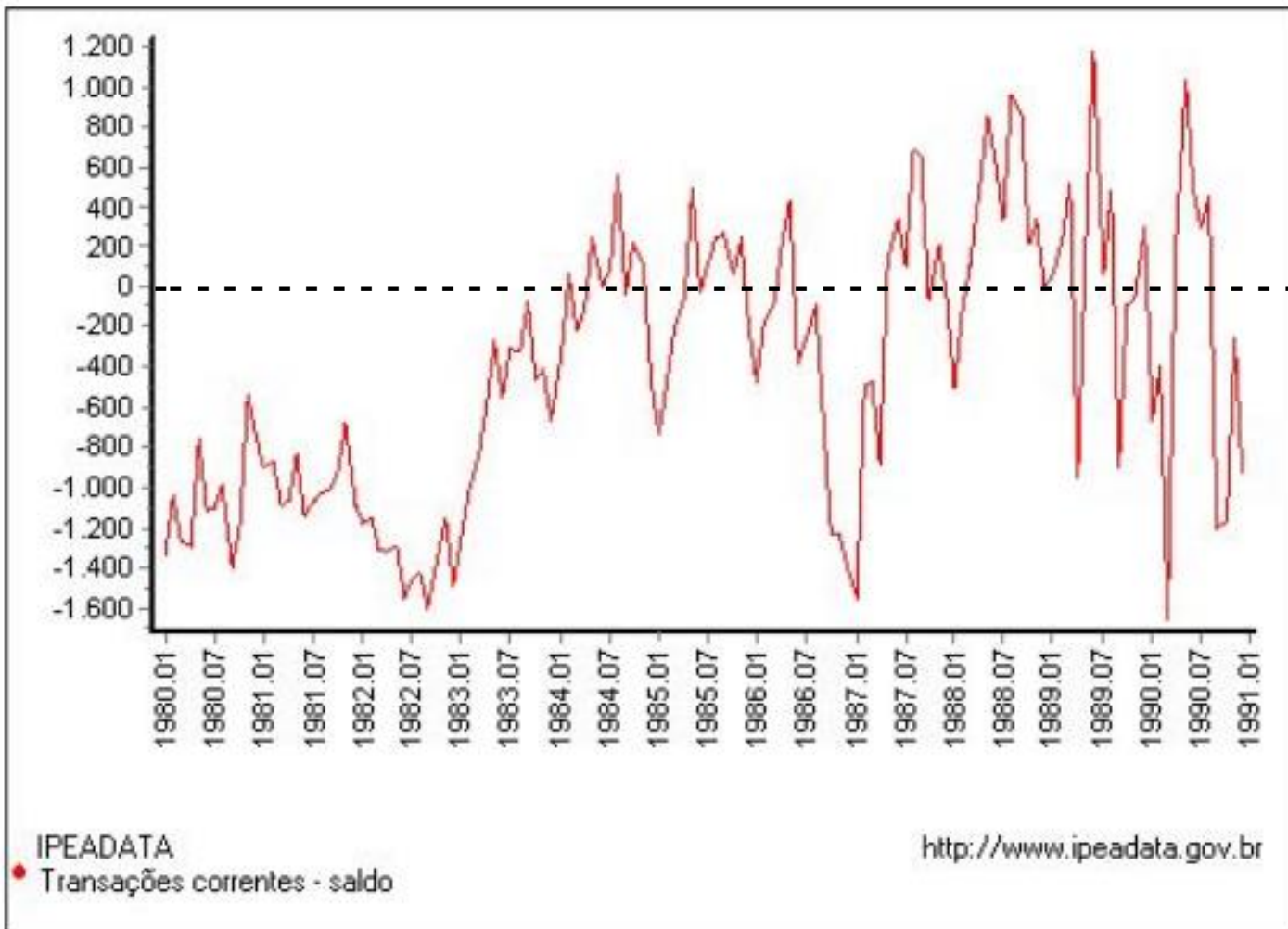
Expectativa do descongelamento

- Perspectiva de descongelar
pequena desvalorização cambial em outubro
- Expectativa de desvalorização cambial
cresce o ágio entre o comercial e paralelo
antecipação de importações e saída de capital
- Piora no saldo da balança comercial
- Déficit em transações correntes
- Dificuldade em manter o ajuste externo
- Falência do BNH → CEF
reajustes menores do que os salários

Saldo da Balança Comercial em milhões de US\$



Saldo de Transações Correntes em milhões de US\$



Cruzado II: novembro de 1986

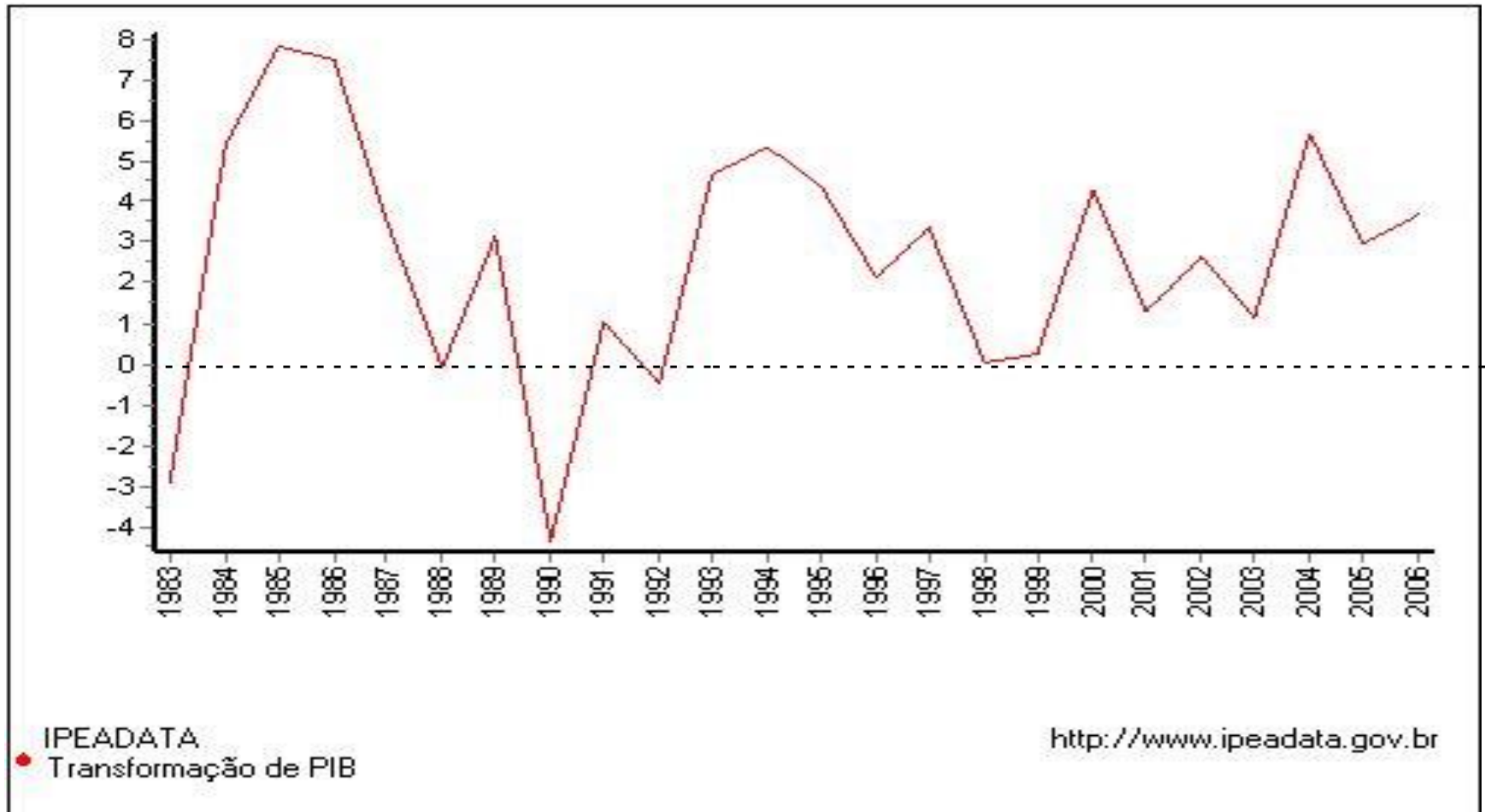
- uma semana depois da eleição
- Medidas:
 - Elevação de preços: ex: combustíveis em 60%
 - Novo pacote fiscal: + arrecadação
 - Desvalorização diária do cruzado
 - Muda a ponderação do IPC
- Gatilho disparado em jan/87:
 - π acumulou 20%

Estagflação em 1987

- Aceleração inflacionária
 - não via demanda, mas realinhamento de preços
- Recessão
- Moratória da dívida externa aos bancos privados em fev. 87
 - saída de Sayad e Fernão Bracher do BC
- Fracasso do Plano
 - inflação em abril 20% ao mês
- Funaro → Bresser em abril

Crescimento do PIB

(em % anual)



4 – Plano Bresser: 12/06/1987

- **Novo congelamento**
 - objetivo deter a espiral inflacionária
 - meta não é mais inflação zero
- Combinação de elementos ortodoxos e heterodoxos
- **Medidas:**
 - 3 fases: - congelamento temporário (90 dias) não pela média
 - flexibilização: reajustes mensais pelo IPC de três
 - liberalização dos preços
 - Políticas fiscais e monetárias restritivas
 - elevação de tarifas públicas
 - desvalorização cambial de 9,5%
 - não suprimiu os indexadores e criou-se a URP e nova tablita
- Congelamento e flexibilização: menor inflação

Resultados do Bresser

- Inflação não se aproxima do zero
retomada do crescimento da inflação
- Motivos:
 - Não de demanda, mas do conflito distributivo entre público e privado introduzido pelo plano
 - Falta de equilíbrio dos preços e do conflito distributivo no momento do congelamento
- Dez/87: Maílson da Nóbrega no Ministério

Política do feijão com arroz

- **Estabilização** da inflação em 15% ao mês
evitar a aceleração da inflação
tentativa de controle do déficit público
- **Rejeita** o choque heterodoxo: credibilidade
- Grande **superávit** comercial → compra das divisas → emissões do governo
elevação da dívida interna
- Moratória foi suspensa em set. 88
- Tentativa de pacto social no fim do ano
inspiração mexicana: acordo entre a sociedade e governo

Constituição de 1988

- Aumentou as receitas vinculadas às despesas
- Encareceu o custo da mão-de-obra do governo
 - Estabilidade ao funcionário público
 - Transformação de CLT em estatutários → impacto na previdência. Em 1990, eram 750 mil servidores federais e apenas 150 mil pelo Estatuto dos Servidores Públicos
- Descentralização da receita e encargos em favor dos estados e municípios
 - FPE: 14% → 17% → 21,5% e FPM: 21,5% → 22,5%
 - FPE: 85% para estados NE, NO e CO
- Limite ao endividamento público: Senado Federal
 - expansão dos gastos → dívida interna → inflação

5 – Plano Verão: 14/01/1989

- 1.000 Cz\$ → 1 NCz\$
- **Ganhar tempo:** quinto ano do governo Sarney
- Medidas:
 - Mix ortodoxo e heterodoxo
 - Desvalorização cambial de 16,38%
 - **Congelamento** dos preços e salários pela média e por prazo indeterminado
 - Reajustes de tarifas e tablita
 - Eliminação de todos os indexadores

Resultado do Verão

- Falta de credibilidade do governo
 - rápida aceleração da inflação
 - indexação em fevereiro pela BTN e, em maio, BTN fiscal com correção diária
- **Desequilíbrio fiscal** → dívida interna → juros elevados → mais desequilíbrio fiscal
 - déficit público operacional de 7% do PIB
- Aumento do consumo
 - aceleração da inflação: busca por ativos reais
- Hiperinflação? taxa acima de 50% ao mês
 - Cagan define hiper acima de 50%

Três primeiros planos: conclusão

- Política monetária acomodativa → dívida interna no overnight
- Agilidade empresarial em conviver com a inflação
preços com folga, + gasto administrativo e financeiro
- **Fuga** para ativos reais e no exterior
- Inflação piora a distribuição de renda
- Agravamento do déficit público
- **Década perdida**
- Superávit comercial elevado → ajuste externo

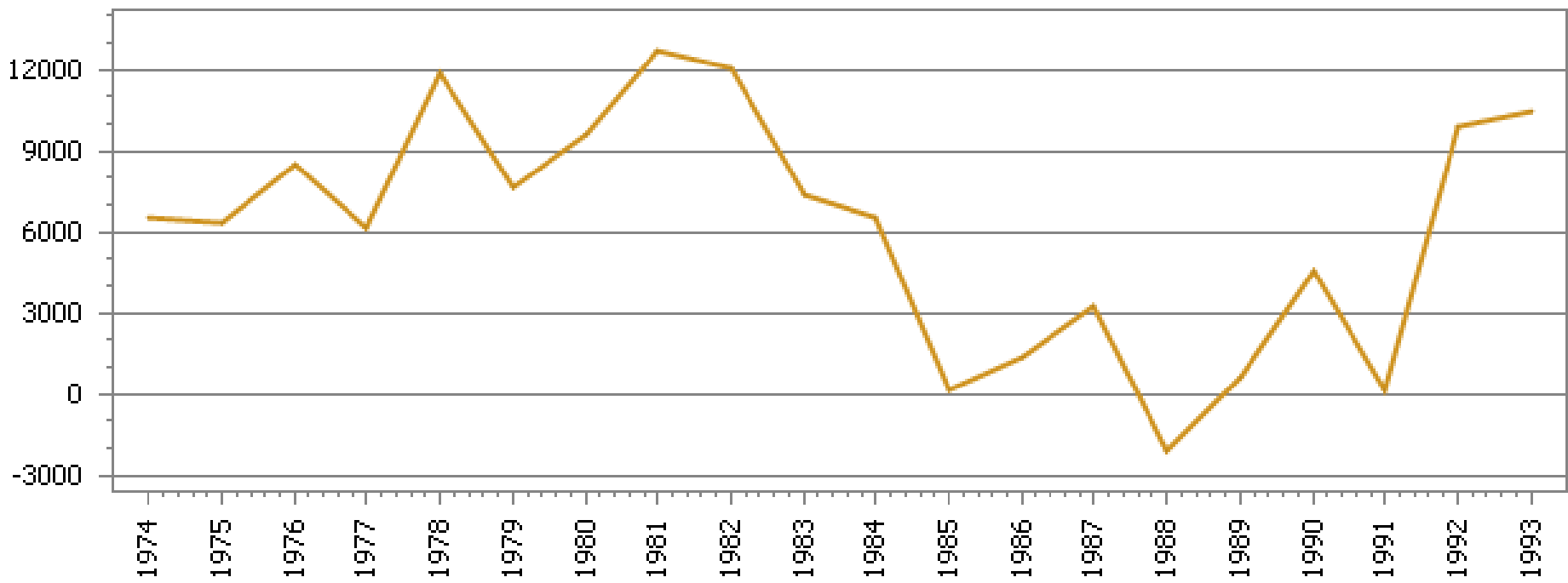
Superinflação: 1983-1994

Fernando Cardim

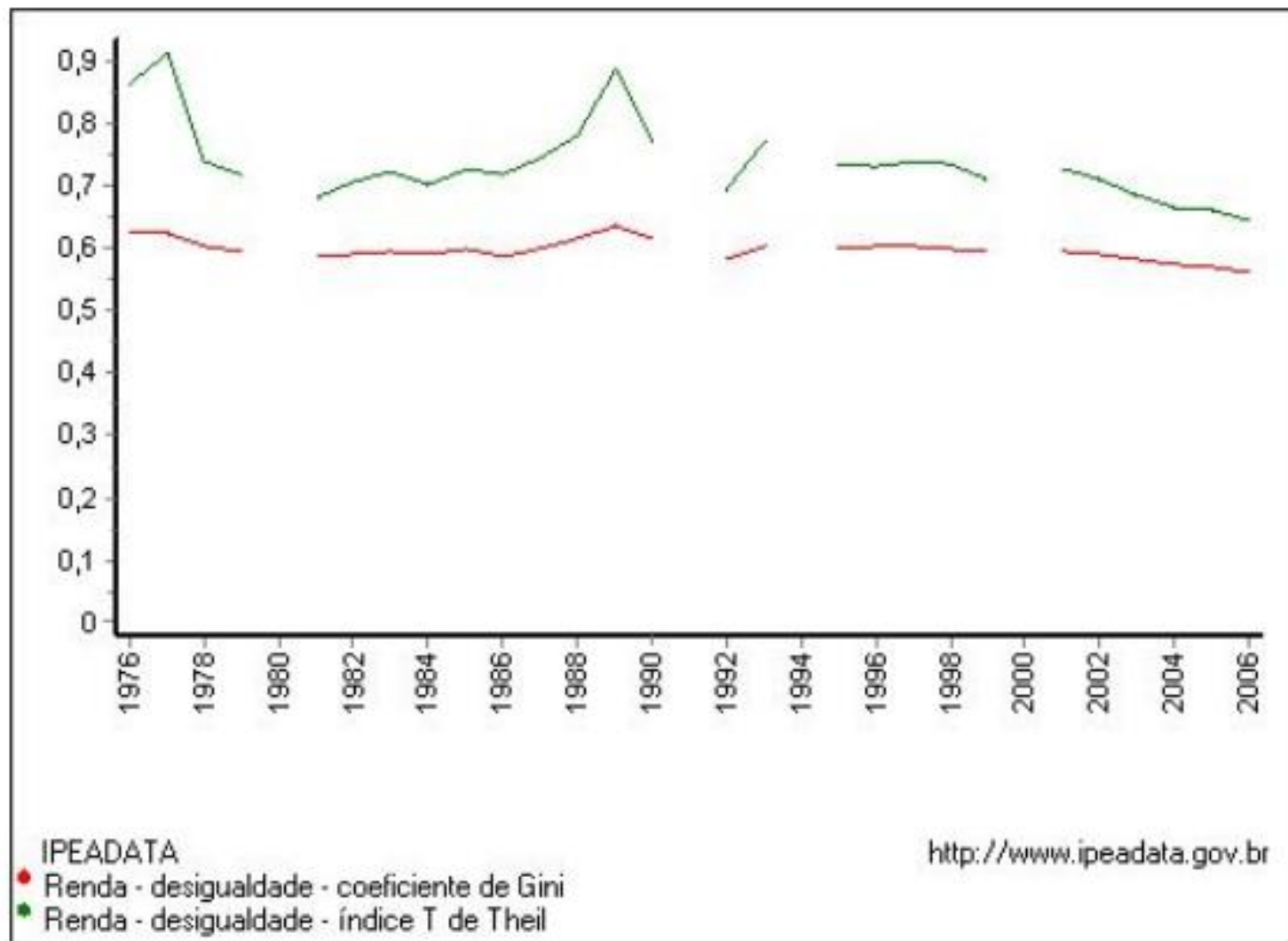
REP (1990)

- “A permanência da alta inflação, deste modo, implica sacrifícios menores (ou menos visíveis) no curto prazo, ao custo de destruir gradativamente o futuro. Neste aspecto, talvez seja uma alternativa ainda mais perversa do que a hiperinflação.”
- Tarefa para alunos: colher depoimentos de pessoas que viveram o período para contar a sua experiência

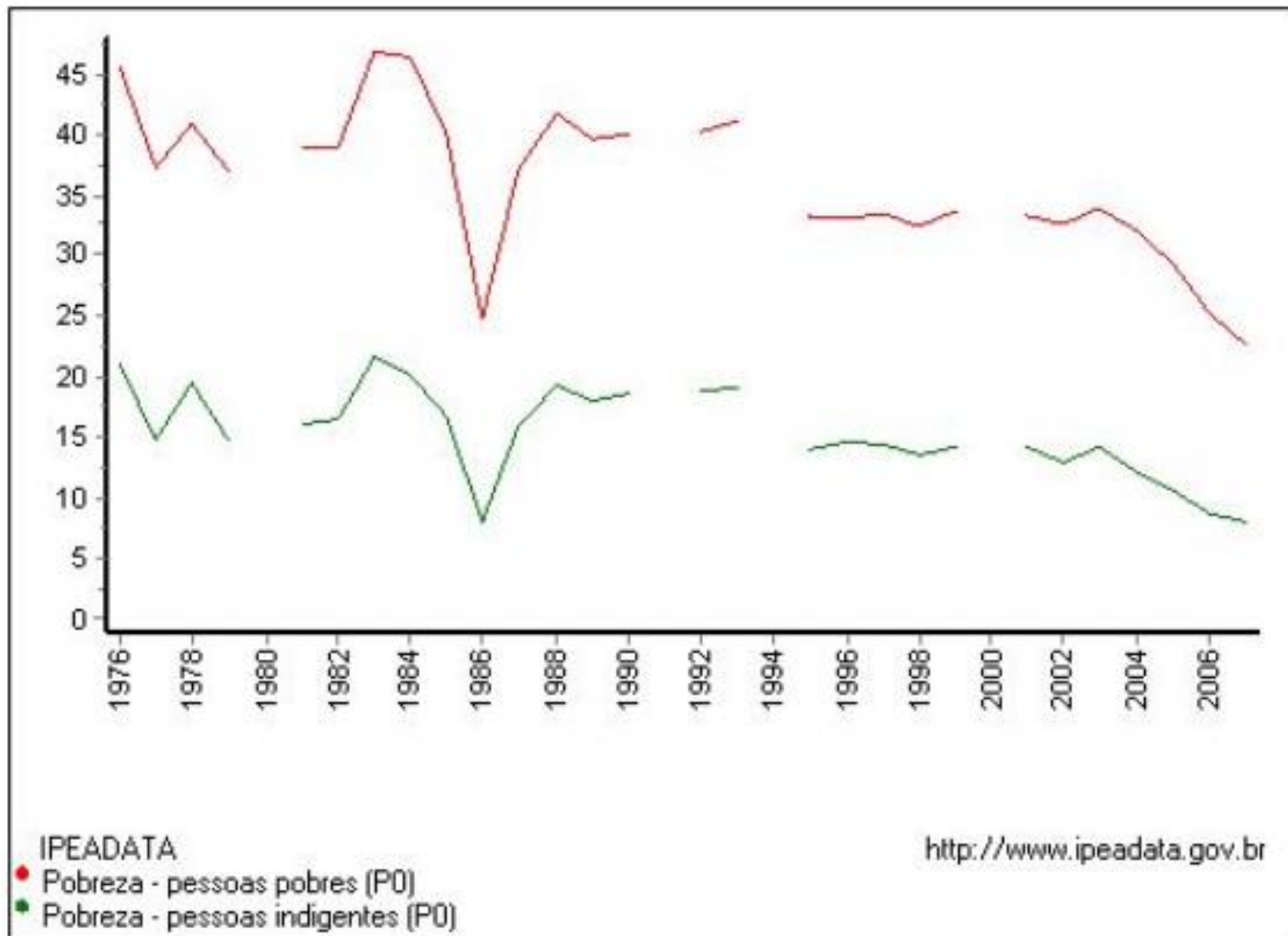
Conta capital e financeira - saldo



Desigualdade de renda - PNAD



Pobres (% população)



Senhoriagem no Brasil – 1965-2004

Ano	Inflação (IGP/DI - FGV)	Senhoriagem (% PIB)
1965	34,26%	1,93
1966	39,13%	1,45
1967	25,00%	1,57
1968	25,43%	1,48
1969	19,34%	1,06
1970	19,26%	0,91
1971	19,49%	0,71
1972	15,71%	0,70
1973	15,58%	0,62
1974	34,53%	0,62
1975	29,34%	0,68
1976	46,26%	1,16
1977	38,84%	1,34
1978	40,72%	1,55
1979	77,29%	1,37
1980	110,25%	1,33
1981	95,20%	1,92
1982	99,71%	2,35
Média 1965-1982	43,63%	1,26

Ano	Inflação (IGP/DI - FGV)	Senhoriagem (% PIB)
1983	210,98%	2,80
1984	223,81%	2,48
1985	235,13%	2,30
1986	65,04%	1,30
1987	415,87%	3,14
1988	1.037,53%	3,91
1989	1.782,85%	5,51
1990	1.476,71%	3,89
1991	480,17%	3,59
1992	1.157,84%	3,27
1993	2.708,39%	3,39
Média 1983-1993	890,39%	3,23
1994	909,67%	1,76
1995	14,77%	1,04
1996	9,33%	0,56
1997	7,48%	0,65
1998	1,71%	0,93
1999	19,99%	0,90
2000	9,80%	0,59
2001	10,40%	0,61
2002	26,41%	0,72
2003	7,66%	0,88
2004	12,13%	0,62
Média 1995-2004	11,97%	0,75
Média 1965-2004	290,23%	1,69

Obs.: Médias Aritméticas para os períodos considerados.

Dados de 1994 foram isolados para depurar efeitos da inflação elevada em metade do ano em função de o Plano Real ter sido implantado em 01/07/1994.

Fontes:

* **Senhoriagem:** JALORETTO, Cláudio: SENHORIAGEM E FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (Dissertação de Mestrado em Economia do Setor Público); UNB; Brasília; 08/07/2005.

* **Inflação:** IGP-DI da FGV (a partir de valores mensais constantes em BCB, Séries Temporais).

6 – Plano Collor: março/90

- Primeiro presidente eleito depois de 30 anos
- Zélia Cardoso de Mello
- **Situação crítica:** inflação de 80% ao mês
proximidade de uma hiperinflação
pressão das contas públicas e seu financiamento
- M1 passa a ser irrelevante
11,5% em dez. 86 → 1,7% em dez. 89
- **Moeda indexada** → inflação
dívida interna → grande liquidez: overnight
títulos públicos com poder liberatório diário
compromisso de recompra do Bacen

Programa complexo

- Política de renda: congelamento por 45 dias
- Reforma fiscal: eliminar o déficit público
 - maior receita: ↑ T (IOF e IPI) e privatização: PND
 - menor despesa administrativa: demissões, fusão de ministérios e fechamento de órgãos (IBC, IAA)
- Liberalização comercial e modernização
 - Abertura: programa de redução de tarifas
 - Taxa de câmbio flutuante e liberdade de negociação com o dólar

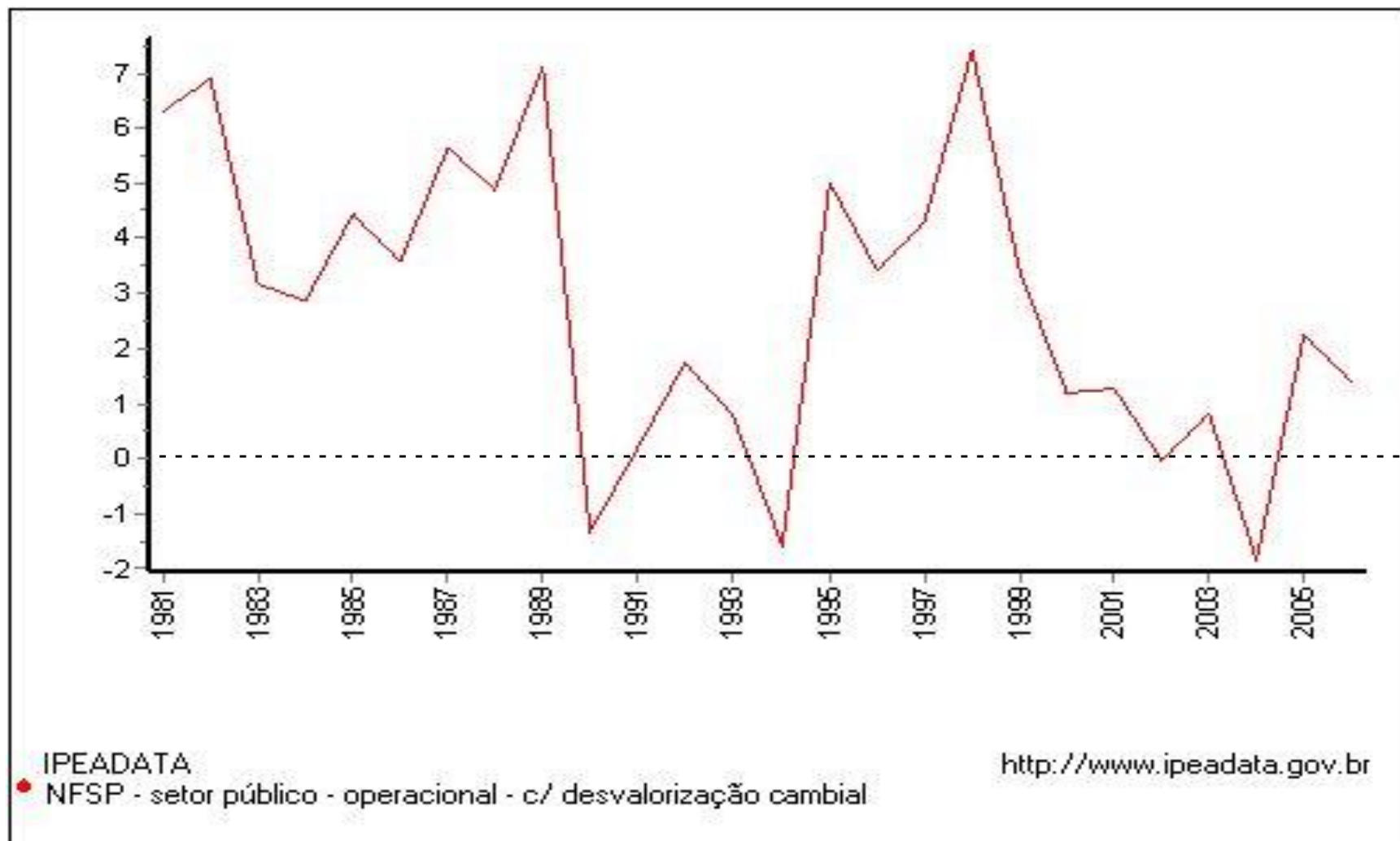
Reforma monetária

- **Bloqueio** das contas por 18 meses
com mais de NCz\$ 50 mil (\approx 1.200 dólares)
liberação de somente 20%
totalizou 34 bilhões de US\$
- **IOF** de 8% sobre todos os depósitos
garantiu o superávit fiscal do ano
- Redução da dívida pública em 30%
perda: IOF, feriado bancário, correção menor inflação
- Retorno do cruzeiro
- Drástica redução de liquidez com o bloqueio
- Forte recessão na economia

Resultados do Plano Collor

- Inflação não chegou a zero em abril e volta
- **Por que** a inflação voltou, apesar dos sacrifícios?
 - Problema de estoque e fluxo – Pastore
 - “versão heterodoxa da Teoria Quantitativa da Moeda”
 - Manteve o compromisso de recompra
 - Remonetização alarmante: + 350% da base, torneirinhas
- Não alterou a qualidade dos ativos
 - Passividade monetária continuou
- Insuficiência do superávit fiscal de 1,3% PIB
 - Câmbio valorizou

NFSP – operacional (em %PIB)



7 – Plano Collor II: 1/02/1991

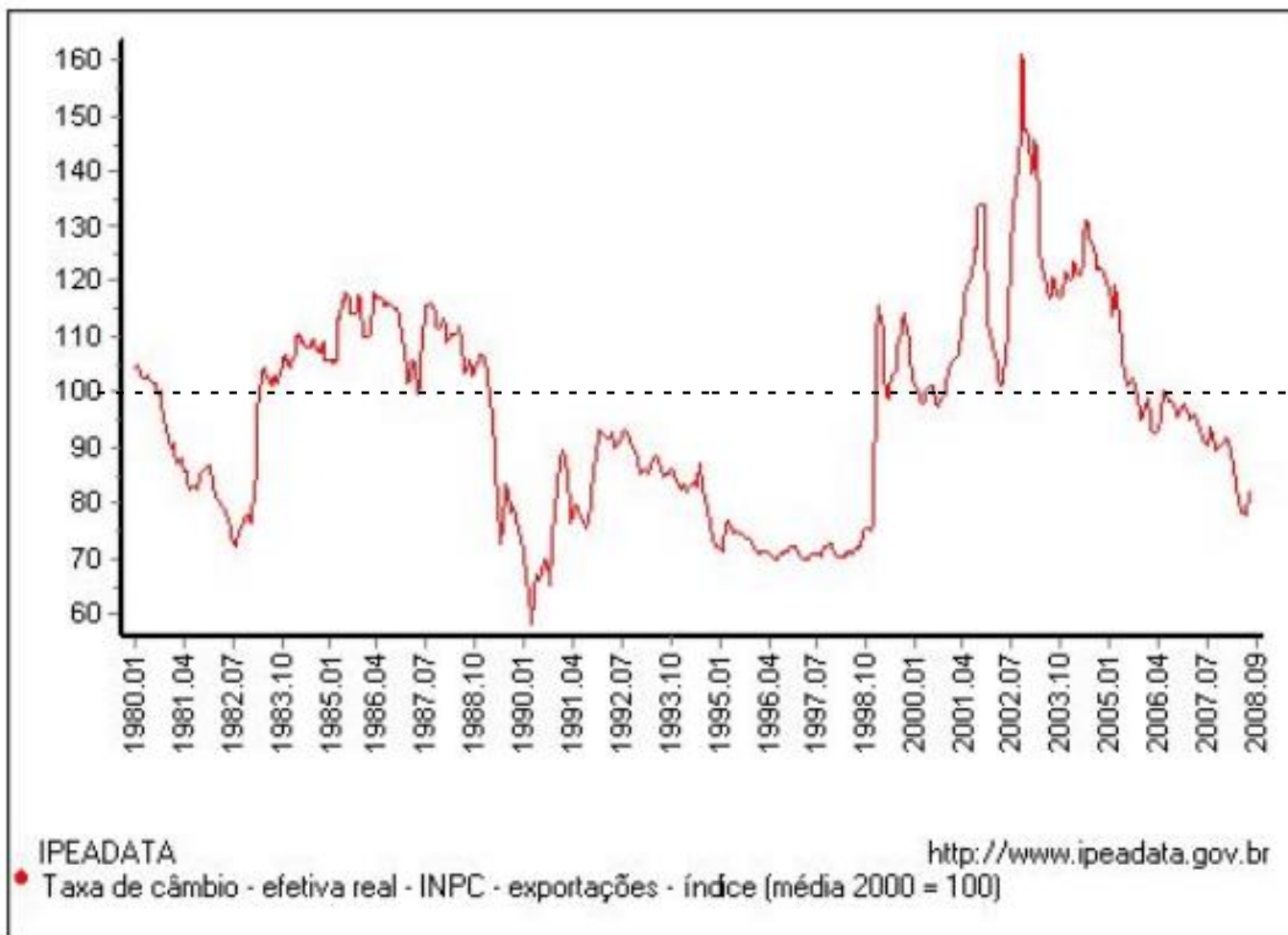
- **Medidas**
 - Congelamento de preços e salários
 - Abolição da cláusula de recompra dos títulos
 - Depositantes assumem riscos:
 - juros reais crescem ao longo do tempo de aplicação
 - Criação dos FAF/FIF e da TR
 - Tentativa de controle dos gastos na boca do caixa
- Mai/91: inflação volta → fracasso dos dois planos
- Marcílio Marques Moreira no Ministério

Marcílio: 1991 e 1992

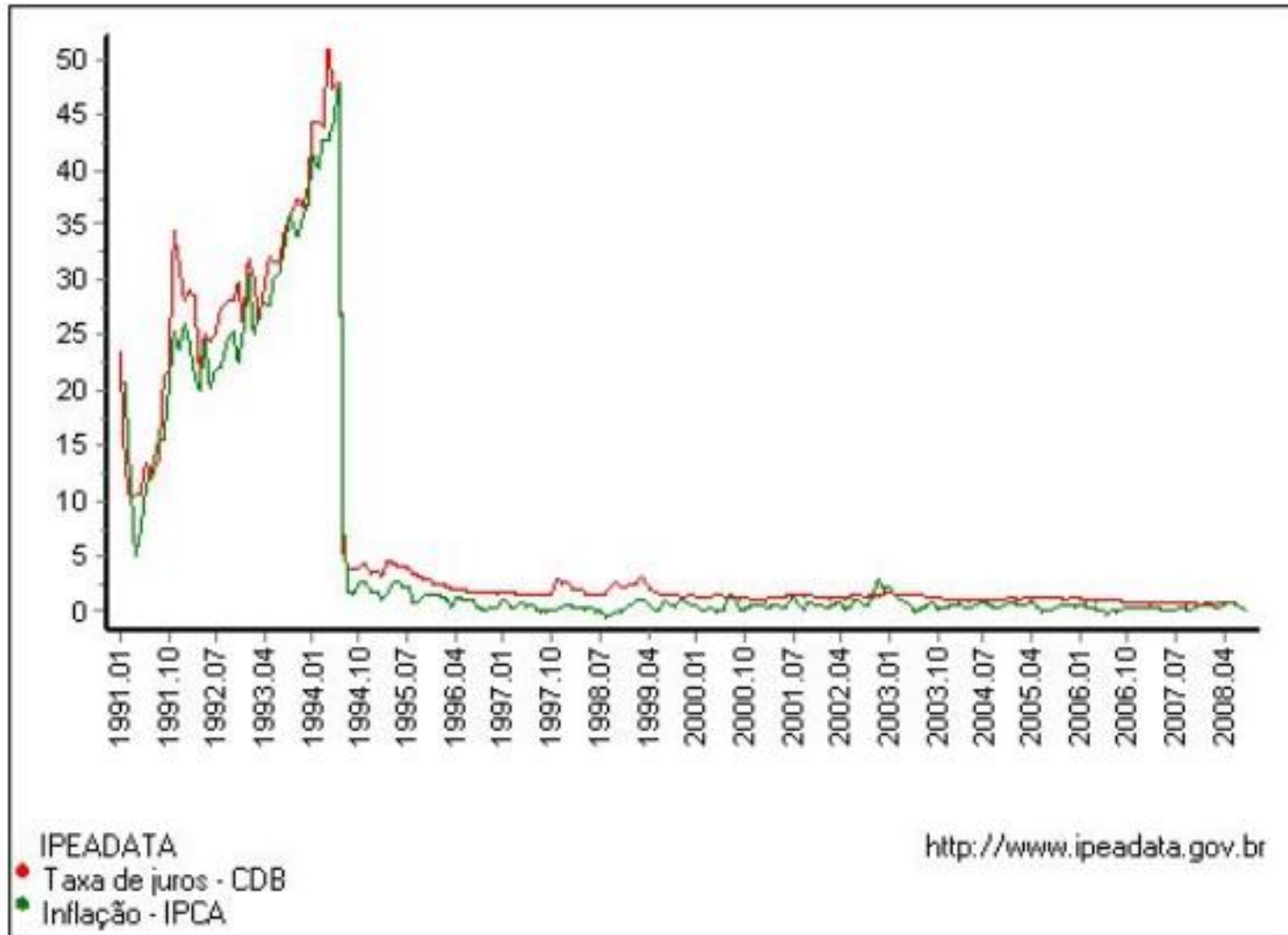
- Supressão dos controles de preços
- Controle do fluxo de caixa
 - Regime único dos servidores: CLT → estatutários
- **Elevação da taxa de juros real**
- **Desvalorização** acentuada do cruzeiro
- **Renegociação** da dívida externa
- Devolução dos cruzados novos retidos?
- Privatização começou
 - Usiminas em out. 1991 por US\$ 1,5 bilhões
- Contribuição
 - Confins em dez. 1991: alíquota de 2%

Câmbio real das exportações

índice de R\$/US\$, deflator INPC



Taxa de Juros e inflação



8 – Abertura comercial

- Brasil tradição protecionista desde o século XIX
tarifas para fins de arrecadação e não industrialização
- **1930-45:** autarquia e não tanto tarifas
Grande Depressão e Guerra
- Liberalização de 1946-47: início de Dutra
- **1947-64:** Processo de Substituição de Importações
valorização cambial, controle de importações e subsídios –
barreiras não tarifárias (ao final voltam as tarifas)
sem esforço para diversificar as exportações
- **1964-73:** Redução da proteção
redundância da proteção e diversificação da pauta de exportação
- **Após 1973:** elevação da proteção não tarifária
restrições quantitativas
Bens de capital mais protegidos que os demais
- Protecionismo da substituição de importações
tarifas elevadas, barreiras não tarifárias: anexo C
recaída: Lei de Informática de 1984

Protecionismo brasileiro

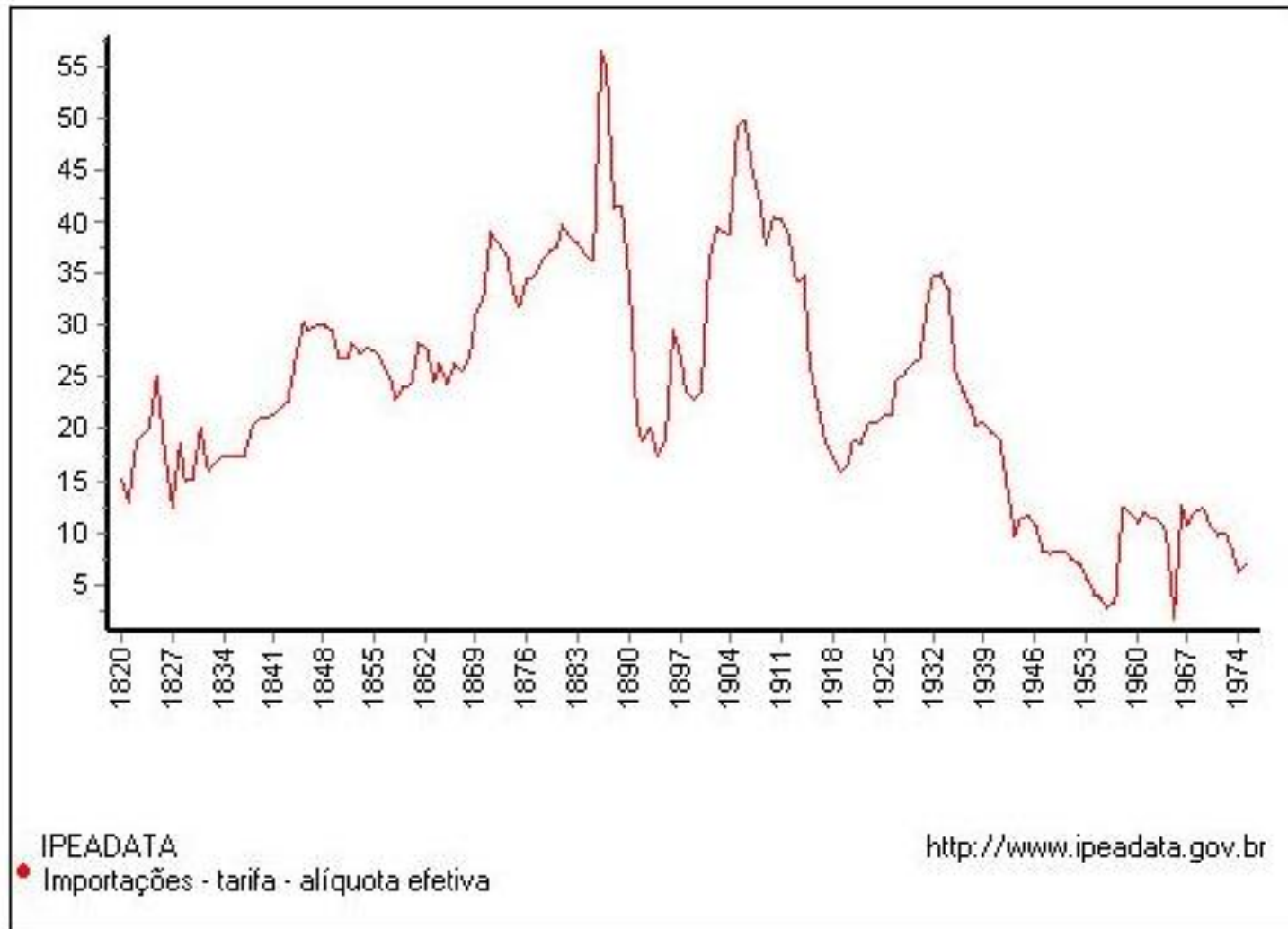


TABLE 5
BRAZIL: EFFECTIVE PROTECTION, 1958-1967
(Percentages)

	1958	1963	1966	1967 *	1967 **
Agriculture	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Vegetable products	-47	-15	-13	-14	-14
Animal products	24	12	16	18	n.a.
Manufactured products	106	183	108	63	48
Mining products	-5	34	24	13	9
Non-metallic minerals	73	130	72	45	48
Metallurgy	61	124	63	35	33
Machinery	22	68	30	32	31
Electrical equipment	83	169	112	67	57
Transportation equipment	82	147	103	84	81
Lumber and wood	138	176	120	81	44
Furniture	221	367	251	90	92
Paper	86	169	91	43	42
Rubber	139	221	158	126	182
Leather	248	405	174	127	84
Chemicals	56	146	56	29	20
Pharmaceutical products	17	60	1	10	10
Perfumery	279	453	281	121	74
Plastics	281	489	332	133	117
Textiles	239	298	232	162	88
Apparel and footwear	264	481	321	107	154
Food products	502	6,778	423	252	71
Beverages	171	243	183	104	76
Tobacco products	273	469	299	114	79
Printing and publishing	139	305	142	4	8
Miscellaneous	88	175	95	47	45
Consumer goods	242	360	230	122	66
Intermediate goods	65	131	68	40	38
Capital goods	53	112	69	56	52
Average all sectors	30	75	44	24	14

Notes: * 1959 input-output table. ** 1971 input-output table.

Source: Fishlow [1975].

TABLE A.8
BRAZIL: EFFECTIVE PROTECTION, 1966-1985
 (Percentages)

	June 1966	April 1967	November 1973	1980-1981	1985
Agriculture	n.a.	n.a.	25	-8.2	-24.6
Vegetable products	35	8	n.a.	n.a.	n.a.
Animal products	164	17	n.a.	n.a.	n.a.
Mining	25	13	14	-4.3	-10.7
Manufactured products	254	117	47	43.6	42.9
Non-metallic minerals	86	39	46	-19.6	10.3
Metallurgy	58	36	35	34.2	53.0
Machinery	41	32	32	77.0	5.6
Electrical equipment	215	97	61	111.9	54.7
Transportation equipment	151	75	34	-9.6	-4.4
Lumber and wood	45	25	68	17.7	39.1
Furniture	239	124	74	52.7	53.1
Paper	118	59	50	-18.5	44.1
Rubber	136	116	66	-21.4	43.3
Leather	117	85	81	13.9	29.0
Chemicals	59	42	19	86.4	63.2
Pharmaceutical products	39	35	17	116.3	117.8
Perfumery	8,480	3,670	46	91.6	26.3
Plastics	183	58	41	28.3	189.0
Textiles	379	162	118	36.7	112.1
Apparel and footwear	337	142	29	46.7	231.4
Food products	87	40	83	26.1	45.8
Beverages	447	173	114	-1.1	-1.7
Tobacco products	313	124	83	5.7	-79.6
Printing and publishing	142	67	30	31.9	-5.3
Miscellaneous	128	72	37	171.7	96.7
Consumer goods	n.a.	n.a.	67	35.7	39.5
Intermediate goods	n.a.	n.a.	36	42.0	46.0
Capital goods	n.a.	n.a.	n.a.	59.6	14.5

Sources: Bergsman [1970] p. 42; Tyler [1976] p. 244; Braga, Santiago and Ferro [1988]; World Bank [1983, 1990], passim.

Tarifa efetiva

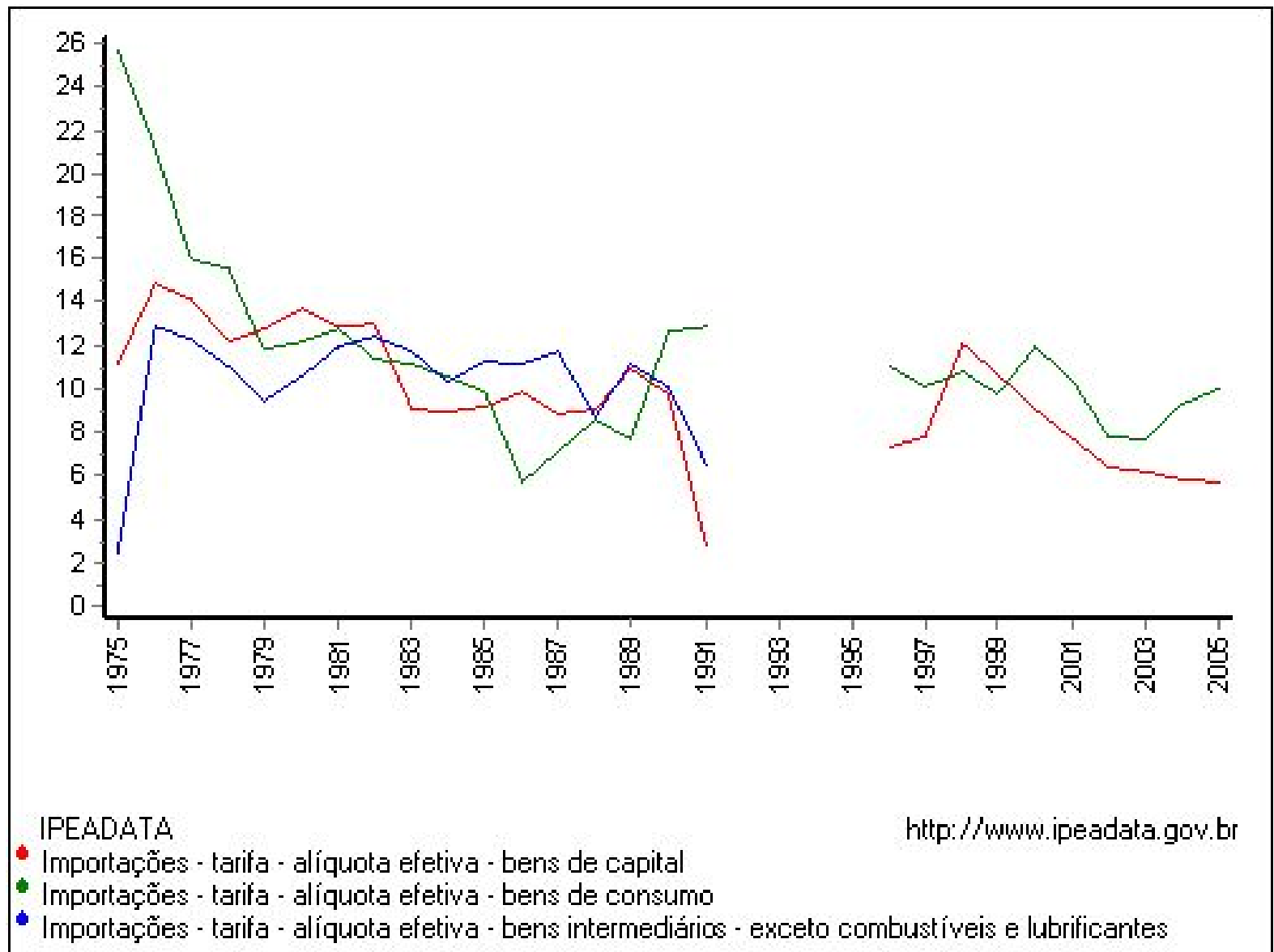


TABLE 6
BRAZIL: MANUFACTURED IMPORT RATIOS IN TOTAL SUPPLY, 1949-1984

	1949	1964	1967	1970	1974	1979	1984
Non-metallic mineral products	1.8	1.8	1.8	2.7	4.1	2.4	1.0
Metallurgy	23.6	7.5	11.6	10.0	14.7	4.6	2.9
Machinery	65.7	30.9	29.6	28.4	32.1	19.5	8.8
Electrical equipment	47.0	7.8	11.3	18.8	20.2	14.1	12.2
Transportation equipment	51.7	4.8	8.9	7.8	8.8	3.6	7.2
Lumber and wood	1.5	0.1	0.2	0.4	0.7	1.0	1.5
Furniture	0.0	0.1	0.0	0.1	0.2	0.1	0.0
Paper	9.6	5.8	6.8	8.6	11.5	4.9	2.5
Rubber	3.0	0.3	0.7	2.9	8.3	4.4	4.1
Leather	3.4	0.3	0.3	0.5	3.2	2.6	10.1
Chemicals	38.3	11.1	13.6	15.6	22.2	11.8	5.3
Pharmaceutical products	19.3	3.3	3.6	6.0	8.3	8.1	6.5
Perfumery	2.8	3.4	2.2	2.2	4.1	1.2	0.8
Plastics	29.6	3.6	7.1	0.5	1.7	0.3	0.8
Textiles	4.0	0.1	0.2	0.6	2.3	0.6	0.5
Apparel and footwear	0.1	0.0	0.1	0.8	0.5	0.3	0.5
Food products	2.9	0.9	1.3	0.9	4.4	5.1	5.8
Beverages	2.4	0.8	1.2	4.5	6.9	1.3	4.3
Tobacco products	0.0	0.0	0.0	0.0	0.9	0.1	0.0
Printing and publishing	2.2	4.4	4.2	2.3	2.0	2.0	1.1
Miscellaneous	30.7	13.4	17.9	21.7	28.8	21.1	15.7
Total	13.9	6.1	7.1	8.0	11.9	6.8	4.3 *

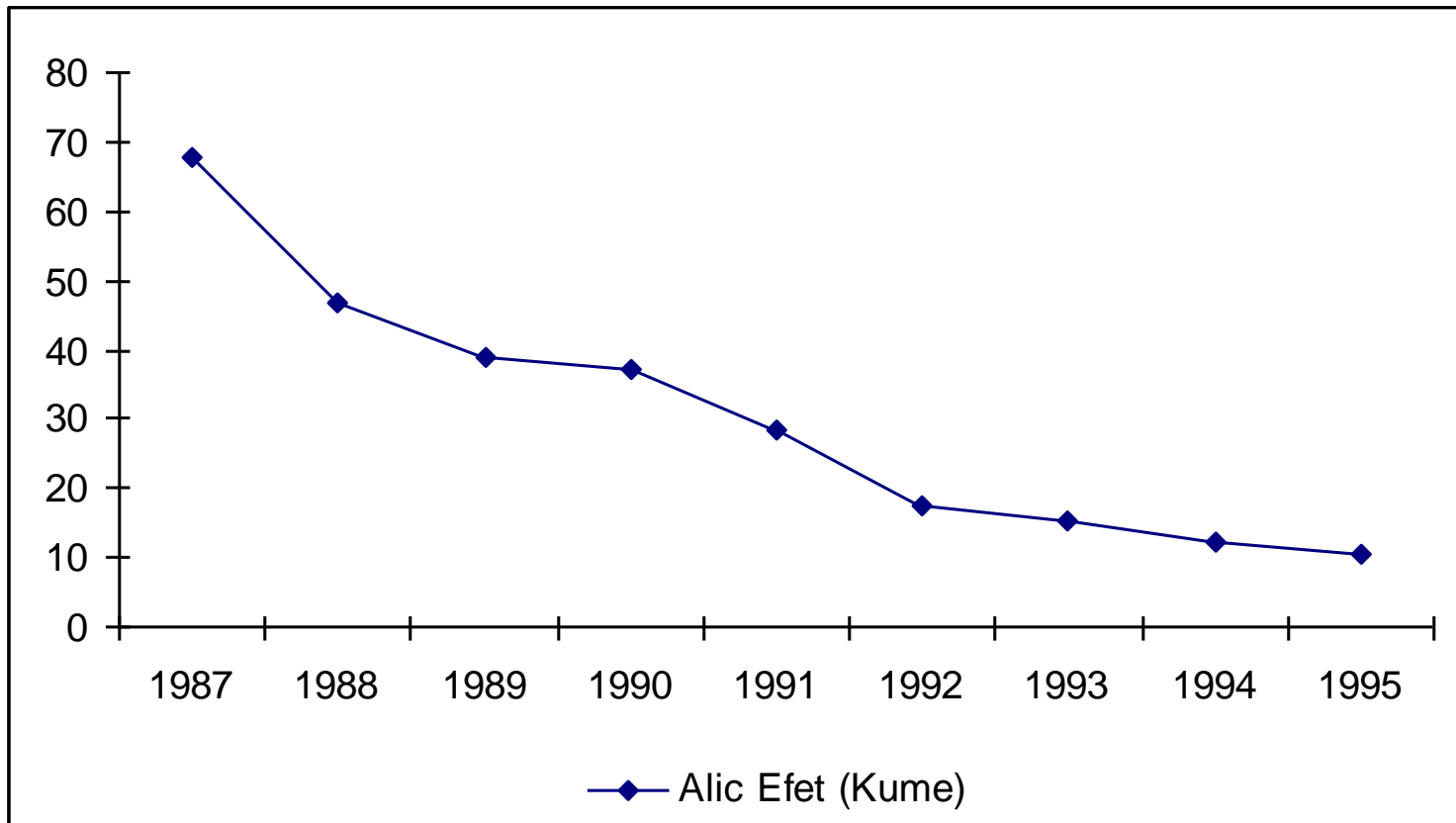
Note: * Includes mining.

Source: World Bank [1983] p. 35 and World Bank [1990] p. 123.

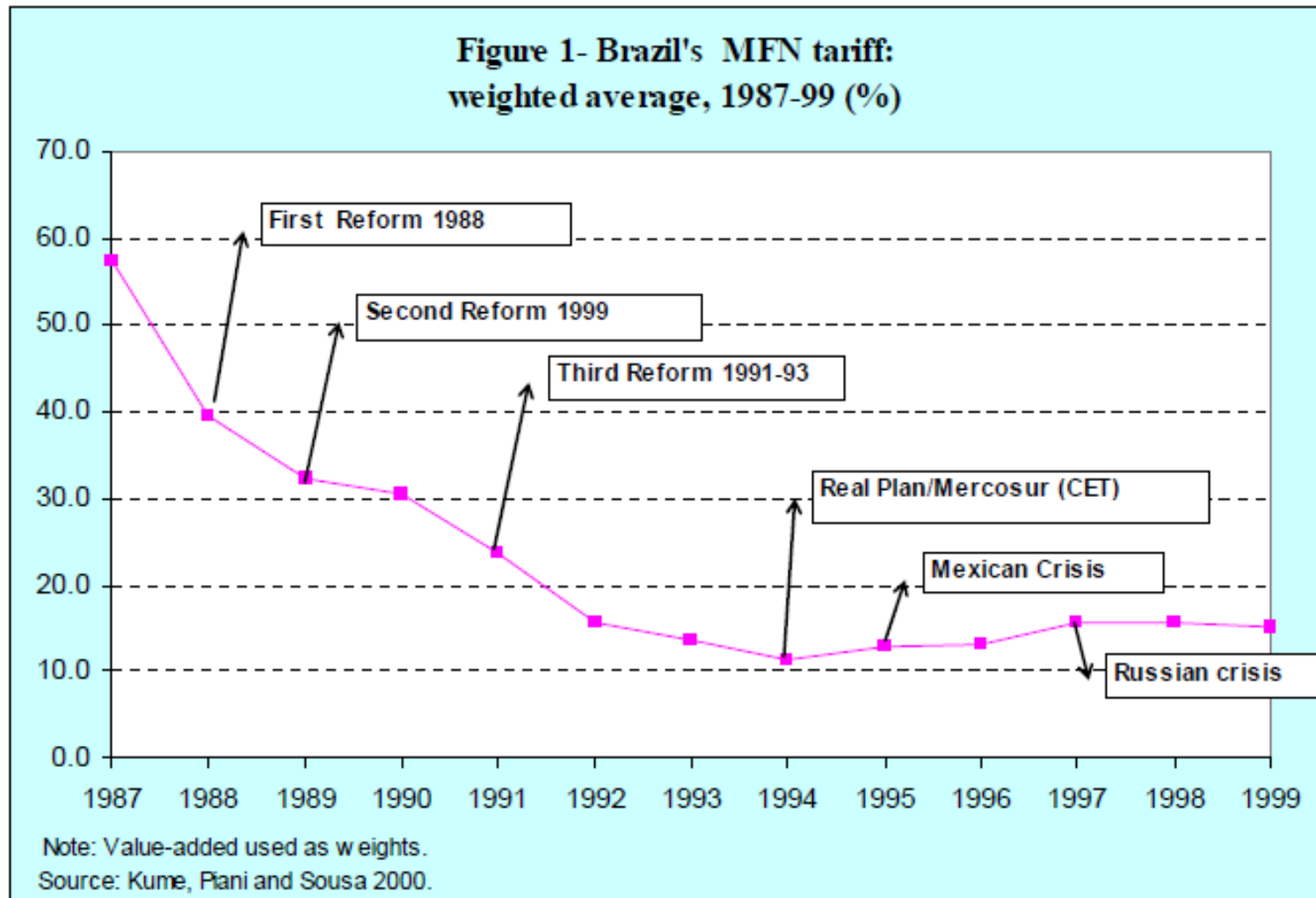
Abertura comercial

- **1988-93**: amplo processo de abertura
 - Redução das tarifas e barreiras não tarifárias
 - Alíquota média simples de 32,1% em 1990 → 16,5% em 1993
 - Liberação do câmbio: menos impostos e flexibilização das CC5 em 1992
- Reestruturação produtiva → + produtividade
maior concorrência externa leva a ajuste produtivo
retração do emprego industrial → terceirização
- Privatização → IDE
CEDestatização (1981) → PFDestatização (1988)
1981-89: 38 empresas por US\$ 700 milhões
“reprivatização” principalmente

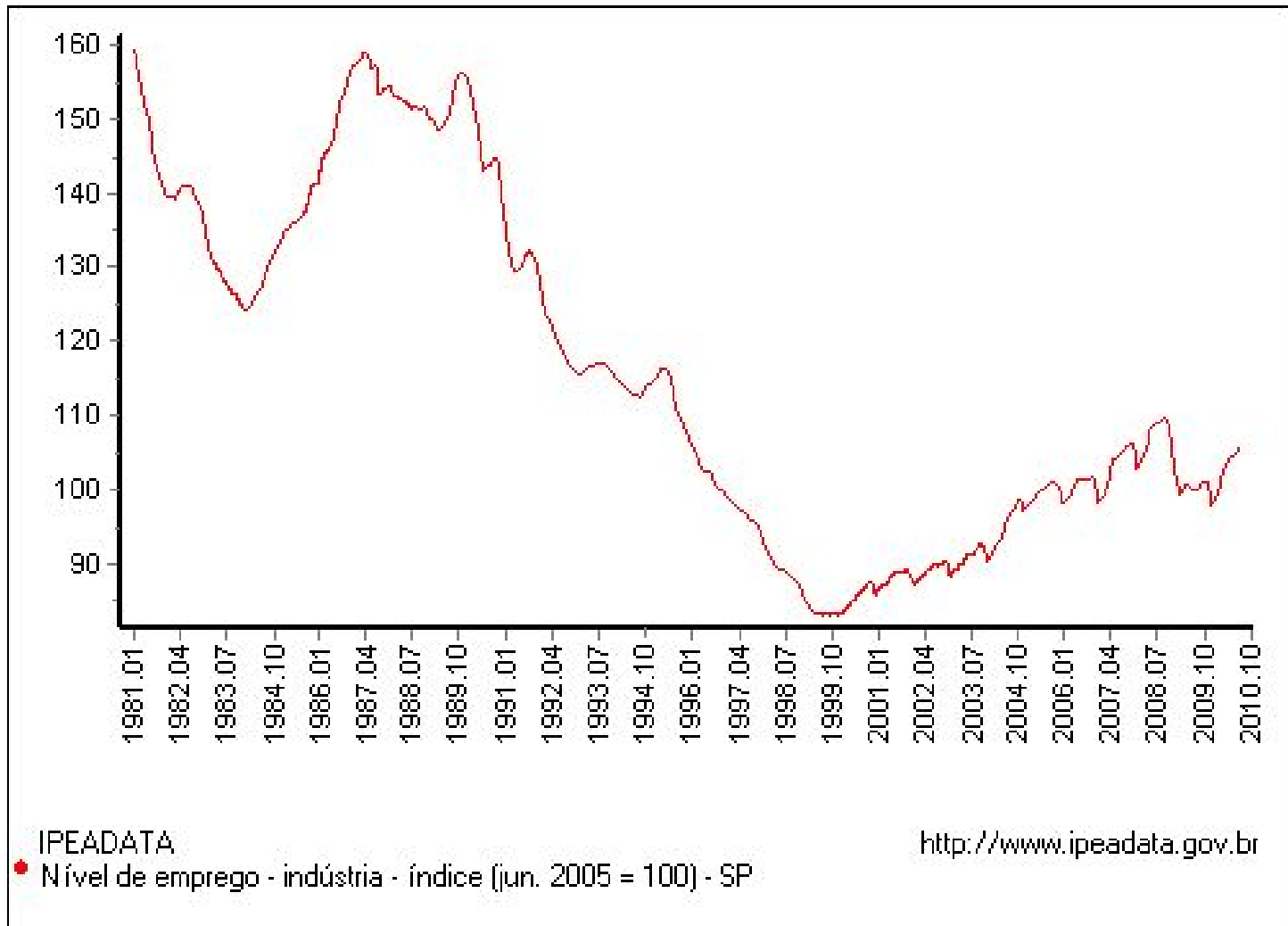
Tarifa de importações alíquota efetiva



Retração da Tarifa nominal média



Emprego industrial em SP



Produtividade por trabalhador na indústria brasileira

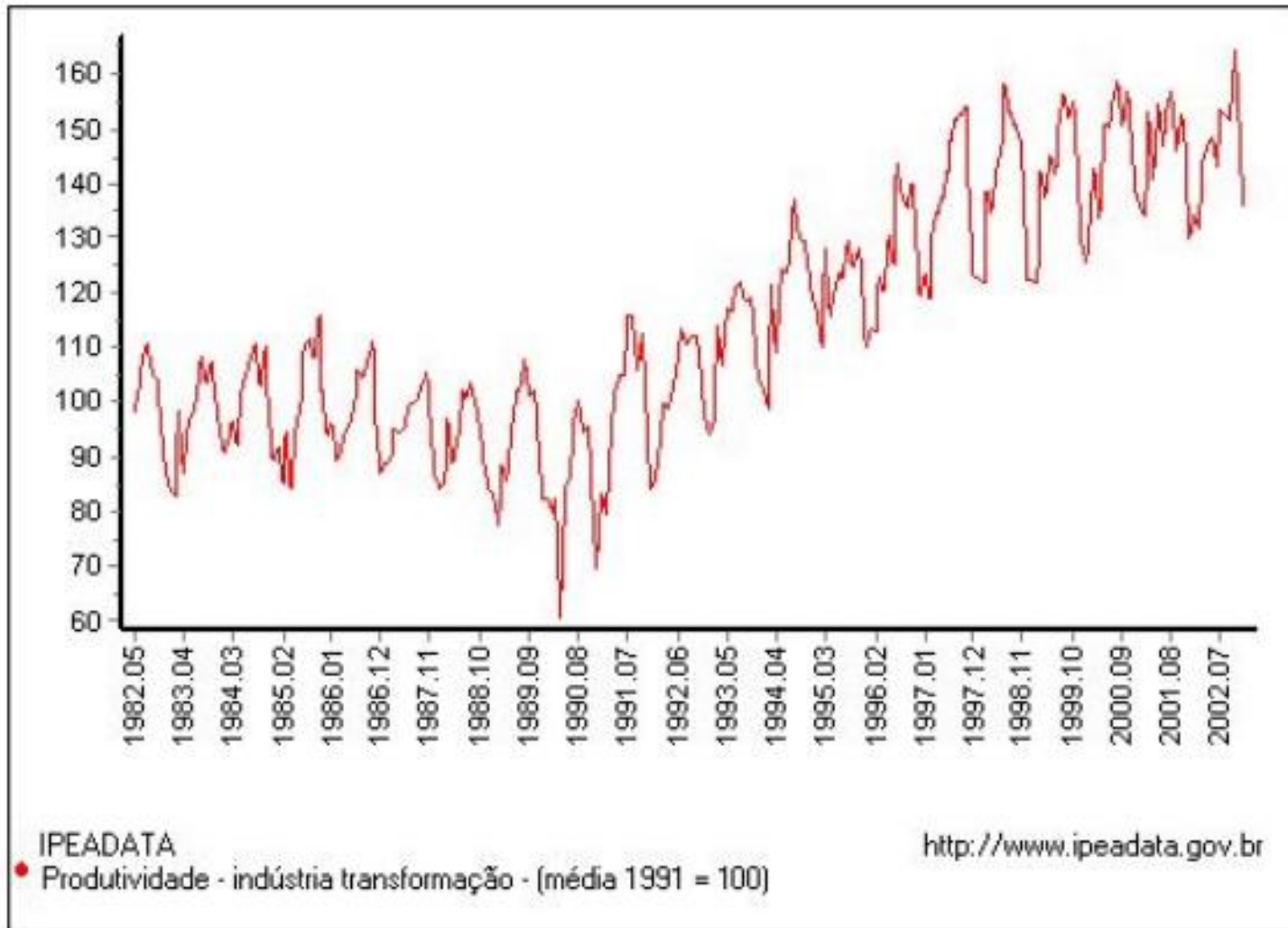
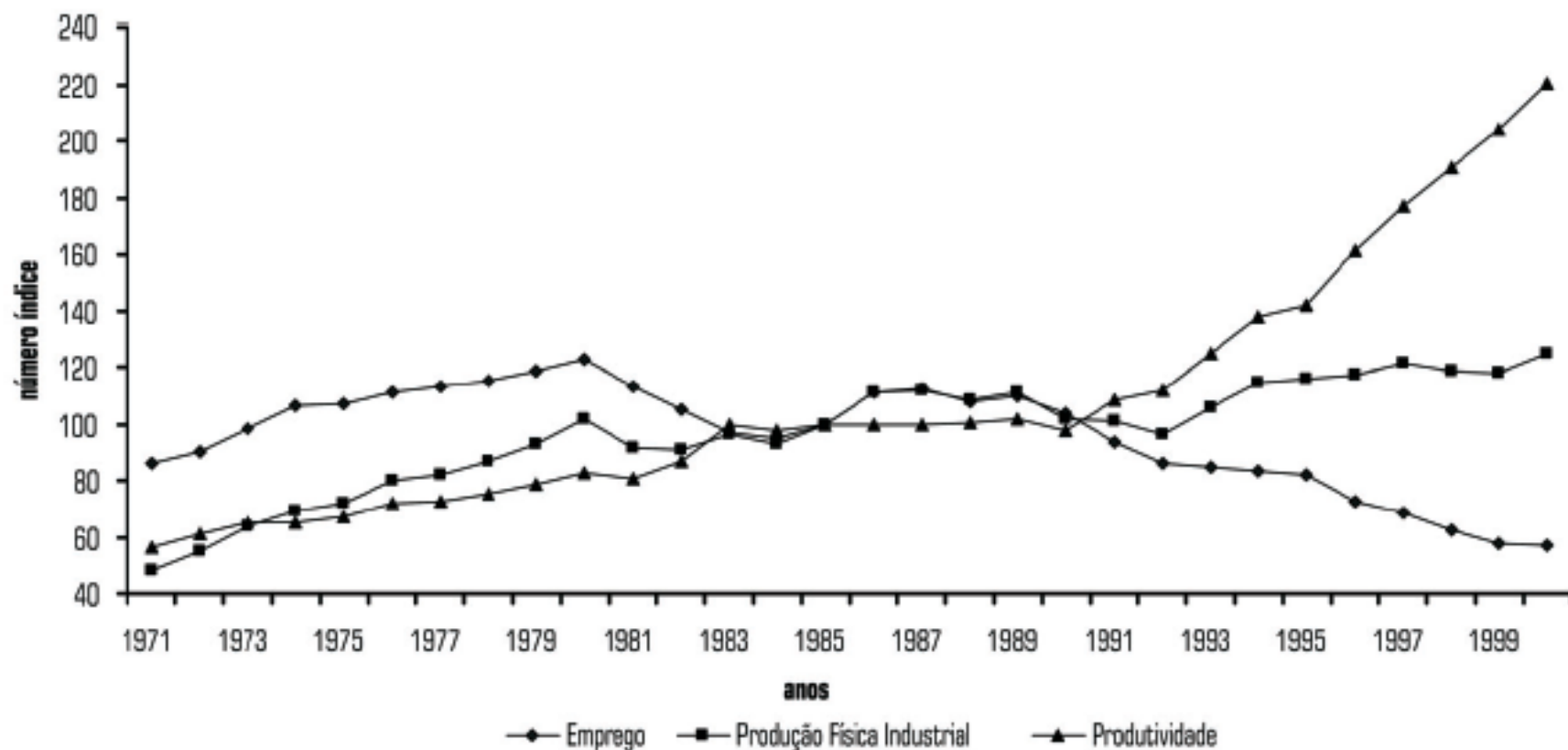
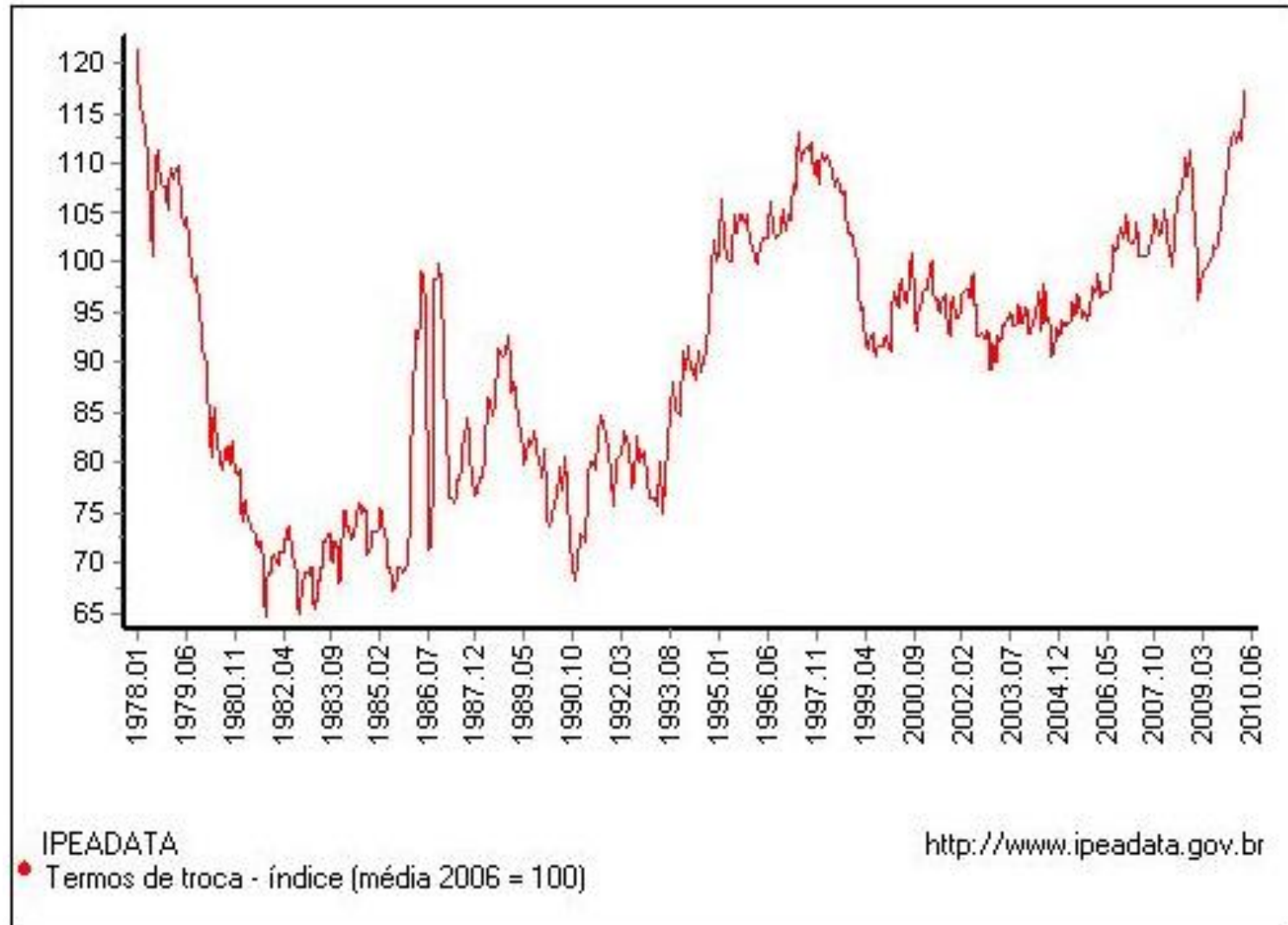


Gráfico 1_ Emprego, produção e produtividade na indústria – 1985=100



Fonte: IBGE – Pesquisa industrial mensal de produção física e emprego.

Termos de troca



Integração regional

- Criação e desvio de comércio
preferência de comércio
Krugman: eficiência semelhante
- Novo regionalismo nos anos 80
abandono do PSI
NAFTA: Canadá (1989), México (1992), Chile
- Mercosul
Cepal: integração e cooperação: ALALC → ALADI
Tratado de Assunção (1991): livre comércio em 1995
união aduaneira: TEC → Código Aduaneiro Comum (2010)
mercado comum: livre circulação de bens, serviços, capital e mão-de-obra

IDE

- Pré-1914: elevada participação em serviços públicos, + GBR, FRA,
- Anos 1920: EUA
- Retorno nos anos 1950: JK
investimento na indústria: subsídios
- Retomada novamente após 1964 até 1980
crise da dívida externa em 1982
- Renegociação da dívida e retorno dos capitais no início dos anos 1990

Renegociação da dívida externa

- **Plano Brady**

- Lançado em 1989: reduzir o estoque da dívida
- Brasil atrasado → Marcílio → Pedro Malan: negociador
- Mundo passa por inovações e desregulamentação financeira: novos atores → + fluxo de capital

- Acordo preliminar em jul. 92

- **Securitização** da dívida

- Dívida dos Bancos → títulos com mercado secundário

- Troca de papéis com redução do encargo

 - pagamento de 50% dos juros devidos

 - pagamento de 20% dos juros atrasados

- **Retorno do capital estrangeiro**

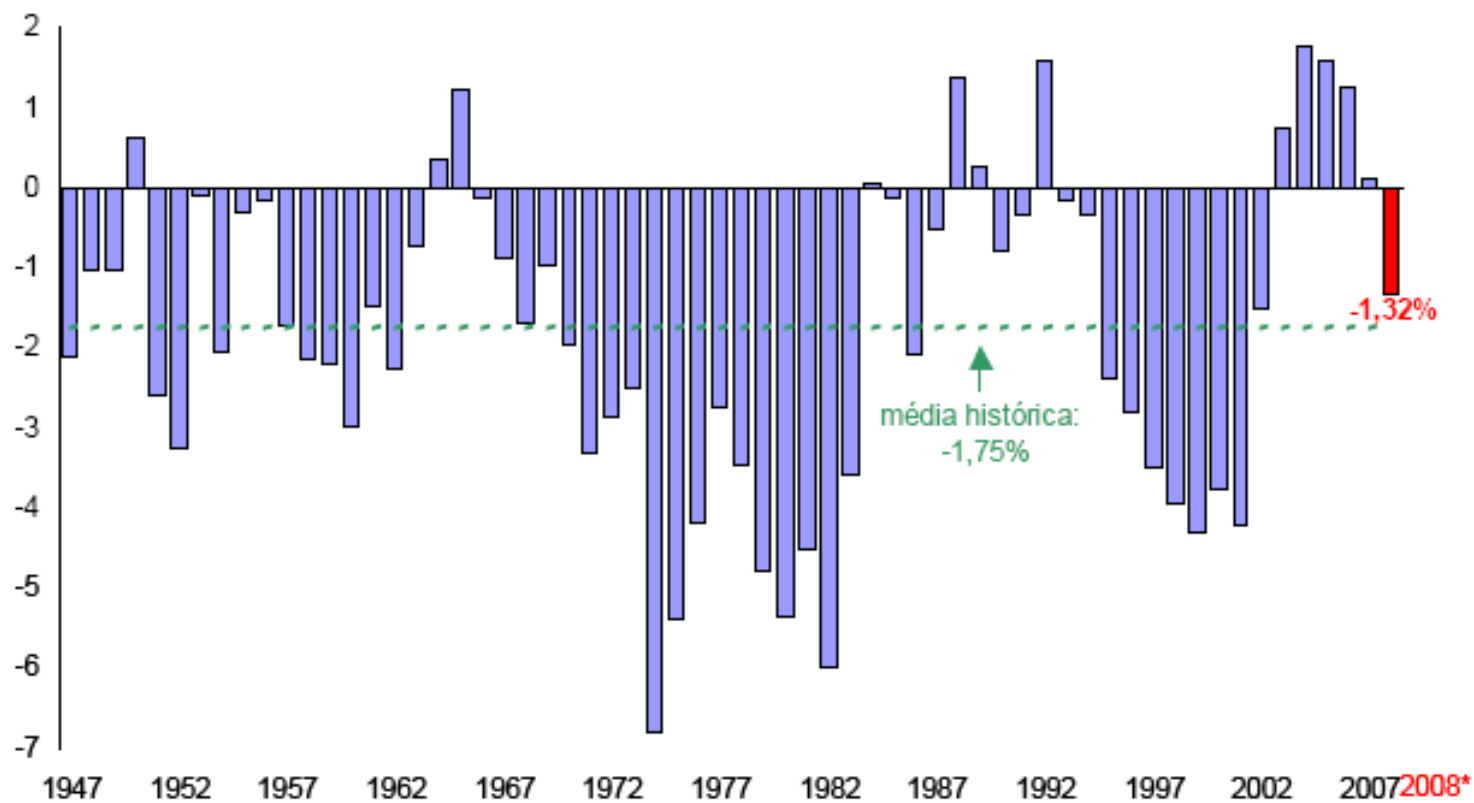
 - acúmulo de reservas internacionais

Conta Capital e financeira

em milhões de US\$

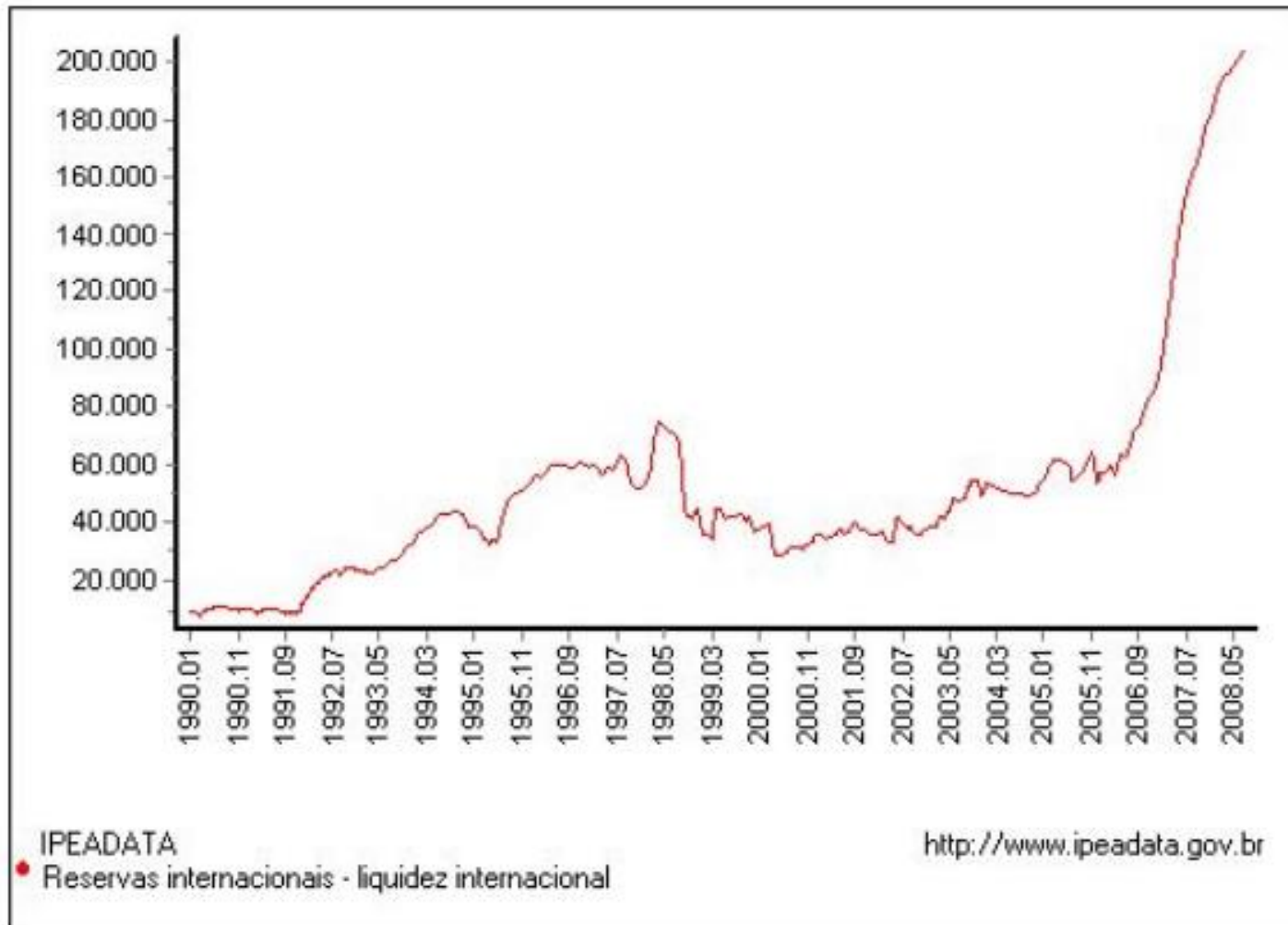
Gráfico 1

Saldo em conta corrente como proporção do PIB (%)



* acumulado em 12 meses até junho

Reservas internacionais em milhões de dólares

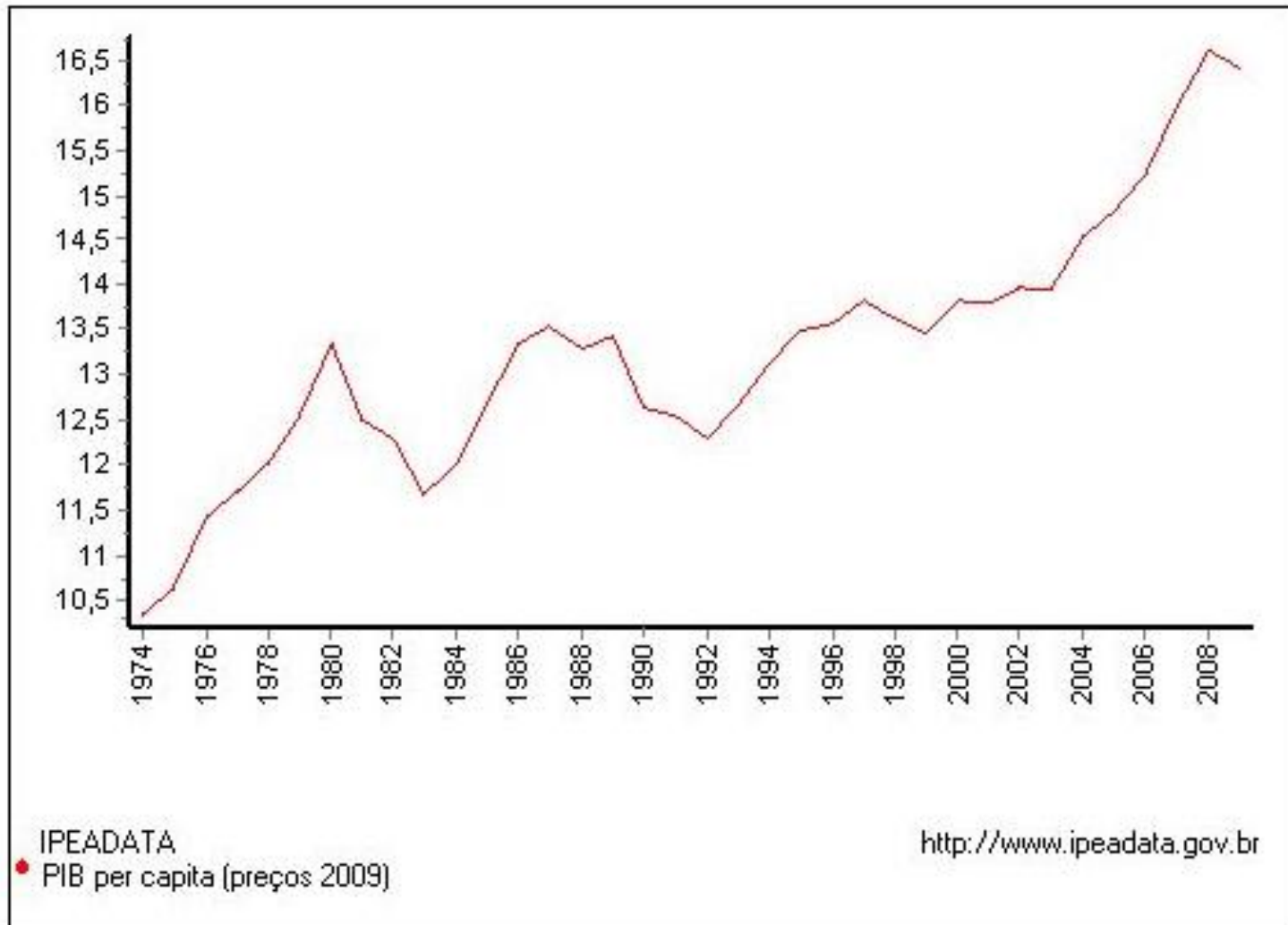


Recessão em 1992

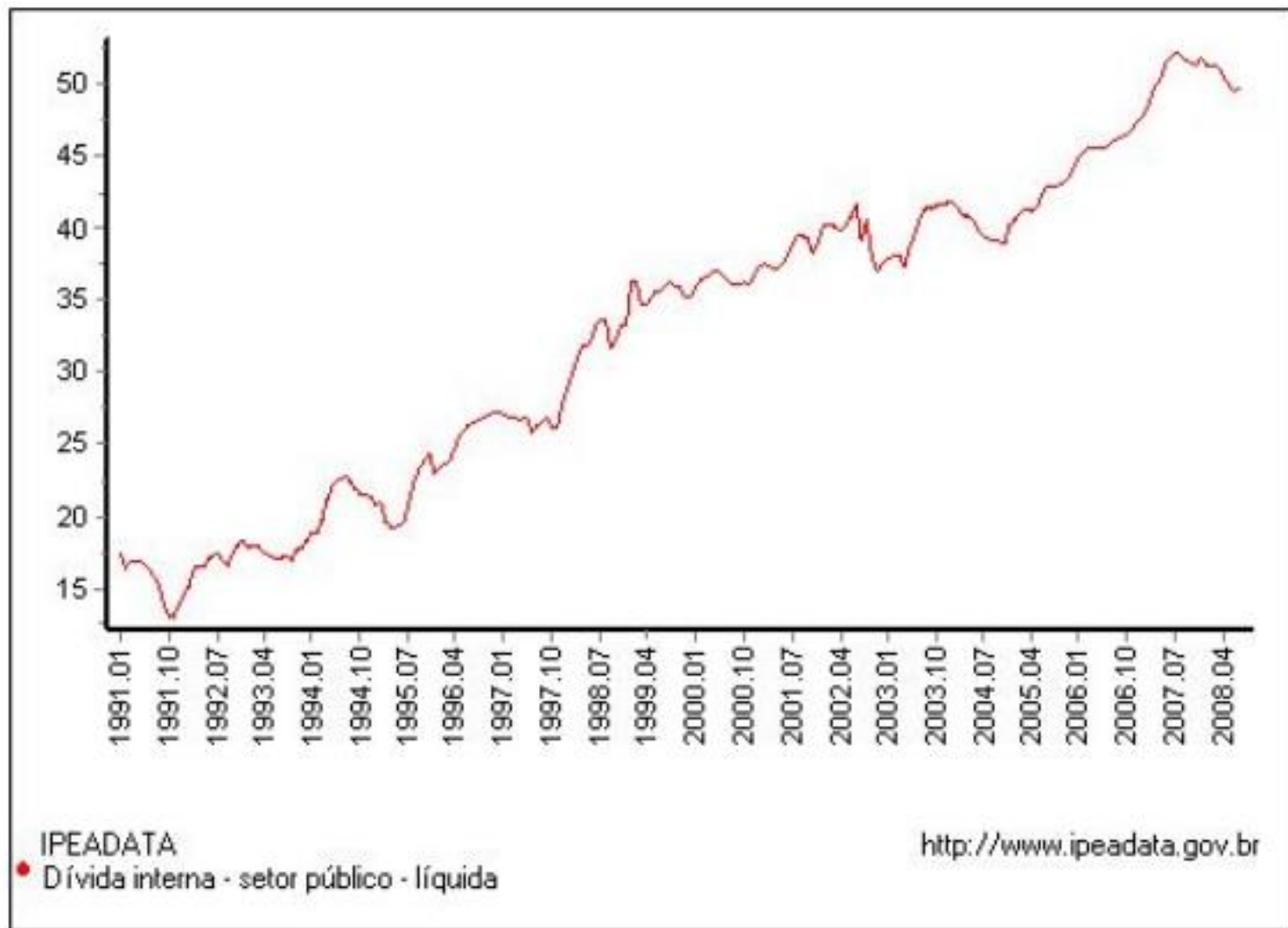
- **Juros elevados** → recessão
- Maior captação de recursos externos
 - Diferencial de juros internos e externos
- Cresce o endividamento interno
- **Folga de divisas:** ↑ reservas
 - Saldo na BC acima de 10 bilhões
- Valorização cambial
- Impeachment do presidente não influenciou a economia
 - Itamar assume em outubro de 1992
- Mais uma década perdida?

PIB per capita

(em mil R\$ de 2009)



Dívida interna líquida do governo (% PIB)



Conclusões

- **Esgotamento** do congelamento e violação de contratos
 - Poder judiciário independente
- **Questão fiscal**
 - déficit constante e juros elevados
 - exceção apenas em 1990: extraordinário
- **Abertura comercial e financeira**
 - mudança de longo prazo
- **Outros caminhos** de estabilização: Larida
- **Década perdida** de 1980 e início de 1990

Questões

ANPEC

QUESTÃO 13

A ação do Estado está inserida em um quadro institucional composto por leis, empresas, conselhos, comissões e institutos que são criados e formam um arcabouço jurídico-institucional e uma rede de órgãos que interagem, formulam e racionalizam propostas e viabilizam a atuação estatal. Considere as instituições abaixo relacionadas nos itens A a H:

A – Banco Central do Brasil

B – Grupo Misto CEPAL-BNDE

C – Banco Nacional de Habitação (BNH)

D – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

E – Conselho Interministerial de Preços (CIP)

F – Superintendência de Moeda e de Crédito (SUMOC)

G – Companhia Vale do Rio Doce

H – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Considere as seguintes alternativas:

© todas as instituições evidenciam a importância da atuação do Estado na economia brasileira a partir do final da II Guerra Mundial, quando foram criadas;

1 nenhuma das instituições arroladas foi criada após o fim do regime militar instaurado em 1964;

2 nenhuma dessas instituições foi criada durante o Governo Juscelino Kubitschek;

3 das instituições arroladas, três delas, e apenas três, fazem parte das medidas institucionais implementadas à época do PAEG;

4 as instituições B, F e G, e apenas elas, foram criadas antes do regime militar instaurado em 1964.

Ajuste da Indústria: Suzigan

- “As empresas enxugaram suas estruturas operacionais e buscaram melhorar a qualidade de seus produtos, aumentar a produtividade e orientar-se para a exportação, enquanto as estruturas das indústrias encolheram com a desarticulação de cadeias produtivas —sobretudo em eletrônica, bens de capital e química/farmacêutica— e a desativação de segmentos de alta tecnologia”
- “Estado regulador, por capital estrangeiro dominante em algumas indústrias estratégicas do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, e por grupos privados nacionais reestruturados, mas com limitada capacidade financeira e fracas sinergias produtivas, sobretudo em novas tecnologias”
- PITCE 2003: nova agenda
 - Fundos Setoriais da FINEP, PPP
 - Coordenação privada e pública: dispersão de poderes

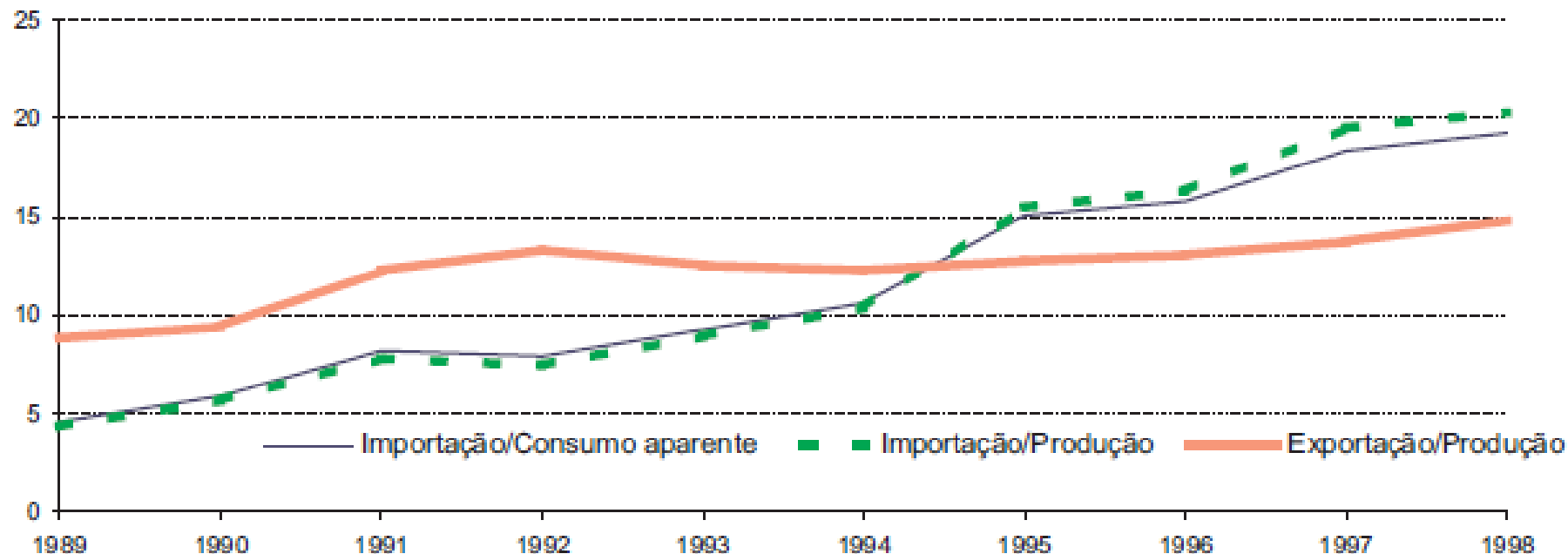
Tabela 3 - Parte 1

Censos do Capital Estrangeiro no Brasil: indicadores específicos, 1995, 2000 e 2005



	1995	2000	2005
Valor adicionado (% e R\$ correntes)			
EPE/PIB Brasil	17,9%	24,5%	34,2%
ECE/PIB Brasil	12,9%	19,0%	25,2%
per capita - Brasil	10.600	17.236	23.621
per capita - EPE	93.516	169.136	350.915
per capita - <u>ECEs</u>	99.864	172.667	333.201
Exportações per capita (US\$)			
Brasil	0,7	0,8	1,3
<u>EPEs</u>	16.077	19.449	31.058
<u>ECEs</u>	15.932	17.543	30.928
Exportações como proporção do PIB total do Brasil (%)			
Brasil	6,0%	8,5%	13,4%
<u>EPEs</u>	2,8%	5,2%	7,4%
<u>ECEs</u>	1,9%	3,5%	5,7%

GRÁFICO 1
Coeficientes de Comércio da Indústria Manufactureira – 1989-1998 (%)



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 2

Desempenho do “Mark-up” e do PIB* da Indústria de Transformação – 1990 = 100

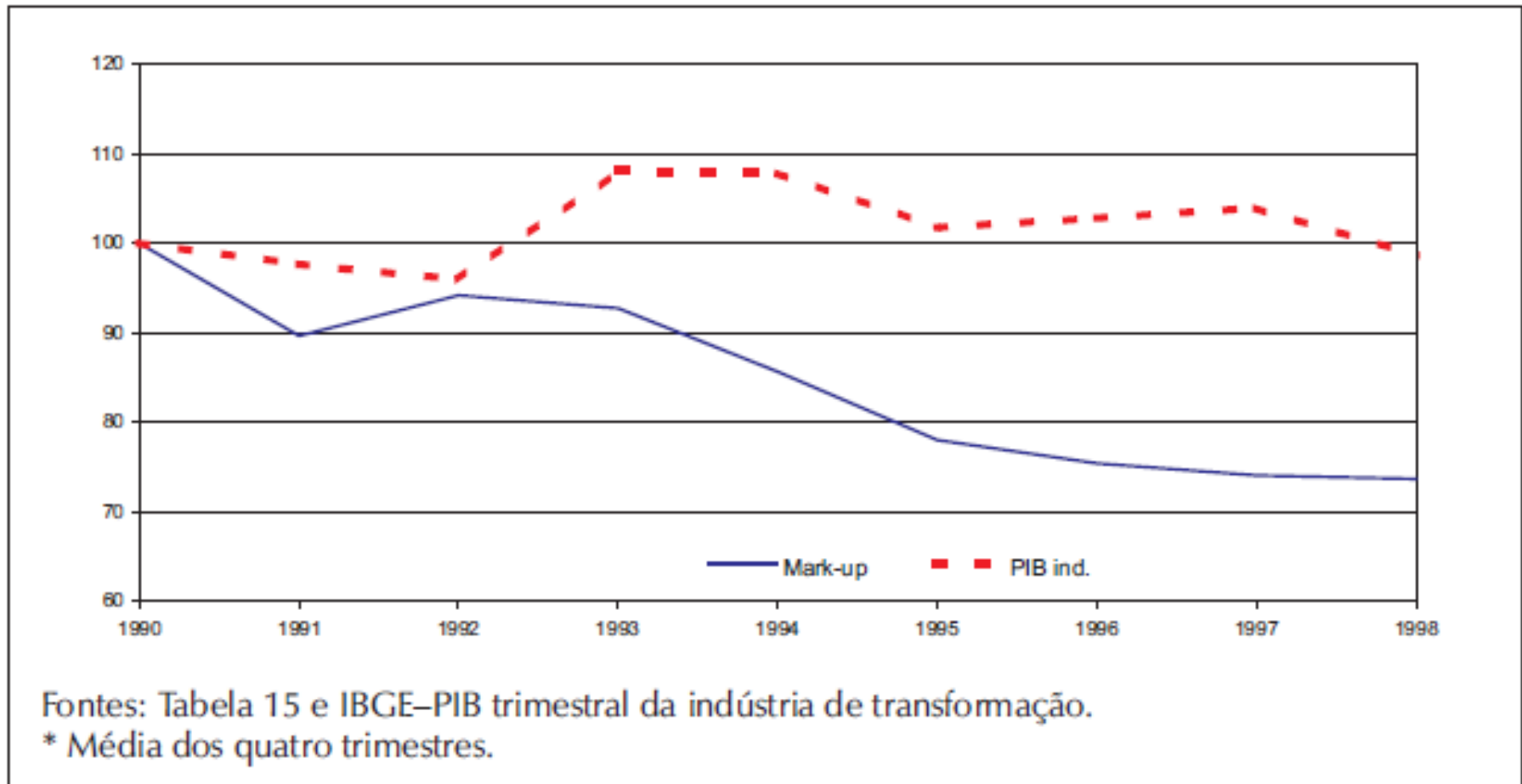


TABELA 13
Variação do Pessoal Ocupado, Valor Adicionado e Produtividade do Trabalho na Indústria de Transformação (%)

	<i>PIA¹</i>			<i>Contas Nacionais²</i>			<i>PIM³</i>		
	<i>PO</i>	<i>VA</i>	<i>Produti- vidade</i>	<i>PO</i>	<i>VA</i>	<i>Produti- vidade</i>	<i>PO</i>	<i>PF</i>	<i>Produti- vidade</i>
1992/90	-22,3	9,1	32,7	-11,1	-4,0	8,0	-16,9	-4,8	14,7
1993	-1,9	9,3	11,2	0,0	8,3	8,3	-1,7	8,1	9,9
1994	-0,6	-7,1	-6,0	0,5	6,9	6,5	-2,2	7,8	10,2
1995	-9,9	-9,1	0,9	-1,3	2,0	3,3	-1,8	1,7	3,6
1996	–	–	–	-4,2	2,8	7,3	-11,2	1,1	13,8
1997	–	–	–	-3,9	4,2	8,4	-5,8	3,6	9,9
1998	–	–	–	–	–	–	-9,2	-3,4	6,4
1990-1995	-31,7	0,7	47,5	-11,8	13,4	28,7	-21,6	12,9	43,9
1990-1997	–	–	–	-18,8	21,5	49,7	-34,3	18,3	80,1
1990-1998	–	–	–	–	–	–	-40,4	14,3	91,6

Fonte: IBGE.

(1) Pesquisa Industrial Anual. Relação entre o valor adicionado (VTI – ver nota de rodapé 9), deflacionado pelo IPA industrial (1990= 100), e o pessoal ligado diretamente à produção.

(2) Contas Nacionais. Relação entre o valor adicionado (preços do ano anterior) e o pessoal empregado.

(3) Pesquisa Industrial Mensal. Relação entre a produção física e o pessoal ocupado na produção.

GRÁFICO 1
BRASIL: EVOLUÇÃO DA PTF E PTFD — 1950-2000

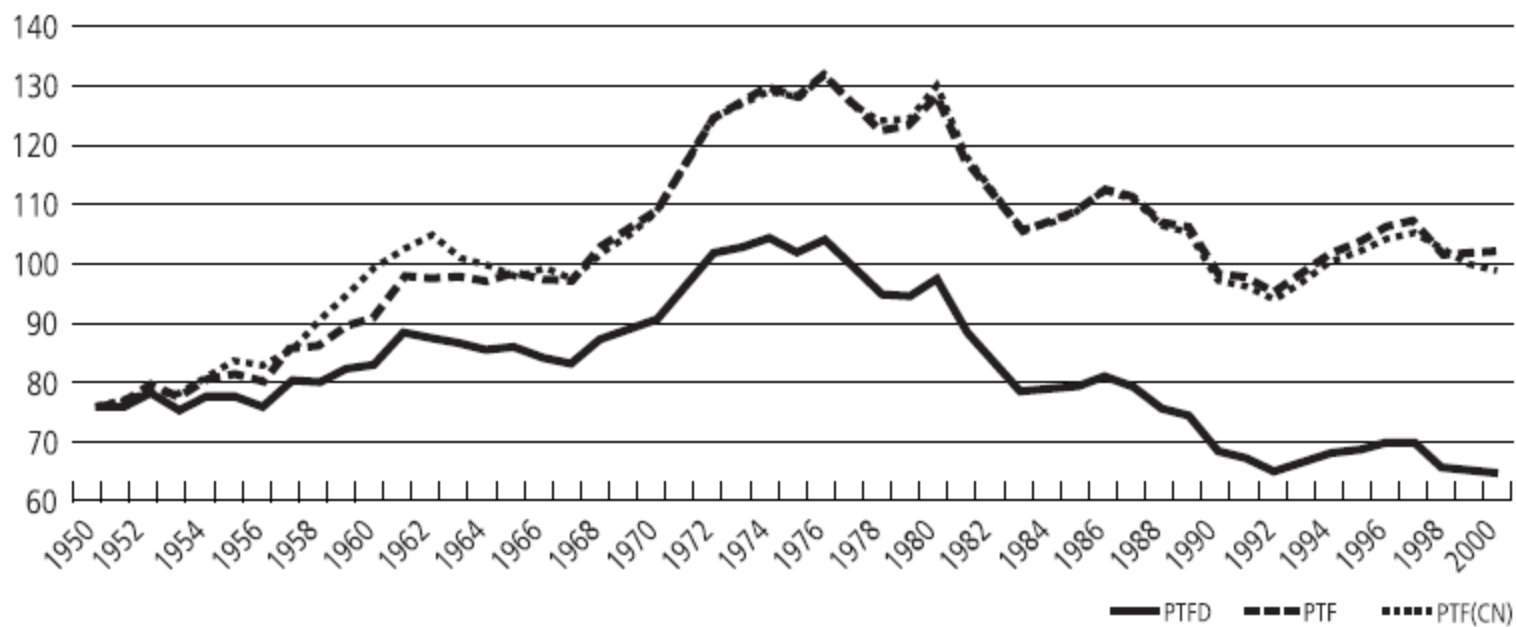
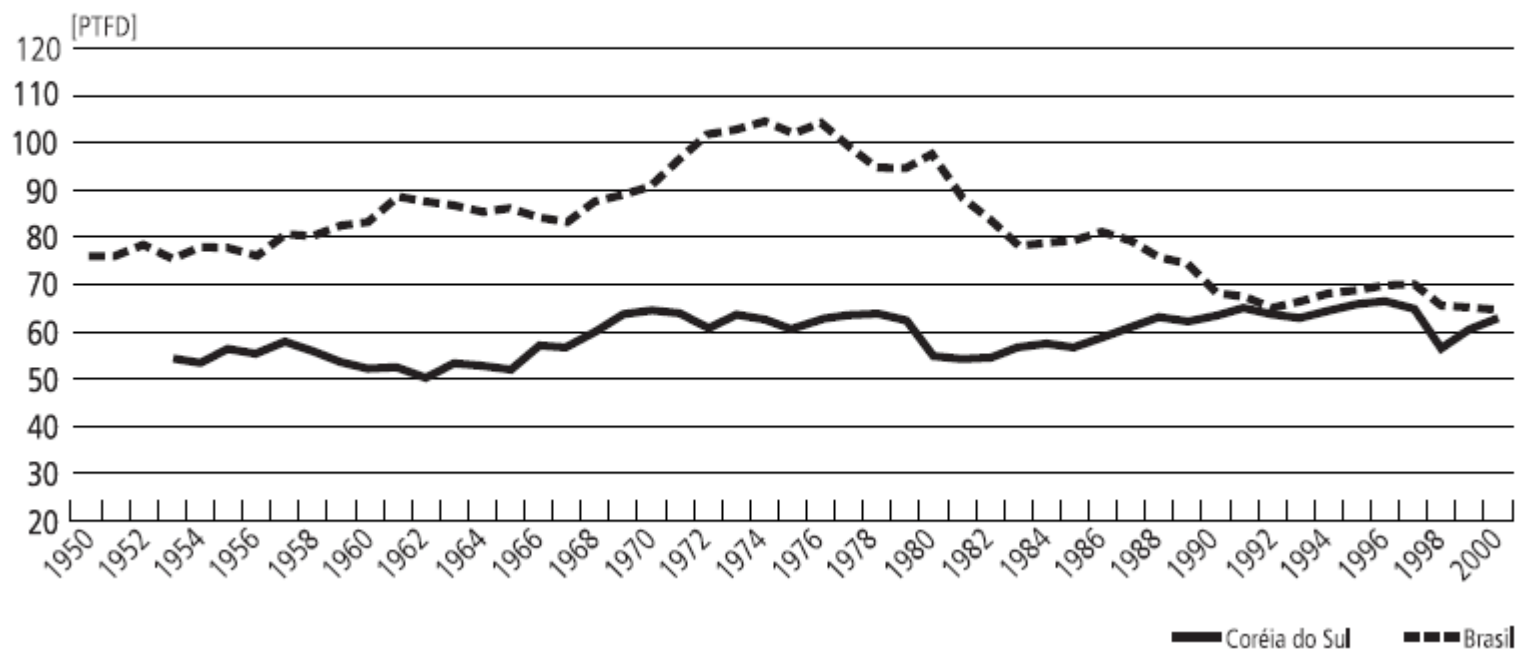


GRÁFICO 6

BRASIL E CORÉIA DO SUL: EVOLUÇÃO DA PTFD — 1950-2000



Produtividade Total dos Fatores

(com ou sem tendência da PTF dos EUA)

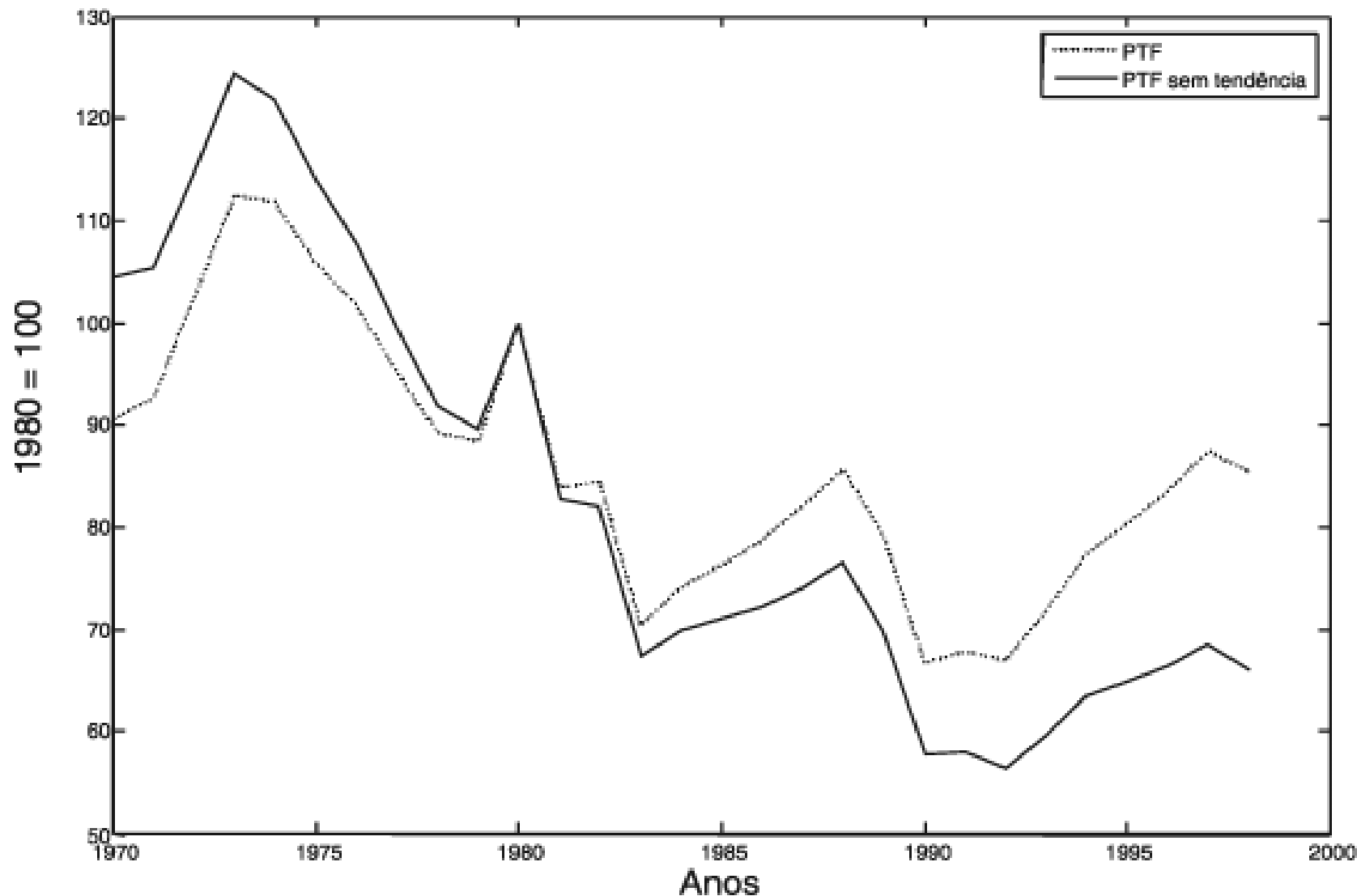


Gráfico 2: A diferença do Capital Humano na PTF

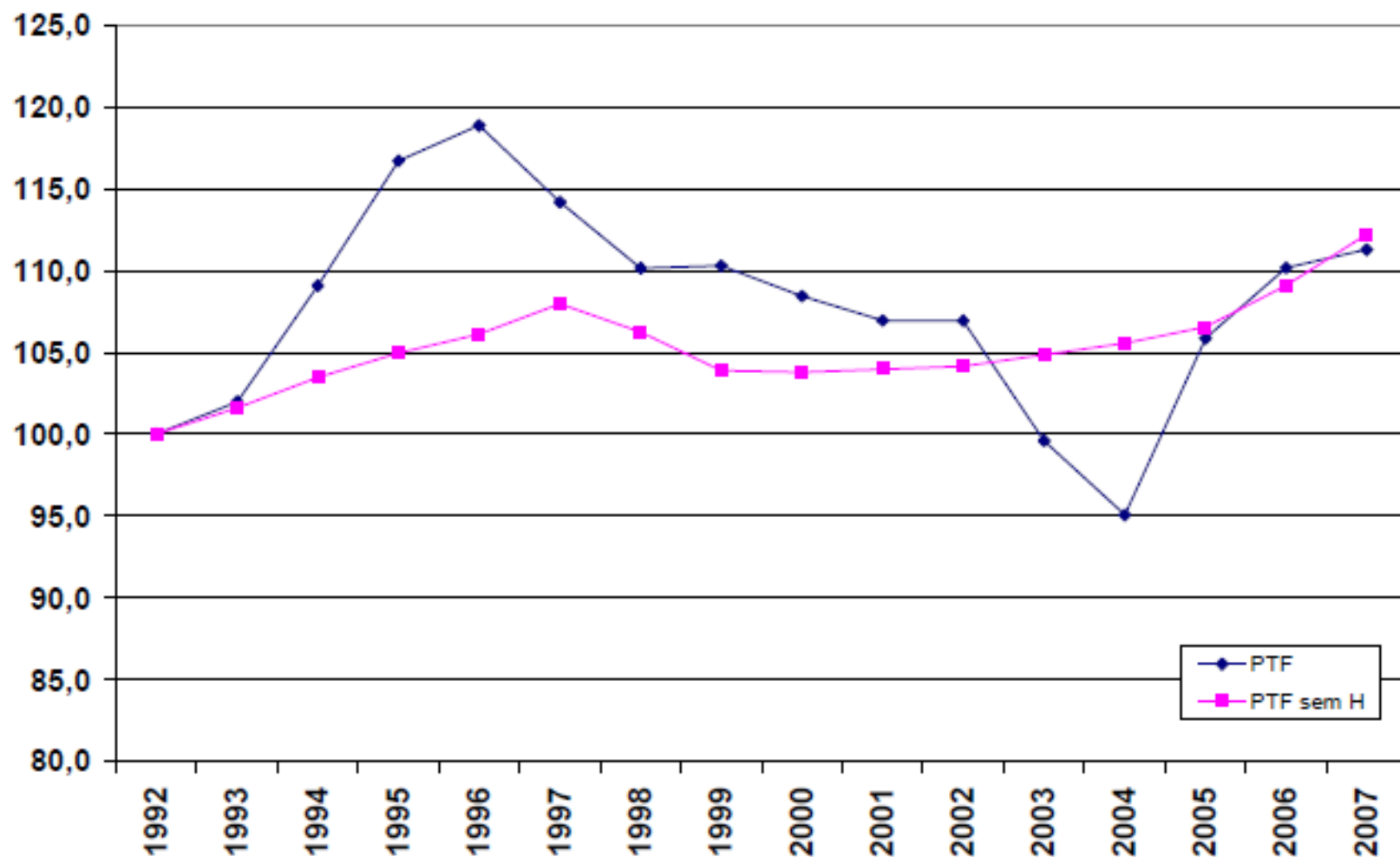

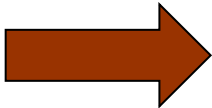


Tabela 2: Decomposição do Crescimento

	Y	PTF	uK	H	L
1992-1995	0,047	0,052 (109,9%)	0,022 (46,6%)	-0,035 (-75,4%)	0,009 (18,9%)
1995-1999	0,014	-0,014 (-98,5%)	0,010 (68,3%)	0,012 (80,6%)	0,007 (49,5%)
1999-2003	0,023	-0,026 (-109,9%)	0,007 (32,3%)	0,028 (119,8%)	0,013 (57,8%)
 2003-2007	0,044	0,028 (62,9%)	0,011 (25,2%)	-0,011 (-24,5%)	0,016 (36,4%)
1992-1999	0,028	0,014 (49,5%)	0,015 (52,9%)	-0,009 (-30,2%)	0,008 (27,8%)
1999-2007	0,034	0,001 (3,2%)	0,009 (27,7%)	0,009 (25,3%)	0,015 (43,8%)
 1992-2007	0,031	0,007 (22,9%)	0,012 (38,4%)	0,001 (1,7%)	0,012 (37,0%)

Nota: Os termos em parênteses representam a contribuição de cada fator para o crescimento no respectivo período.